

UNIVERSIDADE ABERTA



Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

**Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André,
Santiago do Cacém**

Cristina Galhardo Mendes

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Beja Horta/UAb

Dezembro, 2012

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

Identidade

*Preciso ser um outro
Para ser eu mesmo*

(...)

*Existo onde me desconheço
Aguardando pelo meu passado
Ansiando a esperança do futuro*

(...)

Mia Couto in Raiz de Orvalho e Outros Poemas

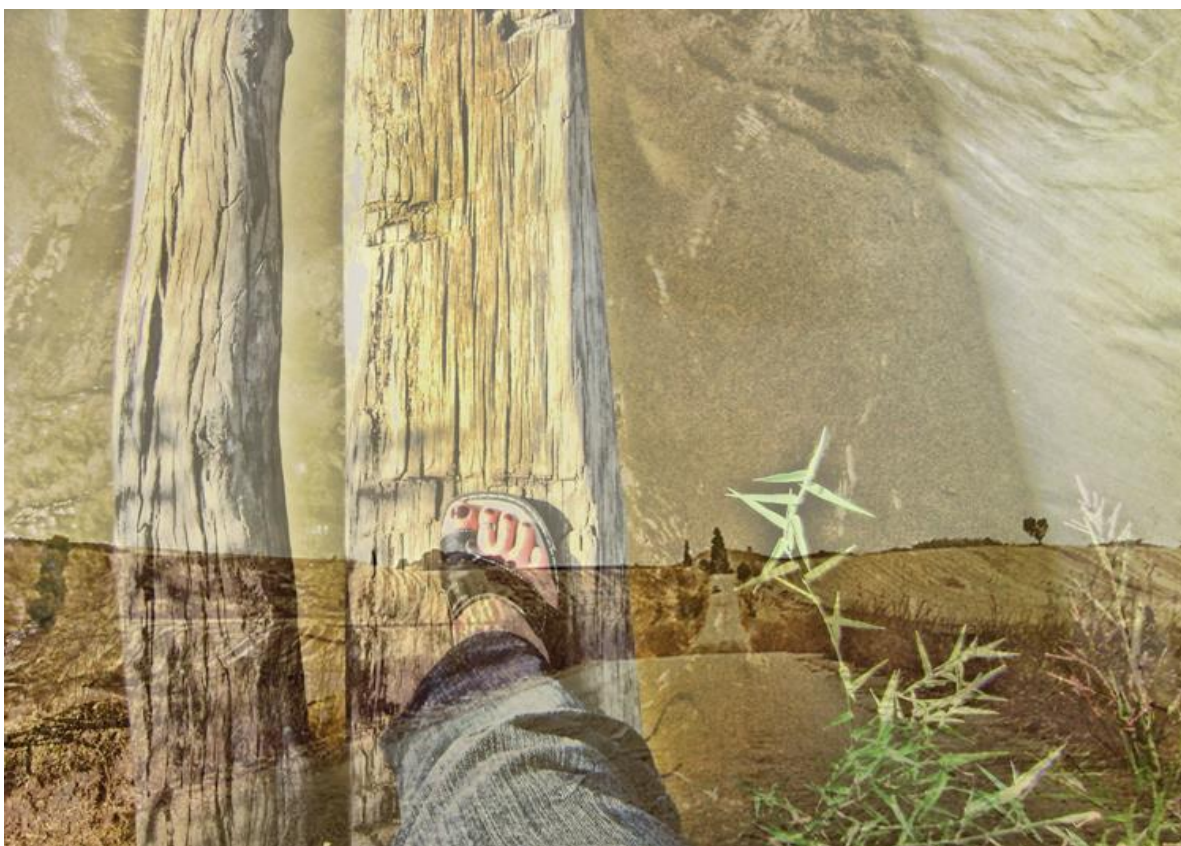


Imagem: Cristina Galhardo Mendes

RESUMO

O fim do império colonial português e o decorrente processo de descolonização estão na origem de um movimento migratório maciço de populações oriundas das ex-colónias que viria a reconfigurar a sociedade portuguesa, até aos dias de hoje.

O presente estudo tem como objectivo a análise dos processos de integração e das dinâmicas identitárias de um grupo de oriundos das ex-colónias africanas, que se fixaram em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém. Este estudo de caso pretende contribuir para o conhecimento mais aprofundado destas populações, potenciando um debate mais alargado sobre os impactos da descolonização portuguesa nas trajectórias de vida dos indivíduos, das famílias e da sociedade em geral.

PALAVRAS CHAVE: Migrações; Ex-colónias; Retorno; Integração; Identidades; Múltiplas Pertenças; Vila Nova de Santo André

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

ABSTRACT

The end of the Portuguese colonial empire and the deriving decolonization process cause a massive migratory movement of people coming from the former colonies. This event reconfigured the Portuguese society.

This study focuses on the integration processes and identity dynamics of a group of people from the African former colonies who settled in Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém. The case study aims to contribute to the deeper knowledge of these populations, fostering a wider debate on the impacts of the Portuguese decolonization and the life paths of these individuals, their families and society in general.

KEY WORDS: Migrations; Former Colonies; Return; Integration; Identities; Multiple Belongings, Vila Nova de Santo André

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho contribuíram diversas pessoas, a quem não posso deixar de expressar os meus agradecimentos.

À minha orientadora de mestrado, Professora Doutora Ana Paula Beja Horta, que continuamente me incentivou e motivou, sobretudo em momentos particularmente difíceis do meu percurso pessoal, o meu Muito Obrigada.

Aos familiares e amigos que me acompanharam neste percurso, com apoio nos mais diversos níveis.

A todas as pessoas de Vila Nova de Santo André que generosamente ofereceram os seus conhecimentos e disponibilizaram o seu tempo e documentos, tentando colmatar as dificuldades encontradas neste campo.

De modo muito particular, a todos os entrevistados que colaboraram de modo precioso na investigação, depositando a sua confiança em mim, com as suas histórias de vida, não raramente recordando episódios dolorosos ou alegres, que acrescentaram riqueza imensurável não somente a este trabalho, mas à minha vida:

António, Conceição, Alexandra, Paula, Mário, Carlos, Lígia, Rui, Isabel, Lurdes, Armando, Maria José, Clara, José e Raúl: o meu muito obrigada, este trabalho não existiria sem a vossa colaboração, bem hajam.

Ao Jorge, que assistiu ao início desta minha viagem, e partiu na sua própria viagem sem poder ver o resultado final do que compartilhei consigo, em longas, intermináveis conversas e partilhas.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Índice Geral

Epígrafe.....	2
Resumo.....	3
Abstract.....	4
Índice de Figuras.....	9
Índice de Imagens.....	10

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1. Problemática.....	12
1.2. Objectivos do estudo e principais questões da investigação.....	13
1.2.1. Objectivos principais do estudo	13
1.2.2. Questões principais da investigação.....	13
1.3. Relevância do estudo.....	14
1.4. Estrutura capitular.....	15

CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

2.1. Migrações e Integração.....	17
2.1.1. Migrações. Conceito e Tipologias.....	17
2.1.2. Teorias explicativas das migrações.....	19
2.1.3. Integração.....	21
2.2. Identidades e Múltiplas Pertenças.....	23
2.2.1. Identidade.....	24
2.3. Modelo de Análise e Itinerário Metodológico.....	26
2.3.1. Investigação qualitativa e estudo de caso.....	26
2.3.2. Critérios de selecção dos entrevistados e técnica de amostragem.....	28

CAPÍTULO 3. AS COMUNIDADES DAS EX-COLÓNIAS AFRICANAS EM VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ. ESTUDO DE CASO.

3.1. Enquadramento Local.....	31
3.1.1. Vila Nova de Santo André – caracterização geral.....	31
3.2. Origens e Povoamento.....	36
3.2.1. “ <i>Como se faz nascer uma cidade sem história?</i> ”.....	39

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

3.2.2. Desaceleração do processo.....	44
3.3. Organização sócio-espacial.....	47
3.3.1. Distribuição habitacional.....	47
3.3.2. A participação dos habitantes na construção da cidade.....	49
3.3.3. Da sugestão à apropriação:	
a) Toponímia.....	51
b) Habitação.....	54
3.3.4. Associativismo.....	55
3.4. Presença das comunidades das ex-colónias africanas. Passado e Presente.....	56
CAPÍTULO 4. PERCURSOS MIGRATÓRIOS E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO	
4.1. Caracterização Sócio-Demográfica da Amostra.....	59
4.1.1 Composição étnica.....	59
4.1.2. Escolaridade.....	61
4.1.3. Perfis profissionais à chegada e no momento presente.....	62
4.2. Projectos de Vida e Descolonização.....	64
4.2.1. Laços com Portugal.....	64
4.2.2. Projectos de vida.....	66
4.2.3. Atitudes face à independência das colónias.....	67
4.3. Percursos Migratórios – De África para a Vila Nova de Santo André.....	69
4.3.1. Motivos de partida.....	69
4.3.2. Fixação em Portugal e expectativas à chegada.....	71
4.3.3. Expectativas à chegada a Portugal.....	73
4.3.4. Motivo para a fixação em Vila Nova de Santo André.....	74
4.3.5. Expectativas à chegada a Vila Nova de Santo André.....	75
4.4. Processos de Integração em Vila Nova de Santo André.....	76
4.4.1. Espaço físico e social – percepções à chegada e no presente.....	76
4.4.2. Quadro Relacional.....	79
4.4.2.1. Sociabilidades.....	79

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

4.4.3. Percepções sobre outras populações residentes.....	80
4.4.3.1. Como é que os moçambicanos vêem os portugueses?.....	80
4.4.3.2. Como vêem os angolanos os portugueses?.....	81
4.4.4. Percepções sobre integração.....	81
4.4.5. Preconceitos e discriminação.....	83
4.4.5.1. Percepção em relação aos habitantes não oriundos das ex-colónias.....	83
4.4.5.2. Como pensam que “os outros” os viam?.....	84
4.4.6. Integração e especificidades sócio-culturais em Vila Nova de Santo André.....	88
4.5. Práticas Culturais e Estratégias Identitárias.....	88
4.5.1. Percepções identitárias dos oriundos das ex-colónias.....	88
4.5.1.2. Como se vêem os moçambicanos?.....	88
4.5.1.3. Que percepções têm os moçambicanos dos angolanos?.....	89
4.5.1.4. Que percepção têm os oriundos de Angola de si próprios?.....	90
4.5.1.5. Como vêem os angolanos os moçambicanos?.....	90
4.5.2. Relacionamento com as ex-colónias.....	90
4.5.2.1. Ligação actual ao local de origem.....	91
4.5.3. Práticas culturais.....	91
4.5.4. Naturalidade e Nacionalidade.....	92
4.5.5. Identidades em mudança – Tempos e Espaços.....	94
4.5.5.1. Auto-percepções identitárias dos oriundos das ex-colónias.....	94
4.5.5.2. Percepções de mudanças a nível pessoal.....	97
CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES.....	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
ANEXOS	

Índice de Figuras

Fig. 1. População residente em V.N. de Santo André, segundo o local de residência a 31 de Dezembro de 1973, ano de 1981.....	57
Fig. 2. Composição étnica da amostra.....	60
Fig. 3. Escolaridade dos entrevistados.....	61
Fig. 4. Profissões à chegada e no momento presente.....	63
Fig. 5. Grau de ligação a Portugal.....	66
Fig. 6. Ano de chegada a Portugal.....	72
Fig. 7. Ano de chegada a Vila Nova de Santo André.....	74
Fig. 8. Percepção de Integração.....	81

Índice de Imagens

1. Mapa do concelho de Santiago do Cacém.....	32
2. Mapa de Portugal com o concelho de Santiago do Cacém em destaque.....	32
3. Vila Nova de Santo André – zona ocidental de implantação urbana.....	40
4. Placa Indicativa do complexo Vila Parque, junto ao Bairro das Torres.....	40
5. Vista aérea da fase inicial de implantação habitacional.....	42
6. Bairro da Atalaia – anos 70.....	42
7. Projecto habitacional da CNP, actualmente Bº dos Serrotes.....	43
8. Panorâmica actual do centro urbano.....	45
9. Comparação de duas fases do Bairro da Lagartixa – evolução de habitações.....	55

Índice de Anexos

Anexo 1. Guião de entrevista.....	108
Anexo 2. Carta de consentimento informado.....	112

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo pretende fazer uma introdução geral à problemática que originou o trabalho de investigação. Em seguida, são enumerados e explicitados os objectivos do presente estudo e as principais questões que nortearam a investigação.

1.1. Problemática

Após o 25 de Abril de 1974, o processo de descolonização dá origem à chegada de cerca de meio milhão de pessoas a um Portugal em convulsão, após a revolução que põe fim ao regime do Estado Novo.

A entrada em massa de populações oriundas das ex-colónias, num curto espaço de tempo, vem reconfigurar de modo significativo a realidade sociocultural portuguesa (NETO, 1997:70). São inúmeras e de profundo impacto as consequências da descolonização, que assumiu contornos bastante diferentes dos fenómenos do mesmo tipo no contexto europeu. Primeiramente, como salienta Pena Pires (1987:21), pelo número de repatriados envolvidos, assim como pelo carácter altamente concentrado a nível temporal: tratou-se, de facto, de um movimento maciço de populações, que apenas foi superado pelo repatriamento dos “pieds noirs” da Argélia para França, em meados da década de 60 (PIRES, 1987:21). Contudo, tendo em conta a população residente em Portugal à época, o caso português acaba por ganhar uma amplitude, sem precedentes, no âmbito dos processos de descolonização ocorridos, na Europa, no século XX. O rápido desmantelamento do império colonial português e a concessão da independência às ex-colónias, num contexto de profunda instabilidade social e política estão na origem do repatriamento maciço de milhares de pessoas marcadas por vivências de conflito e de perigo, desprovidos, na sua maioria, de bens materiais, e que acabam por abandonar os territórios colonizados em fuga.

Volvidas mais de três décadas, após a descolonização, verifica-se uma lacuna considerável na bibliografia científica sobre esta realidade que, dada a importância do fenómeno e do seu impacto nas trajectórias de vida dos indivíduos, das famílias e da sociedade portuguesa, em geral, merece ser objecto de estudo, de reflexão e de debate.

1.2. Objectivos do estudo e principais questões da investigação

Passa-se à identificação dos objectivos centrais do estudo e à explicitação das questões com que partimos para a presente investigação.

1.2.1 Objectivos principais do estudo

Os objectivos centrais do presente estudo desdobram-se em três vertentes principais de investigação:

- a) Caracterizar os processos de fixação dos indivíduos oriundos das ex-colónias africanas (Moçambique e Angola) em Vila Nova de Santo André;
- b) Analisar os processos de integração sociocultural das populações em estudo;
- c) Investigar a natureza das relações existentes entre as populações em estudo e a restante população residente em Vila Nova de Santo André.

1.2.2. Questões Principais da Investigação

Constitui objectivo principal no estudo averiguar os processos de fixação e de integração socio-cultural dos oriundos das ex-colónias africanas em Vila Nova de Santo André.

Tendo estas comunidades constituído uma grande parte da população original da então recém-erigida urbe, importa descortinar até que ponto tal concentração, agregação de pessoas (com percursos semelhantes a nível de proveniência geográfica e partilha de valores e práticas culturais) poderá ter sido um factor facilitador da integração socio-cultural – impelidos pelas dificuldades vividas, apostados na reconstrução de suas vidas, movidos, enfim, por objectivos comuns – ou se, pelo contrário, terá contribuído de algum modo para um certo isolamento da população na sociedade em que se inserem. Quais os sentimentos que os dominam perante uma tão recente e brusca mudança estrutural nas suas vidas, e perante um novo início destas em Vila Nova de Santo André? Ver-se-ão estes indivíduos como membros de pleno direito na sociedade portuguesa? Que sentimentos de pertença manifestam face ao seu percurso de vida,

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

marcado pela descolonização? Ter-se-à perpetuado a dicotomia “Nós – Os outros” (ELIAS, SCOTSON, 1965) em Vila Nova de Santo André até aos dias presentes?

São múltiplos os níveis, as camadas de interacção que se estabelecem na localidade em causa, levantando uma série de questões pertinentes para o conhecimento da sua realidade multicultural. Deparamo-nos, por um lado, os indivíduos oriundos das ex-colónias; por outro, com migrantes internos provenientes de várias zonas de Portugal. Independentemente da diversidade de trajectórias de vida destas populações, todos chegam a Vila Nova de Santo André no mesmo período, passando assim a co-habitar o mesmo espaço e serem co-protagonistas da construção de uma nova comunidade. Face a esta realidade, torna-se importante caracterizar a interacção estabelecida entre estes dois grupos, apesar de me limitar, no presente estudo, à percepção de tal experiência por parte dos oriundos das ex-colónias. Ter-se-ão estes deparado com a presença de estereótipos e preconceitos por parte da restante população? Como terá essa interacção evoluído ao longo dos anos?

1.3. Relevância do estudo

Ao longo das últimas três décadas, Portugal deixou de ser unicamente, um país de emigração, passando a ser, também, um país de destino dos fluxos migratórios internacionais (PEIXOTO, 2004 b):2.

Após o 25 de Abril de 1974, o repatriamento dos portugueses residentes ou naturais das ex-colónias e a migração que se acentuou a partir desses países, já independentes, quer dos refugiados das guerras civis que assolaram Angola e Moçambique, quer dos migrantes que partiram para Portugal por motivos socioeconómicos, em busca de subsistência (GÓIS, 1999:1), provocaram profundas mudanças no tecido social português, que passou a apresentar muito maior diversidade cultural e étnica. Castles (2002:44) defende que os movimentos migratórios, e muito particularmente os que se caracterizam como internacionais, são “uma das principais forças de transformação social em todas as regiões do mundo”.

Vila Nova de Santo André, localidade construída expressamente para albergar os trabalhadores do complexo industrial da área de Sines, teve como primeiros habitantes

um largo número de oriundos das ex-colónias, conjuntamente com oriundos de várias zonas de Portugal, nascendo, assim, num contexto multicultural. Tendo a referida localidade completado já três décadas de existência, afigurou-se como um terreno de estudo pleno de possibilidades dentro da temática mais abrangente de multiculturalidade, interculturalidade e integração, temas tão pertinentes num mundo globalizado, que regista tão grande movimentação de pessoas, contactos entre diferentes culturas, interações diversificadas, que transportam inúmeros desafios. Félix Neto (1997:67) defende precisamente que “a sociedade portuguesa constitui um verdadeiro laboratório natural” para estudos na área da interculturalidade. Neste sentido, como sustenta Castles (2000), citado por Oliveira (2004:23), os estudos locais são “fundamentais (...) para a compreensão da relação ou comparação, entre o global e o local”.

1.4. Estrutura capitular

Neste ponto, realizamos a descrição da estrutura capitular do presente trabalho, que se focaliza nos percursos de integração, identidade e pertenças dos oriundos das ex-colónias africanas que se fixaram em Vila Nova de Santo André, concelho de Santiago do Cacém.

No *Capítulo 2* é efectuado o enquadramento teórico, nomeadamente com os conceitos-chave presentes ao longo da investigação. Faz-se uma revisão selectiva de teorias explicativas das migrações, incluindo perspectivas macro e micro. O primeiro foco é na temática das migrações e integração, passando-se depois para as áreas temáticas da Identidade e Múltiplas Pertenças, essenciais no presente estudo. Efectua-se ainda a apresentação do modelo de análise escolhido para o estudo, bem como o itinerário metodológico que norteou a pesquisa.

O *Capítulo 3* pretende fornecer um enquadramento geral e local de Vila Nova de Santo André, com a sua caracterização actual, o historial das origens e povoamento, a evolução do projecto da cidade, planeada e executada pelo extinto Gabinete da Área de Sines, bem como a explicitação de aspectos pertinentes relativos à organização sócio-

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

espacial da localidade. É ainda analisada a presença passada e presente das comunidades das ex-colónias na localidade.

No *Capítulo 4* tratamos concretamente dos percursos migratórios e processos de integração dos oriundos das ex-colónias em Vila Nova de Santo André. Começamos por efectuar a caracterização sócio-demográfica da amostra, para a seguir examinar os laços que os oriundos de África possuíam ou não com Portugal, antes da sua vinda, os seus projectos de vida antes da saída do local de origem. Igualmente de fulcral importância neste ponto é conhecer as atitudes destes indivíduos relativamente às independências das suas terras de origem (ou longa permanência), uma vez que estes dados fornecem importantes informações relativas aos laços que mantêm com os locais que deixaram, bem como às suas próprias identidades.

Seguidamente, examinamos os processos de integração em Vila Nova de Santo André, as percepções relativas ao espaço físico e social da localidade, no passado e no presente; analisamos o quadro relacional e as sociabilidades entre habitantes de diferentes origens. Investigam-se as percepções dos entrevistados acerca do seu grau de integração, bem como os possíveis preconceitos e estereótipos com que se confrontaram, tanto em Vila Nova de Santo André como em Portugal, de um modo geral.

Passamos de seguida para a exploração das práticas culturais e estratégias identitárias dos oriundos das ex-colónias africanas. De extrema importância são as percepções que os oriundos das ex-colónias têm: de si mesmos, dos oriundos da outra ex-colónia, e dos “portugueses”. Aferimos o relacionamento actual dos indivíduos em estudo com as suas ex-colónias de origem, de forma a retirar conclusões acerca do grau de ligação que mantêm ou não com os seus locais de origem. Investigamos as práticas culturais que eles mesmos percebem como distintivas e características. Pretende-se também conhecer como equacionam as questões da naturalidade e nacionalidade. Finalmente, exploramos a questão das múltiplas identidades, ou identidades em mudança, nos diferentes tempos e espaços.

Por último, no *Capítulo 5* apresentam-se as conclusões sucintas da investigação, bem como algumas considerações de carácter comparativo, baseadas em estudos de

populações também oriundas das ex-colónias, estabelecidas em diversos pontos de Portugal.

CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Passa-se à explicitação dos principais conceitos que nortearam a investigação desde a fase pré-exploratória e que se apresentaram como fundamentais no decorrer da própria investigação e trabalho de campo.

O trabalho de investigação aqui exposto pretende clarificar os percursos de integração dos oriundos das ex-colónias em Vila Nova de Santo André. Mais concretamente, pretendeu-se focar as vertentes de integração social e cultural dos referidos indivíduos. Porém, tais aspectos não poderiam ser abordados sem que as questões relativas aos seus sentimentos de pertença identitária fossem investigadas. Deste modo, tornou-se necessário realizar uma abordagem a diversos conceitos que gravitam em torno dos centrais subjacentes ao presente trabalho.

2.1. Migrações e Integração

2.1.1. Migrações. Conceito e Tipologias

Como chama a atenção Rocha-Trindade (2008:2), o termo migrações possui uma pluralidade semântica. Segundo a OIM ¹, migração é um movimento de população (dentro de um mesmo Estado ou para fora deste), independentemente do tamanho, composição ou causas do referido movimento, incluindo a “migração de refugiados, pessoas deslocadas, desarraigados ou migrantes económicos” (OIM, 2006:38).

Podemos considerar diversos critérios e subcritérios na tentativa de sistematização das tipologias das migrações, como os “espaciais, temporais,

¹ Organização Internacional para as Migrações

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

motivacionais, sócio-económicos, jurídicos”, e ainda os que se relacionam com “as características dos próprios migrantes e (...) modos de inclusão nas sociedades de chegada” (OLIVEIRA, 2004: 30).

Enquanto abordagens mais clássicas, como a de Reginald Appleyard (1991)², se centram sobretudo em questões laborais e político-económicas, Robin Cohen (2005)³, não omitindo a relevância desses aspectos, considera que na actualidade, e em virtude do significativo aumento das migrações nas últimas três décadas, se podem distinguir oito tipos principais de migrações, numa abordagem que contempla mais aspectos socioculturais: Assim sendo, tendo em conta a sistematização realizada por Kolarova e Peixoto (2009:30-31), podemos considerar os seguintes tipos:

- Migrações legais – situações em que os percursos migratórios são conhecidos e validados pelas autoridades;
- Migrações ilegais – de dimensão impossível de calcular, frequentemente ligadas a redes ilegais;
- Migrações de refugiados e/ou deslocados – de acordo com o Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas, em 2002, cerca de 20 milhões de pessoas se integravam nesta categoria, requerendo urgente atenção;
- Migração feminina independente – decorrente das mudanças socioculturais, cada vez mais as mulheres não são dependentes dentro do seu círculo familiar, e a sua migração de modo independente tem verificado um aumento significativo, bem como suscitado crescentes estudos;
- Migração de trabalhadores especializados – temporária e de longa duração (2)
- Migrações internas “em grande escala” – Cohen alerta para estes serem os movimentos em maior volume, em todo o mundo;
- Movimentações turísticas – considerando o seu grande aumento desde a segunda metade do século XX, Cohen considera que estes movimentos devem ser incluídos na tipologia das migrações, sobretudo por suscitarem um crescente contacto entre culturas.

² In *International Migration: Challenge for the Nineties*, Genebra, IOM.

³ In “Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano” in Barreto, António (org.) (2005), *Globalização e Migrações*, Lisboa, ICS.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Para Rocha-Trindade (2007), porém, é evidente que todas as tentativas de “conceptualização ou classificação de tipologias” apresentam “limitações, pela inevitável ocorrência de situações híbridas, muito singulares ou demasiado complexas para poderem ser completamente integráveis numa dada taxinomia”. (ROCHA-TRINDADE, 2007:7)

No âmbito do presente estudo, importa considerar, não obstante dificuldades de classificação tipológica, de modo particular as questões das migrações de carácter forçado e dos refugiados.

Pires (2003; 1987), refere a migração de retorno aplicando o termo de modo geral aos portugueses que abandonaram os territórios ultramarinos. Não obstante a nacionalidade portuguesa dos envolvidos (que leva assim a falar de repatriamento), consideramos que a situação migratória da descolonização é abrangida na dificuldade referida por Rocha-Trindade (2007:7), precisamente por apresentar hibridismo e demasiada complexidade.

Verificámos, ao longo da pesquisa, que a comunidade em estudo frequentemente não se considera “retornada”, inserindo-se preferencialmente na categoria de “refugiada”, incluindo indivíduos nascidos em Portugal.

Hoefgen (1985:91) refere “*the uniqueness of the situation of retornados in Portugal*”, acrescentando que estes apresentam características muito similares aos refugiados.

2.1.2. Teorias explicativas das migrações

Não sendo um fenómeno recente, as migrações têm sofrido aceleração no contexto da globalização (GIDDENS, 2004:260). Volvidos os primeiros anos do presente século, os movimentos migratórios têm sofrido um aumento, o que leva autores como Castles e Miller (1993) a falarem de uma “era da migração”.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

O tema foi, contudo, ignorado por autores clássicos de ciências sociais, durante largo tempo, apesar de os fluxos migratórios terem assumido grande relevância e intensidade na viragem do século XIX para o século XX (PEIXOTO, 2004:3).

Jansen (1969 em PEIXOTO, 2004:4) alertava para a pluridimensionalidade da questão migratória, que justifica a ausência de uma teoria geral. Para o autor, a migração é um problema demográfico, económico, político, sociológico e ainda da área da psicologia social.

Ravenstein, autor clássico que mais influenciou teorias posteriores, advoga o modelo de atracção – repulsão (push-pull), segundo o qual o processo migratório tem sempre na sua base a decisão racional do sujeito migrante (OLIVEIRA, 2004; PEIXOTO, 2004). Existe neste modelo uma clara ligação ao racionalismo económico, que constituiu paradigma neoclássico na área da Economia. Para Ravenstein, os factores de repulsão seriam basicamente de ordem socioeconómica, como desemprego, baixos salários, falta de direito/acesso a propriedade, secas, fome; os de atracção tinham directamente a ver com o conhecimento de situações, noutros pontos, opostas e favoráveis a um melhor nível de vida (OLIVEIRA, 2004: 33).

Ainda no campo das teorias clássicas, consideramos a Teoria do Capital Humano. Borjas (2000, em FIGUEIREDO, 2005:29) considera, no âmbito deste paradigma, que as migrações teriam como causa principal os “diferenciais de salários existentes entre as economias”. Os fluxos migratórios são, assim, vistos como um “investimento” em capital humano.

São diversas e provindas de vários autores as críticas às teorias clássicas, sobretudo por se centrarem demasiado na acção de escolha individual do sujeito migrante, ignorando vários factores cruciais que podem determinar os movimentos migratórios. Oliveira (2004:35-36), baseando em alguns desses autores críticos, como Rocha-Trindade e Portes, aponta igualmente a falha das referidas teorias na explicação de alguns factos, tais como o de não serem os países “mais pobres os que maiores fluxos de saída contabilizam”; de não serem os indivíduos mais pobres os que mais migram, por nem terem acesso a informação sobre outras realidades socioeconómicas; o facto de os movimentos migratórios se registarem frequentemente entre países com laços históricos e culturais do passado e, finalmente, o facto de os fluxos não diminuírem

quando se restabelece algum equilíbrio entre os países emissores e os receptores, uma vez que as redes sociais “tendem a reproduzir esses movimentos”.

Por outro lado, as teorias baseadas no modelo histórico-estrutural focam-se nos factores externos à vontade/decisão do sujeito migrante. Ao contrário das teorias de equilíbrio, que oferecem uma perspectiva micro, os autores do modelo histórico-estrutural recorrem a uma abordagem macro que, pela “diversidade de modelos migratórios que incorpora” torna a sua sistematização numa tarefa complexa (GONÇALVES,2009:31-32). A abordagem histórico-estrutural estuda o fenómeno migratório no “contexto da economia global e das relações centro-periferia, a nível de desenvolvimento” (id.). Deste modo, não é o migrante o objecto primeiro de estudo, mas sim todo o contexto socioeconómico, o funcionamento dos mercados e o capitalismo, que seriam os responsáveis, em última análise, pelo deslocamento populacional.

Após a breve resenha histórica de algumas teorias explicativas das migrações, e tendo em conta a complexidade que envolve o fenómeno migratório, Peixoto (2004:11) defende que as novas formas de mobilidade, num mundo em constante transformação, exigirão ainda maior interdisciplinaridade em estudos futuros, reforçando a ideia da “ilusão de teorias acabadas”.

Rocha-Trindade (2007:7), por sua vez, chama a atenção para a desejada complementaridade entre estudos macro e micro, não sendo necessária “uma clivagem entre a necessidade de conceptualização, eventualmente conducente à teorização sobre os fenómenos migratórios, e as abordagens de raiz empírica”.

2.1.3. Integração

Para Pena Pires (2003), os processos de integração dizem fundamentalmente respeito ao “modo como os actores são incorporados num espaço social comum”. Almeida (1993:830) define integração como “pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania. Isto é, todos eles conservando, aprofundando e exprimindo capacidades de escolha”.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

A perspectiva inicial e clássica de assimilação (denominada como *straight line assimilation*) pressupunha uma integração consideravelmente “linear e não problemática” (CARREIRAS e MALAMUD, 2009:99).

A Escola de Chicago, nas primeiras décadas do século transacto, consideravelmente marcada pelo empirismo, centrou-se sobretudo na análise dos processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade americana, defendendo que o imigrante acabava por ser inevitavelmente assimilado, estrutural e culturalmente. A sociedade americana seria então interpretada como um “melting pot”, em que se perdem, diluídas, as idiosincrasias, as singularidades dos sujeitos.

Assistimos, actualmente, a um progressivo afastamento da polarização absoluta entre as perspectivas assimilacionistas e retencionistas que dominaram a discussão em torno das questões de integração. Importa referir que o conceito de assimilação foi, ao longo do tempo, objecto de diferentes visões. Por outro lado, a etnicidade, e conceitos a esta relativos, como a etnização, essencial na abordagem das perspectivas retencionistas, não terá dado origem a maior consenso entre teóricos.

A autora Ângela Brito (2010) chama a atenção para a necessidade de considerarmos que raramente a interpretação de integração é coincidente entre migrantes e nativos do país de acolhimento:

“O próprio sentido do conceito de integração pode ser diferente, se o abordamos a partir da perspectiva do próprio migrante ou dos nativos do país que os acolhe (Xavier de Brito e Vasquez, 1996), na medida em que é essencialmente um jogo de olhares e perspectivas. Esquecemos, com frequência, de dizer que essa integração jamais é feita segundo o modelo desejado pelos habitantes do país de recepção e que ela é quase sempre perigosamente confundida com a aculturação ou a assimilação.”

Neste sentido, é relevante recordar as reflexões de Hall e Kostic (2008:10), que, baseados em Snel et al (2006), tendo como exemplo estudos sobre integração de cidadãos estrangeiros na Suécia, efectuam uma distinção entre integração estrutural e integração sociocultural. A integração estrutural, neste contexto, diria respeito à “incorporação de indivíduos em instituições sociais, que incluem cidadania, idioma,

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

educação, mercado de trabalho”, sendo estes aspectos verificados sistematicamente, incluindo na verificação do “rendimento que deverá ser equivalente ou superior à média, a competência na língua e o não recurso a benefícios sociais nos últimos cinco anos”.

Já a integração sociocultural implica “interacção com nativos e identificação com a sociedade receptora e seus valores”.⁴

Verificamos, pois, que tal como Brito acima sustenta, a noção de integração dominante é frequentemente a da sociedade receptora, que exige identificação com seus valores, e que raramente a diferença é vista como isenta de problemas.

Gans (1999) advoga o fim da referida polarização conceptual, propondo uma reconciliação entre as duas perspectivas, assimilacionista e retencionista.

Pena Pires (2003) critica a valorização dada por “ideologias multiculturalistas” às diferenças expressas através da etnização, considerando que tal “significa incorporar os critérios de discriminação que estiveram na origem dessa mesma etnização e (...) fragilizar o princípio do universalismo que funda a cidadania democrática moderna”⁵ advoga a necessária reconceptualização de assimilação, que aliás reflecte uma visão mais abrangente da própria sociedade de recepção. Deste modo, assimilação não pressupõe uma “homogeneização”, uma vez que “a própria sociedade de acolhimento não é homogénea”. Almeida (1993:830) reforça essa ideia:

“Importa salientar, em todo o caso, que nas nossas sociedades a integração não é pensável como uma homogeneidade restritivamente decretada, como uma autodefinição grupal. Nem mesmo, já num sentido mais amplo, como o conjunto de representações, valores e comportamentos que uma dada cultura avalia de forma positiva.”

2.2. Identidades e Múltiplas Pertenças

Nos seguintes pontos abordamos algumas perspectivas sobre dois conceitos fulcrais no presente trabalho. A questão da Identidade (e Identidades) e as Múltiplas

⁴ Tradução livre do excerto do artigo original, em inglês.

⁵ Citado no jornal Diário de Notícias, 14 Agosto de 2005

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Pertenças, crescentemente significativo no mundo actual globalizado e, particularmente, no universo do presente estudo.

2.2.1. Identidade

“(...) em matéria de identidades não se podem estabelecer regras gerais”

(ROCHA-TRINDADE, 2006:87)

De modo genérico, podemos entender por Identidade as “características distintivas do carácter de uma pessoa ou um grupo” (GIDDENS, 2001). Podemos ainda considerar como principais fontes de identidade o género, a orientação sexual, a nacionalidade e/ou etnicidade, a classe social e até o nome próprio (id).

O tema da identidade passou a ser questão central nas ciências sociais relativamente tarde.

Na abordagem mais genérica da Identidade, acima descrita, as categorias referidas aparentam alguma estabilidade. Contudo, Bauman, um dos autores que mais se destacou no estudo das questões de Identidade, considera que na “modernidade líquida” que vivemos, também as identidades são instáveis, à semelhança do próprio mundo contemporâneo (Bauman, 2001 in MOCELLIM, 2008). “Híbridas, deslocadas de um vínculo local, são tarefa individual, em constante construção” (MOCELLIM, 2008). Bauman considera que a Modernidade se iniciou ainda no século XVII, com profundas mudanças nos modos de vida, costumes, organização social, aspectos que se globalizaram muito rapidamente. Segundo este autor, o advento da Modernidade transportava consigo o projecto de desenvolvimento do conhecimento para melhor controlo e utilização a favor do Homem. Enquanto na Pré-Modernidade, podemos considerar que espaço e tempo apresentavam união num quotidiano, na Modernidade dá-se uma separação entre espaço e tempo, ou, pelo menos, diminui consideravelmente a interdependência entre ambos. O espaço ganha novas flexibilidades, as acções humanas passam a ser conhecidas e repercutidas fora dos contextos locais com crescente facilidade. Podemos então considerar que no Mundo Moderno, controla-se o Tempo e minimiza-se o Espaço. Com o rápido desenvolvimento de novos meios de

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

comunicação, tais aspectos têm-se acentuado de modo antes inimaginável. Vivemos então, segundo Bauman, já uma Pós-Modernidade (Mocellim, 2008).

Stuart Hall, por seu lado, considera que as “velhas identidades”, responsáveis por alguma estabilidade aparente do mundo social, durante longo período, estão “em declínio”. Assistimos à fragmentação do indivíduo moderno, que previamente era visto como “sólido, estável, unificado” (HALL, 1998:7).

Esta fragmentação implica que diversas identidades nos acompanham, e nem sempre todas ausentes de contradições ou “resolvidas”. Para Hall, o colapso das identidades tradicionais, que estavam intimamente ligadas ao local, deve-se à crescente e frenética interdependência global. Os múltiplos contactos e interações produzem uma crescente diversidade de “estilos e identidades” (id).

Se no passado a coesão identitária era valorizada, segundo Bauman, actualmente já não existe o “medo da ambivalência em relação às identidades”(MOCELLIM, 2008).

Em íntima ligação com a questão identitária, temos a memória. Esta relação interdependente aplica-se tanto nas identidades individuais como nas de grupo. Como refere Myriam Santos:

“O sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra. Da mesma forma que a identidade, a memória deixou de ser pensada como um atributo estritamente individual, passando a ser considerada como parte de um processo social (...)” (SANTOS, 1998:2)

Em suma, e considerando que também o factor memória não é estático, sofrendo alterações e influências diversas ao longo da vida, consideramos, tal como Giddens e Bauman, que a identidade é uma “construção constante” (Maffesoli, 2006 em MOCELLIM, 2008).

2.3. Modelo de Análise e Itinerário Metodológico

Este estudo nasce da própria singularidade da localidade de Vila Nova de Santo André, constatada empiricamente pela investigadora, que ali residiu numa fase relativamente inicial do projecto habitacional e urbano⁶. Sendo Vila Nova de Santo André um caso único em Portugal, enquanto cidade planeada e erguida do zero, era um facto conhecido, em toda a zona e não só, que a localidade albergava uma significativa comunidade de oriundos das ex-colónias africanas, mais concretamente, de Moçambique e Angola.

Se, por um lado, poderia constituir uma mais valia algum conhecimento prévio da realidade a estudar, uma vez que a investigadora não só foi habitante da localidade como, ela própria é oriunda de uma ex-colónia, tal aspecto acarretava preocupações, pelo distanciamento necessário, enquanto investigadora, das experiências e percepções enquanto antigo membro da comunidade-alvo.

2.3.1. Investigação qualitativa e Estudo de Caso

O presente estudo é de natureza qualitativa. Como refere Flick (2002:13), este tipo de investigação “está vocacionada para a análise de casos concretos, nas suas particularidades de tempo e de espaço, partindo das manifestações e actividades das pessoas nos seus contextos próprios”.

Recorreu-se à observação desapercibida para efeitos de percepção do relacionamento entre habitantes de diferentes origens em contexto social e de convívio. Porém, foi a observação participante a dominante ao longo da pesquisa de terreno, em situações de entrevista, de conversas informais com informantes qualificados e com habitantes não integrantes do estudo.

⁶ A contextualização da localidade de Vila Nova de Santo André encontra-se devidamente explicitada no Capítulo 3.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

As técnicas de recolha de informação consistiram, primeiramente, na pesquisa documental, que se revestiu de particularidades. O organismo responsável pela concepção e construção de Vila Nova de Santo André, bem como pela sua gestão durante vários anos, o Gabinete da Área de Sines, foi extinto em 1989⁷. Legalmente existiam disposições que determinavam a transferência da documentação para a Direcção Geral do Tesouro e, posteriormente, para o Arquivo Distrital de Setúbal. Porém, a referida documentação terá permanecido durante largos anos, ao abandono, nas antigas instalações do GAS⁸, numa pequena localidade pertencente à freguesia de Santo André. Segundo diversos testemunhos, inclusive de antigos funcionários do GAS, o destino de grande parte da documentação não foi esclarecido, e poderá ter sido “perdido”⁹. Em 2008, terá sido efectuada a transferência do Arquivo ainda existente do GAS para o Arquivo Distrital de Setúbal, medida muito contestada, sem sucesso, por um grupo de habitantes, entre as quais João Madeira, historiador, que consideravam essencial manter a documentação, relativa às origens de Vila Nova de Santo André, na freguesia ou concelho (Santiago do Cacém), uma vez que o arquivo continha “os documentos que reflectem todo um processo de mais de três décadas que, para o melhor e para o pior, transformou toda esta zona”¹⁰

Apesar desta primeira dificuldade, foi possível aceder a alguns documentos, uns presentes na Biblioteca Municipal de Santo André, outros gentilmente cedidos por antigos funcionários do GAS, bem como habitantes interessados na história da localidade.

Realizaram-se inúmeras conversas informais com habitantes actuais, não integrantes do estudo, e ainda com alguns entrevistados que cumpriam todos os requisitos de informantes qualificados, pelos seus percursos profissionais e sociais em Vila Nova de Santo André. Este tipo de entrevista aberta/conversa informal, baseada nas considerações de Quivy e Campenhoudt (1992), possibilitaram a recolha de inúmeros dados detalhados que foram sendo integrados na pesquisa, e colmataram, em

⁷ Decreto-Lei n.º 228/89, de 17 de Julho. Anos mais tarde, pelo Despacho A-17/90-XI, de 24 de Janeiro de 1991, o GAS entrou em fase de liquidação.

⁸ Gabinete da Área de Sines

⁹ Conversa informal com antigo funcionário do GAS, Março de 2010

¹⁰ João Madeira in “A Memória do Gabinete”, Setúbal na Rede (setubalnarede.pt)

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

grande medida, as dificuldades anteriormente referidas no que respeita ao acesso a documentação.

2.3.2. Critérios de selecção dos entrevistados e técnica de amostragem

A amostra em estudo é constituída por 15 indivíduos, todos provenientes de Moçambique e Angola. Aquando da fase de elaboração do projecto de investigação, todos estes indivíduos seriam de facto naturais de uma das duas ex-colónias mais representativas. No entanto, a fase exploratória e o próprio trabalho de investigação em campo acabou por revelar ser pertinente incluir na amostra indivíduos nascidos em Portugal, pois a sua presença acabou por se revelar mais numerosa do que o inicialmente calculado em Santo André. Este aspecto necessita de alguma explicação adicional. Somente dois dos indivíduos em questão – nascidos em Portugal – partiram para África já fora da faixa etária de infância. Viemos, pois, a constatar, que uma maioria de pessoas nascidas em Portugal mas partidas para as ex-colónias na terna infância (antes dos 5 anos de idade) se referiam a si próprios como oriundos de Moçambique e/ou Angola. Este facto revelou-se de extrema importância e pertinência no que respeita às próprias questões identitárias dos indivíduos em estudo, pelo que sentimos que não deveriam ser ignoradas dentro da temática que nos propomos desenvolver.

Ainda assim, acreditando que as populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André são maioritariamente constituídas por indivíduos nascidos já nos ex-territórios ultramarinos, acabam por ser estes o maior número de entrevistados.

Relativamente à escolha dos entrevistados, a técnica de amostragem insere-se na denominada “bola de neve”. Foram contactadas as primeiras pessoas, por sugestão de outras, conhecedoras de Vila Nova de Santo André. Aquelas, por sua vez, foram sugerindo outras e sempre como sendo naturais de Angola e/ou Moçambique.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Quais, então, os critérios que determinaram a selecção de entrevistados? Tendo em conta os objectivos do estudo que se pretendia desenvolver, os entrevistados deveriam ser, em primeiro lugar, oriundos (na sua maioria, nascidos) das ex-colónias, mais concretamente de Angola e de Moçambique. Não foram incluídos na amostra indivíduos oriundos das restantes ex-colónias, não por não se encontrarem em Santo André, mas pelo facto de a sua presença ser consideravelmente menor que das duas ex-colónias referidas anteriormente¹¹. A maior parte das pessoas que chegaram a Portugal em consequência da descolonização são oriundas de Angola. No entanto, em Vila Nova de Santo André, são os oriundos de Moçambique que constituem o maior grupo. Assim sendo, a amostra deveria, preferencialmente, reflectir essa realidade.

Relativamente ao número de indivíduos que deveriam constituir a amostra, considerou-se que um total de 15 entrevistados seria adequado, tendo em conta as limitações de tempo em que deveria decorrer a investigação. Não foram definidos critérios relativamente à idade, embora se calculasse à partida que um número significativo de entrevistados deveria ultrapassar os 50 anos de idade, o que de facto se veio a registar, devido ao critério que em seguida se passa a discriminar.

Um dos critérios essenciais na selecção de entrevistados dizia respeito à data de fixação em Vila Nova de Santo André. Tendo em conta que um dos objectivos centrais do estudo era o estudo dos processos de fixação dos oriundos das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, e que a própria localidade nasce com esse mesmo povoamento, era essencial incluir na amostra indivíduos que tivessem acompanhado o nascimento e evolução da localidade. Assim sendo, estabeleceu-se que os entrevistados deveriam ter ido habitar para Vila Nova de Santo André em meados da década de 70, até meados da década de 80.¹²

Os requisitos para a escolha dos entrevistados eram serem habitantes de longa data de Vila Nova de Santo André (de modo a poder conhecer as suas experiências na fase inicial da localidade), que fossem oriundos das ex-colónias africanas, mais concretamente, de Moçambique ou de Angola. Esta informação levou a resultados

¹¹ A população oriunda das restantes ex-colónias representava, em 1981, somente 2% da população total, segundo o Recenseamento Geral da População, 1981, INE

¹² Cf Figura 7 – Ano de chegada a Vila Nova de Santo André, p. 74

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

curiosos e que se impuseram à investigadora, levando-a inclusivamente a proceder a alterações relativamente aos referidos requisitos. Porém, em quatro ocasiões, só no decorrer das entrevistas foi clarificada a naturalidade portuguesa desses entrevistados. No planeamento da investigação, não se considerou incluir os tradicionalmente denominados “retornados”, mas tão somente pessoas nascidas em Moçambique e Angola. Verificámos, porém, que esses quatro indivíduos eram referidos por terceiros como sendo “de Moçambique” ou “de Angola”, e que eles próprios se viam frequentemente assim, e se apresentavam dessa forma. Considerou-se, deste modo, ser este um factor de extrema relevância e que deveriam ser incluídos na amostra.

Foram realizadas quinze entrevistas semi-dirigidas, registadas em suporte áudio e posteriormente transcritas na íntegra.

O tipo de entrevista seleccionado permitiu que, não obstante a orientação dada pelo guião, os entrevistados pudessem discorrer livremente sobre as temáticas sugeridas, possibilitando acesso a narrativas de grande riqueza e profundidade, pelas próprias palavras dos actores da realidade em estudo. O guião de entrevista foi concebido de modo a que cada bloco de questões correspondesse aos pontos constituintes e centrais presentes no capítulo 4, dedicado à exposição e análise dos dados recolhidos. Assim, em cada bloco de questões semi-dirigidas, buscava-se resposta para as questões centrais e complementares que se colocaram no início da investigação.

Todas as entrevistas registadas em suporte áudio foram integralmente transcritas. A informação recolhida centra-se em torno dos seguintes temas:

- I. Caracterização Sócio-Demográfica;
- II. Projectos de Vida e Descolonização;
- III. Percursos migratórios: de África para Vila Nova de Santo André;
- IV. Processos de integração em Vila Nova de Santo André;
- V. Práticas Culturais e Estratégias Identitárias.

Dado que no decorrer das entrevistas foram sendo igualmente registados pela investigadora aspectos peculiares paralelos ao discurso (linguagem gestual, ênfases, silêncios, expressões faciais), estes elementos foram tidos em conta no decorrer da

análise, fornecendo importantes informações, que complementaram a interpretação dos discursos. Como refere Ana Luísa Janeira (1972: 398), esta técnica, aplicada no campo das ciências sociais, “pretende ser um meio capaz de detectar valores sociais, imagens, modelos ou símbolos empregues pelos emissores”

CAPÍTULO 3.

AS COMUNIDADES DAS EX-COLÓNIAS AFRICANAS EM VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ. ESTUDO DE CASO.

3.1. Enquadramento Local

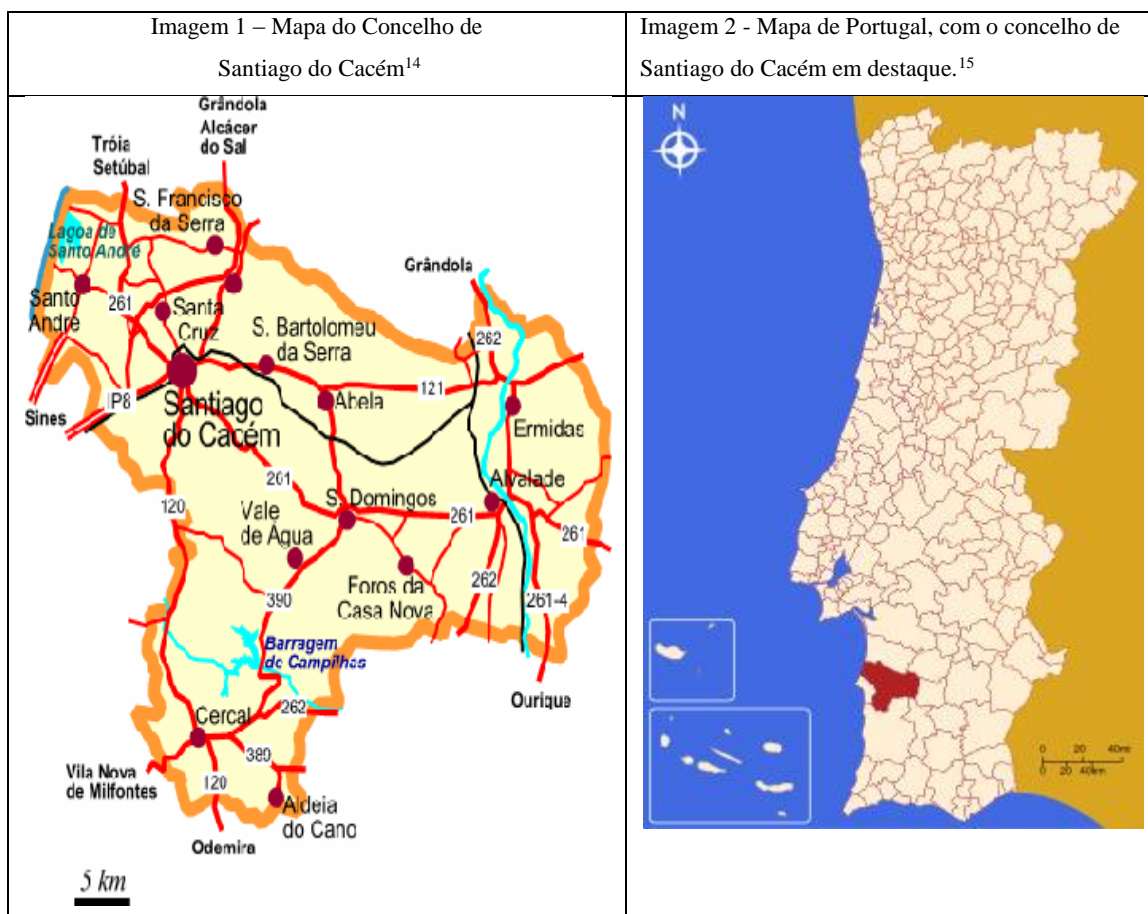
No início deste capítulo, pretende-se situar e enquadrar a localidade de Vila Nova de Santo André, caracterizando-a na actualidade, para depois se proceder ao enquadramento histórico.

3.1.1. Vila Nova de Santo André - caracterização

Santo André é uma das onze freguesias que compõem o concelho de Santiago do Cacém, no Alentejo Litoral, distrito de Setúbal. Situada a 12 km da sede de concelho e a 15 km de Sines, a freguesia ocupa uma área total de 75,71 km² e tinha, à data do último Censo (2011) 10.647 habitantes. Segundo a tipologia de áreas urbanas, a localidade é descrita como Área Predominantemente Urbana. Com uma ocupação populacional predominantemente registada a Noroeste, é delimitada a Oeste pelo Oceano Atlântico. É nesta freguesia que se localiza a maior parte da extensão total da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (RNLSAS)¹³, facto que lhe confere importante estatuto a nível de localização ecológica e com potencial turístico, e que comporta, naturalmente, enormes desafios no que respeita aos condicionamentos da expansão urbanística.

¹³ Criada pelo Decreto Regulamentar nº 10/2000.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças



A localidade é servida por uma ligação ao IP8, acedendo por esta à Auto-estrada do Sul (A2). Dispõe, igualmente, de ligação a Santiago do Cacém e a Sines, por via rápida, assim como estradas municipais até Tróia. No que respeita ao acesso por transportes públicos, este limita-se a autocarros, uma vez que as ligações ferroviárias de transporte de passageiros há muito se encontram desactivadas na zona, sendo a mais próxima em Ermidas do Sado.

¹⁴ Fonte: santiagodocacem.net

¹⁵ Fonte: pt.wikipedia.org

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Vila Nova de Santo André, o maior aglomerado urbano da freguesia, tem o seu germen toponímico na hoje conhecida como Aldeia de Santo André, situada sensivelmente a três quilómetros. Encontramos imprecisões no que respeita à data de criação da freguesia. Algumas referências¹⁶ situam-na ainda no século XIV ou XV, nomeadamente nos reinados de D. João I ou do seu sucessor, D. Duarte. Como facto comprovado, a freguesia existia no século XVI, com uma população que vivia essencialmente da agricultura e exploração de recursos da Lagoa de Santo André. Desde o século XIX, a cultura mais importante na zona era a do arroz, e esta duraria até à década de 70 do século XX, mais concretamente, até 1974, quando o Gabinete da Área de Sines determina a sua suspensão, devido à crescente contaminação por produtos químicos das águas da Lagoa.

A década de 70 do século transacto marca a profunda mudança que toda a área envolvente sofreria, quer a nível de infra-estruturas habitacionais, de serviços e industriais, quer a nível populacional e, conseqüentemente, sociocultural e económico. O próprio contexto político português da altura, na ausência de um regime mais democratizado, permitiria uma intervenção autoritária e abrangente na área, ignorando tanto preocupações que surgiam já à época, noutros pontos altamente industrializados da Europa relativamente aos efeitos ambientais da concentração industrial, como interesses locais e regionais (PATRÍCIO, 1991:10).

Vila Nova de Santo André começou por ter um estatuto dúbio relativamente à categoria de aglomerado populacional em que se inseria. Tendo sido elevada a vila a 20 de Junho de 1991, era, até essa data (e continuou a sê-lo, em parte) denominada como “Cidade Nova”, uma vez que era essa a designação que a havia acompanhado desde a sua concepção. Pouco mais de uma década depois, a 1 de Julho de 2003, passaria a cidade, sendo desde então a sua designação Cidade de Vila Nova de Santo André. Num concelho com baixa densidade populacional, não obstante a sua dimensão física (108,1 habitantes/km² para uma área de 1.059,77 km²), Santiago havia sido, em conjunto com Sines, o concelho alentejano a registar a maior entrada de população na década de 80, sem dúvida em consequência do arranque do complexo industrial na área de Sines.

¹⁶ Pe. António Macedo, *Annaes do Municipio de Santiago de Cacem*, 1869

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Na década de 90, mais concretamente entre 1991 e 2001, o Alentejo Litoral, contrariando a tendência verificada no Alentejo em geral, cresceu a nível populacional. No mesmo período, Vila Nova de Santo André registou uma perda mínima de população residente (10751/10696), continuando a ser a freguesia mais populosa do concelho e a que perdeu menos população residente.

A cidade destaca-se consideravelmente das outras freguesias de Santiago do Cacém no que respeita ao Parque Industrial. A título exemplificativo, na ZIL (Zona Industrial Ligeira) de Santiago do Cacém existiam, segundo o Diagnóstico Social de 2003 do concelho, 57 empresas, e em Vila Nova de Santo André 15. Porém, na ZAM (Zona de Actividades Mistas), Vila Nova de Santo André apresentava 111 empresas, enquanto na sede de concelho constavam somente 19.

Acrescenta-se o que o concelho de Santiago do Cacém ter conhecido uma grande expansão, neste período, no sector da construção civil e obras públicas, facto atribuído à “dinâmica demográfica” registada em Vila Nova de Santo André.

É ainda de registar que Santo André é a freguesia que regista o índice de envelhecimento mais baixo, sendo, assim, a mais jovem do concelho.

Além da rede de equipamento escolar, constituída por três estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo, um de 2º e 3º ciclos e uma escola secundária, Vila Nova de Santo André dispõe ainda de uma instituição privada de ensino superior, a única nos concelhos de Santiago do Cacém e Sines, o Instituto Piaget, a funcionar desde 2002, com um Instituto de Estudos Interculturais e Transdisciplinares e licenciaturas nas áreas de Motricidade Humana, Ambiente, Segurança e Higiene do Trabalho, Engenharia de Petróleos (ramo Refinação) e Gestão de Hotelaria e Turismo. Em processo de homologação encontra-se ainda a Escola Superior de Saúde de Santo André. Os responsáveis pelo campus universitário justificam a eleição de Vila Nova de Santo André para instalação do Piaget pelo elevado número de população jovem, elevada presença de técnicos especializados e quadros médios e superiores (sobretudo “oriundos

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

das ex-colónias africanas”¹⁷) e escolaridade e poder de compra superiores à média nacional, reconhecendo na cidade uma dinâmica muito peculiar e investindo em áreas de formação com potencial de empregabilidade na zona.

No documento de Diagnóstico do Concelho de Santiago do Cacém, relativo ao ano de 2003¹⁸, constava como problemática identificada a toxicod dependência, que no referido documento surge justificada em virtude da “*heterogeneidade populacional*” e pelas próprias “*características urbanas*” de Vila Nova de Santo André. No mesmo período, constatou-se que 43,5% da população em atendimento no Centro de Atendimento a Toxicod dependentes (CAT) era proveniente de Santo André. Verificamos ainda, mais adiante no mesmo documento, que aparentemente o contacto com a diversidade cultural é visto (pelos diversos organismos responsáveis pelo Diagnóstico) como potencial fonte de problemas:

“(...) é importante não esquecer que o concelho de Santiago do Cacém pelo facto de estar próximo de zonas costeiras bastante atractivas, em termos turísticos torna-se também um local privilegiado de contacto com outras realidades e culturas. Apesar deste facto ser benéfico para o desenvolvimento da região e do próprio concelho, apresenta também aspectos negativos, uma vez que se torna muitas vezes porta de influência para práticas de consumo de álcool e outras drogas.”

O referido CAT, localizado em Santo André, é o único do Alentejo Litoral, servindo assim utentes de vários concelhos.

Actualmente, a cidade apresenta considerável variedade de equipamentos colectivos, infra-estruturas e serviços, apesar de a sua população continuar a apresentar carências e reivindicar soluções para os seus problemas mais prementes, como, por exemplo, a construção de um Lar de 3ª Idade. No que respeita, aliás, a equipamentos direccionados para o serviço social, os movimentos associativos e, em grande medida, a igreja, têm-se substituído à intervenção estatal nesta localidade, como se verá adiante. Como refere Rodrigues (1997),

“ o exemplo de Santo André revela-se contraditório porque vive actualmente um processo de desagregação, mas apresenta um crescente grau de solidariedade entre os

¹⁷ Fonte: <http://www.ipiaget.org/santo-andre/>

¹⁸ O último Diagnóstico Social do Concelho de Santiago do Cacém disponibilizado para consulta diz respeito ao ano de 2003. Não nos tendo sido facultado o acesso a diagnósticos mais recentes, recorremos ao já citado e ao Plano de Desenvolvimento Social 2008-2010, da Plataforma Territorial da Supraconcelhia do Alentejo Litoral, uma vez que neste último, pelas áreas de intervenção eleitas como primordiais, fornece informações que complementam as já transmitidas em 2003.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

habitantes, que se manifesta, entre outras, nas vertentes política, religiosa e desportiva”.

Se, como considera a mesma autora, o Estado terá abandonado a localidade e suas gentes “à sua sorte a dissolução de identidades”, observamos que a população não permaneceu indiferente, tomando para si a iniciativa de intervir de facto na sua terra e mudá-la, numa “*invenção sempre renovada dos cidadãos que se estão a apropriar desta Vila e que nela constroem um futuro*”.¹⁹ Exemplo do não conformismo é o significativo movimento que reivindica a passagem da cidade a concelho. Como refere um dos habitantes, também ele integrante do presente estudo e oriundo de Angola:

*“Eu vivi em Odivelas, e senti que Odivelas não crescia porque era um dormitório de Loures e Lisboa. Assim que se tornou independente de Loures, cresceu melhor. Vejo um bocado disso aqui em Santo André, também está ligado a Santiago do Cacém, não cresce (...) quando passámos a cidade, se fossemos mais longe e pedíssemos independência de Santiago, acho que Santo André tinha crescido melhor, muito melhor, mesmo.”*²⁰

O mesmo inquirido considera que Santo André cresceu, “e bem”, enquanto esteve ligado ao Gabinete da Área de Sines.

3.2. Origens e Povoamento

Conhecer as circunstâncias de nascimento e desenvolvimento de Vila Nova de Santo André implica, necessariamente, um acompanhamento, por um lado, da evolução do Complexo Industrial de Sines, e, conseqüentemente, de um organismo hoje extinto, o Gabinete da Área de Sines. A história da Cidade de Vila Nova de Santo André encontra-se intimamente ligada a estas duas entidades, e delas dependeu todo o seu percurso posterior. Vila Nova de Santo André existe, de facto, porque existiu um projecto de criação, na área de Sines, de um gigantesco Complexo Industrial. O Gabinete da Área de Sines, por seu turno, foi criado para levar a cabo essa missão, interligando os desígnios de um poder central e interesses multinacionais e a gestão e criação de condições locais para a concretização do projecto.

¹⁹ Rodrigues, 1997:164

²⁰ Entrevista a José, Maio 2010

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Em 1970 é lançado o concurso para a instalação de uma nova refinaria do sul.²¹ Portugal seguia assim o exemplo de outros países do sul da Europa, apostando em pólos de crescimento como estratégia económica, aliada a uma tentativa de desenvolvimento do Alentejo, zona que apresentava um baixíssimo nível de industrialização.

Em 1971, era o próprio Presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano, que anunciava via televisão o “grandioso” Projecto de Sines.

A escolha da área de Sines para a concretização deste projecto é ditada pelas condições únicas da sua faixa costeira, cujas características naturais permitem a implantação de um porto de águas profundas.

Não menos significativa para a eleição desta área foi, sem dúvida, a baixa cotação dos terrenos. A expropriação de cerca de 40 mil hectares de terrenos agrícolas a preços irrisórios permitiu uma significativa poupança para os cofres do Estado, dando origem a um dos mais dramáticos problemas vividos na região. Do total de área expropriada, mais de metade permaneceu intocada, muito embora alguns terrenos se situem a distâncias das indústrias que se tornam dissuasoras e pouco recomendáveis para habitação e exploração agrícola.

Finalmente, a relativa proximidade das minas de Aljustrel oferecia boas perspectivas de futura actividade de tratamento e processamento de pirites em Sines (PATRÍCIO, 1991:11).

Não espanta que modificações tão profundas na região pudessem causar as reacções mais díspares. Por um lado, muitos naturais compreendiam e aceitavam as perspectivas de desenvolvimento local que se desenhavam com a implantação do Complexo Industrial e, sobretudo, com a promessa de criação de milhares de postos de trabalho que este configurava. Por outro, as modificações trazidas, na terra, nos modos de vida, na própria paisagem, deixariam feridas que ainda hoje se verificam. Como referiu, no início da década de 80, o escritor Luís de Sttau Monteiro, num estudo encomendado pelo Gabinete da Área de Sines, nunca publicado²²: “...a política de expropriação sistemática levada a cabo na Área de Sines feriu profundamente a

²¹ Despacho Ministerial de 16 de Outubro de 1970

²² Luís de Sttau Monteiro, Santo André, Um Areal de Esperança (s/d)

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

sensibilidade da gente da região”. Tais feridas poder-se-ão ter reflectido nas percepções dos naturais da zona relativamente aos forasteiros que chegariam pouco tempo depois a uma localidade que passava a existir em decorrência das expropriações sentidas como injustas, e ocupando parte significativa dos postos de trabalho que passavam a estar disponíveis.

É de notar que as expropriações, aliadas a preocupações a nível dos impactos ambientais perniciosos na área, parecem ter movimentado mais a população de Sines que doutras zonas afectadas pelo processo, como Santiago e a própria zona em que seria implantada a nova cidade, Vila Nova de Santo André.

A “cidade nova” viveria, desde a sua concepção em papel, passando pela concretização até à actualidade, fases distintas, adaptações e readaptações, condicionadas pelos diferentes momentos nos contextos nacional e internacional.

O Decreto-Lei 270/71 define a “Área de Sines” abrangendo o concelho de Sines e parte do concelho de Santiago do Cacém, numa área total aproximada de 41 mil hectares, com cerca de 30 km de costa. O mesmo decreto regulamenta a criação de um organismo “*especialmente criado para o efeito – o Gabinete da Área de Sines – dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira*” e dependendo “*directamente do Presidente do Conselho*”.

O Gabinete da Área de Sines (GAS) tinha como principais objectivos a promoção da “*área de implantação concentrada de indústrias de base e de um terminal oceânico*”, as necessárias infra-estruturas e serviços de apoio e outros empreendimentos de cariz industrial além dos inicialmente previstos, que pudessem contribuir para o desenvolvimento do complexo. Finalmente, o GAS seria ainda responsável pela implantação de centros urbanos e equipamentos sociais “*exigidos pela concentração populacional resultante do exercício das actividades industriais*”.

Três soluções possíveis seriam então equacionadas: investir numa expansão da então vila de Sines; distribuir o crescimento entre Sines e Santiago do Cacém ou, finalmente, criar uma cidade nova, sensivelmente equidistante das duas já existentes. Segundo Rodrigues (1997), as duas primeiras possibilidades poderiam “*exacerbar a*

rivalidade sociocultural e económica” entre as duas vilas. A este respeito, o Arqº Silva Dias acrescenta ainda que o desenvolvimento a partir de Sines e Santiago poderia ter transformado cidades que são hoje equilibradas em subúrbios que cresceram desordenadamente, como alguns exemplos em torno da zona de Lisboa.²³

Tomada então a decisão de construir um novo núcleo urbano, impõe-se aos responsáveis uma questão fulcral.

3.2.1. “*Como se faz nascer uma cidade sem história?*”²⁴

Para os responsáveis pelo planeamento urbanístico da nova cidade, a tarefa era, em simultâneo, “*aliciante*” e “*angustiante*”²⁵. Parece indiscutível o entusiasmo presente no planeamento da que seria a primeira cidade construída totalmente de raiz em Portugal. Contudo, de onde partir? Qual a referência, o gérmen que poderia funcionar como motor de implantação urbana, num local onde não existia “*nada*”, a não ser “*um pinhal, as dunas*”? “*Nem um moinho temos, umas ruínas, isto é um deserto*”²⁶ As palavras do Arqº Silva Dias apontam para uma busca de presença humana no local, que imprimisse a tal marca impulsionadora da própria inspiração dos responsáveis pela projecção urbana. No seu discurso, porém, existe referência a pessoas no local: os primeiros trabalhadores, provisoriamente instalados “*nas dunas*”. Esta referência à dominância do areal em Santo André será constante em todos os que conheceram a localidade nos seus primórdios, como veremos mais adiante no presente estudo, através dos próprios discursos dos entrevistados.

A opção que se configura como possível é começar a construir a cidade a partir dos seus próprios construtores, os primeiros operários ali provisoriamente instalados para a construção do núcleo urbano e indústrias que se erguiam na área. Eram calculados, à altura, em cerca de 12000 trabalhadores para esta fase. Ainda que esta população pudesse ter uma presença apenas temporária no local, existia a necessidade efectiva de criar estruturas para satisfação das necessidades básicas de alojamento e alimentação.

²³ Programa Ver Artes – A Cidade Nova de Santo André, RTP2, 1996

²⁴ Arq. Cândio Martins in Programa Ver Artes – A Cidade Nova de Santo André, RTP2, 1996

²⁵ Arq. Francisco Silva Dias, *idem*

²⁶ *idem*

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Imagem 3 – Vila Nova de Santo André – zona ocidental de implantação urbana.



Fonte: Gabinete da Área de Sines

A imagem acima mostra parte ocidental da zona de implantação de Vila Nova de Santo André. As instalações que se podem observar na imagem são as da antiga Vila Mina ou Vila Parque²⁷, que acolhem os primeiros trabalhadores da construção do núcleo urbano.

Imagem 4 - Placa indicativa do complexo Vila Parque, junto ao Bairro das Torres.



Fonte: Gabinete da Área de Sines

²⁷ O nome “oficial” desta estrutura de alojamento provisório era Vila Parque, nome hoje reaproveitado para a unidade hoteleira que se instalou mais tarde no mesmo local. Porém, alguns residentes referem-se igualmente a este local como “Cantal”, nome de uma empresa de fornecimento de serviços de cantina e alojamento que ali se instalou na época.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

A cidade deveria, cria-se nesta altura, vir a acolher em duas fases um total de 100 000 habitantes num curto espaço de tempo. A primeira fase ficou, no que respeita ao nível de povoamento, muito aquém do calculado inicialmente, e a segunda fase nunca se verificou.

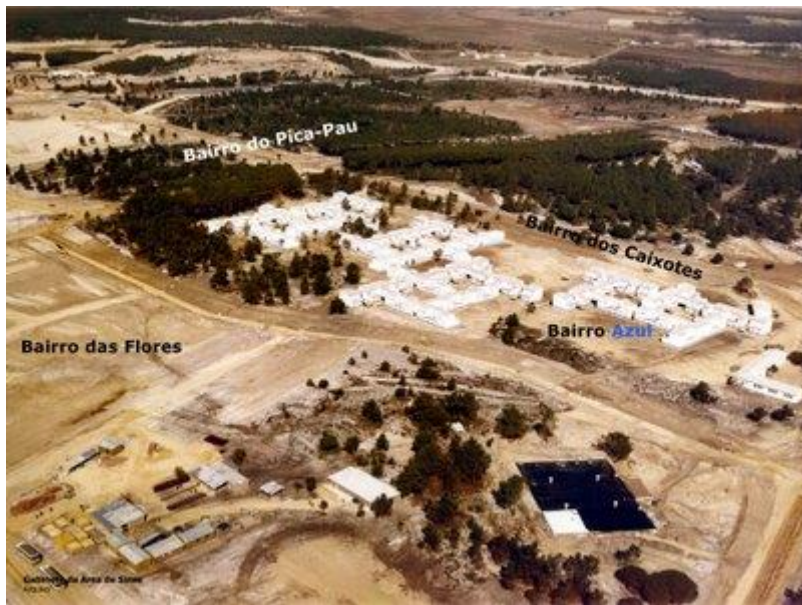
Segundo o Plano Geral de 1972 *“a cidade deveria distribuir-se por três núcleos separados entre si pelos braços da Lagoa (de Santo André), ocupando uma área que na sua maior dimensão no sentido norte-sul atinge cerca de 9 km e dista cerca de 15 km de Sines”*. (Rodrigues). O núcleo norte deveria compreender 25 000 habitantes. O núcleo central teria o mesmo número, mas seria o centro de gestão urbanística do total da população. O núcleo sul, por sua vez, teria dois centros, cada um com 25 000 habitantes. Segundo Rodrigues, já citada acima, o plano de 72 adequa-se ao conceito de cidade *“poli-nucleada e hierarquizada”*, apresentando um núcleo principal, aglutinador, e três centros secundários.

A construção iniciar-se-ia ainda nesse ano, com os primeiros bairros que deveriam albergar os trabalhadores da construção da cidade: 1) o Bairro Azul, de *“habitação temporária”*, construção em banda com um e dois pisos, seria ainda no final da década de 70 desactivado em termos habitacionais, passando a ser aproveitado essencialmente como zona de serviços de administração. A Paróquia de Santa Maria encontrava-se igualmente instalada neste bairro, onde até aos dias de hoje mantém uma capela, assim como a Guarda Nacional Republicana. Actualmente, este será provavelmente o bairro mais degradado de Vila Nova de Santo André, provocando a mágoa dos habitantes que o vêem como o primeiro a ser erguido na terra a que chamam sua; 2) os Bairros das Flores e Lagartixa²⁸, de construção evolutiva, que hoje patenteiam significativas mudanças na paisagem urbanística, também elas sinal evidente de uma apropriação e personalização por parte dos habitantes.

²⁸ Na obra de Rodrigues, há menção a um só bairro, que partilharia ambas as designações (Flores e Lagartixa). Tal poderá advir de alguma mutabilidade toponímica que Santo André conheceu ao longo dos anos. Ambos os bairros são, de facto, idênticos no que respeita à construção, e inserem-se num continuum, mas estão, desde ainda a década de 70, separados por um outro Bairro, o da Atalaia, pelo que aqui se consideram bairros distintos. A questão da toponímia, essencial para um conhecimento mais aprofundado da localidade e suas gentes, será tratada mais adiante.

Percursos de Integração, Identidade e Pertencças

Imagem 5 – Vista aérea de fase inicial de implantação habitacional



Fonte: Gabinete da Área de Sines

Em simultâneo, iniciava-se a rede viária que ligaria a Cidade Nova aos municípios vizinhos, Sines e Santiago do Cacém.

Na zona ocidental, foram igualmente iniciados o Bairro do Pôr-do-Sol e da Atalaia (ou Empec), em banda de três e quatro pisos.

Imagem 6 - Bairro da Atalaia – anos 70



Fonte: Revista Cenas, nº 7, Inverno 2006-2007

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

A oriente procede-se à construção de habitações unifamiliares nos Bairros da Várzea (habitualmente designado por Bairro da Petrolgal) e Horizonte, obras promovidas pela Petrolgal.

Novamente na zona ocidental, sensivelmente entre o Bairro da Lagartixa e o do Pôr-do-Sol, ergue-se o Bairro das Torres, com edifícios de sete pisos, promovido pela CNP. Segundo Maria João Rodrigues (1997:149), esta zona das Torres terá constituído, desde cedo, uma espécie de “*embrião de vida na cidade, existindo nela ainda hoje (1997) o seu mais activo centro local*”. A mesma autora refere, a título de reforço da ideia de centralidade determinada pelos próprios habitantes, que seria na proximidade construída, em 1992, a Igreja, cuja localização prevista ainda no plano de 1983 era na zona oriental.

Ainda na década de 70, Vila Nova de Santo André assistiria ao aparecimento de praticamente todos os seus bairros principais da actualidade: o Bairro do Porto Velho (conhecido como B° dos Caixotes), com edifícios de 4 e 5 pisos; o Bairro das Panteras (Panteras Cor-de-Rosa), com 4 pisos; o Bairro dos Pica-paus (Pica-paus amarelos, com prédios de 4 pisos; o Bairro dos Serrotes, em bandas de 4 pisos e também algumas moradias adjacentes. Finalmente, o Bairro do Pinhal, cuja construção se situa já na década de 80, com edifícios de 4 pisos, inicialmente projectados para albergar os trabalhadores de uma fábrica da Ford, que se deveria ter instalado na zona.

Imagem 7 – Projecto habitacional da CNP, actualmente B° dos Serrotes



Fonte: Revista Petrovisão, nº 2, 2ª trimestre, 1978

3.2.2. Desaceleração do processo

Após o 25 de Abril, o GAS passa a integrar o Ministério do Plano e da Coordenação Económica²⁹, perdendo assim a notável autonomia que possuía.

Em 1976 o Gabinete vive já a sua segunda fase. Muito havia mudado nas cenas nacional e internacional. Como os próprios responsáveis no Gabinete da Área de Sines admitiriam anos mais tarde³⁰, não haviam sido “*correctamente interpretados os fenómenos políticos conjecturais registados no panorama internacional*”, nomeadamente a crise no Canal do Suez e o associado choque petrolífero, a recessão económica, as inovações tecnológicas e, não de menor importância, a dificuldade de acesso a matérias-primas das colónias, entretanto já independentes, bem como o fim do mercado das ex-colónias, consumidor significativo³¹ de produtos da metrópole por imposição oficial do antigo regime³². As situações de convulsão política, social e económica vividas tanto em Portugal quanto nas ex-colónias, dentre as quais Angola e Moçambique, com maior significado em termos económicos, apresentavam a agravante de viverem guerras civis, inviabilizam as novas relações comerciais que se poderiam então ter estabelecido.

Todos estes acontecimentos inviabilizaram projectos de grande dimensão, anteriormente previstos, como a presença de uma siderurgia e das indústrias ligadas às pirites e adubos. Ainda segundo o Gabinete, as “*condições políticas*” não permitiriam um aproveitamento cabal dos investimentos já realizados na área. Contudo, certos projectos, sobretudo a Petrogal e CNP, não permitiam já um recuo. Como refere Barata

²⁹ Decreto-Lei nº 683-A/76

³⁰ In filme do Gabinete da Área de Sines, do final da década de 80, realizado por José Henriques da Silva.

³¹ Segundo Sérgio Aníbal (in Público, Caderno de Economia, 23/05/2008), no período anterior à Revolução de Abril de 74, quase 15% dos produtos saídos de Portugal tinham como destino as ex-colónias, com maior peso para vestuário e outros produtos têxteis, produtos alimentares, bebidas e produtos químicos. A título comparativo, em 1986 o volume de exportações portuguesas para as ex-colónias era de apenas 2%.

³² Ainda em 1892 Portugal havia imposto severas restrições de modo a tornar Angola “um mercado fechado para as exportações portuguesas”, política reforçada no século seguinte, com o Acto Colonial de 1930, que além de reforçar esta abertura das então colónias ao mercado da metrópole, proibia nos territórios ultramarinos quaisquer indústrias que representassem concorrência com as da metrópole (Valério e Fontoura, 1994:1197)

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Salgueiro ³³, a estratégia mudou de pólo de crescimento económico para um pólo de desenvolvimento integrado.

De 1976 a 1981, já em fase de readaptação do plano original, são construídas as primeiras escolas de ensino básico do 1º ciclo e grande parte do programa habitacional (apoiado por equipamentos comerciais) previstos inicialmente.

Concretamente a partir de 81, o Departamento de Planeamento do Centro Urbano (DPCU) investe na fomentação de uma “*cultura de rua*”: espaços verdes, servidos por redes de parques, que deveriam fomentar o convívio e ligação com a natureza envolvente. O desenho urbano orientava-se no sentido de promover que o trânsito de peões e ciclistas se fizesse em faixas adjacentes às vias, promovendo um ideal de cidade segura e tranquila, em que “*as ruas deviam passar a aglutinar formas de convivência dos cidadãos e não a permitir apenas o seu trânsito como meros peões ou automobilistas*”.³⁴

Silva Dias³⁵ sublinha a intenção de criar uma cidade marcada pela tranquilidade e segurança, sempre sem descurar a envolvente natural. Refere, ainda, alguma inspiração de cidades inglesas mais recentes, com casas entre pinhais e uma clara separação entre os peões e automóveis. Tal modelo de cidade não se insere na tradição e exemplos de cidades mediterrânicas, mas os responsáveis pelo projecto consideraram que seria o mais adequado na concepção de uma cidade ex-novo.

Imagem 8 – Panorâmica do centro urbano



Fonte: Junta de Freguesia de Santo André

³³ In A Cidade em Portugal, 1992, Edições Afrontamento, referido por Rodrigues, 1997

³⁴ Rodrigues, 1997

³⁵ Ver Artes – Cidade Nova de Santo André, RTP2, 1996

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Ainda segundo o mesmo arquitecto, “*perante o vazio de referências*” e a falta de um “*sentido de cidade*”, era desejável a “*introdução de uma malha*” que integrasse “*os núcleos dispersos, ordenar o que parecia disperso*”. O objectivo era que “*tudo*” convergisse para uma praça central, que os percursos citadinos fossem facilmente memorizáveis e se desenvolvessem em torno dos elementos centrais e mais marcantes (como, por exemplo, o parque central e o liceu). Esta tentativa de “*dar referências a algo que nascia do nada*” foi feita apenas parcialmente, uma vez que lhe “*falta o remate*”, a grande praça imaginada, elemento tradicionalmente percebido como um espaço “*de festa e de encontro, de trocas de bens materiais e de bens simbólicos com liberalidade de acesso e informalidade de uso*”³⁶

Perante a gorada possibilidade da instalação da Ford no complexo, o plano urbanístico tinha sofrido uma das diversas reformulações a que assistiu. O então chamado “Plano de densificação” previa agora 35 000 habitantes. Tal quadro permitiu, então, configurar novas formas de organização e expansão da cidade, formas essas que, segundo Rodrigues (1997) deviam “*encorajar a tradicional convivência motivada pela conjugação do comércio e da habitação e proporcionar aquela promiscuidade que favorece a sociabilidade*”.

Em meados da década de 80, com uma população de aproximadamente 10.500 habitantes, 35% dos quais abaixo dos 15 anos, e uma oferta habitacional superior à procura, assiste-se a uma tentativa de dinamização da vida urbana. Buscava-se, acima de tudo, “*a humanização de um conjunto populacional com múltiplos problemas*”³⁷. O GAS procura concretizar tal intenção oferecendo facilidades a associações de teor desportivo, cultural e religioso: são cedidos dois pavilhões, originalmente para uso industrial, para desporto e cultura³⁸; é criado um circuito de manutenção num dos extremos da localidade, inserido numa mata de pinhal; as instalações do Bairro Azul passam a albergar actividades administrativas e culturais e os auditórios dos equipamentos escolares são aproveitados para a realização de diversas actividades. Vassalo Rosa salienta que, à altura em que é chamado a intervir no projecto, a preocupação dominante era, perante as expectativas passadas, já goradas, otimizar as

³⁶ GASTAL, Susana (2005), “Imaginário, relendo o texto Praça”.

³⁷ Rodrigues (1997)

³⁸ Note-se que o principal clube da localidade, o Estrela do Areal, actualmente Estrela de Santo André, foi fundado logo em 1976.

infra-estruturas existentes, imprimir uma imagem urbana mais forte e assegurar que aquele que ficou conhecido como 1º Estabelecimento pudesse funcionar como área central do centro urbano, orientando o desenvolvimento em seu redor.³⁹

É preocupação do GAS procurar envolver a população na construção da cidade. É criado o jornal Cidade Aberta, em que frequentemente se interpelam os habitantes para que opinem acerca das obras já realizadas e participem na tomada de decisão de futuros projectos, como é expresso no editorial da publicação, em Julho de 1982:

*“É importante conhecer a sua opinião, as suas críticas, as suas sugestões para em conjunto conseguirmos todos fazer de Sto. André uma das cidades em crescimento mais personalizada e atractiva do sul do país. Ajude-nos a fazer de Sto. André a sua cidade.”*⁴⁰

Apesar de vários anos com enormes carências a nível de infra-estruturas e equipamentos (como se verificará através dos testemunhos dos inquiridos neste estudo), alguns dos equipamentos inicialmente previstos (em 1972, no Projecto Geral do GAS) foram concretizados: uma rede de equipamento escolar, que hoje compreende uma Escola Secundária, uma de Ensino Básico de 2º e 3º Ciclos e três de Ensino Básico do 1º Ciclo; uma rede de equipamento para acção social, vocacionada para infância e juventude⁴¹, um Centro de Saúde, pavilhão desportivo, igreja e um mercado.

3.3. Organização sócio-espacial

3.3.1. Distribuição habitacional

Podemos considerar que as redes sociais desempenharam um importante papel na ida para Santo André de parte da população. Se, por um lado, encontramos habitantes que são direccionados para Santo André através da intervenção estatal (como é o caso de um dos entrevistados, oriundo de Angola, que parte para a localidade seguindo directivas de um centro de emprego), encontrámos, ao longo da nossa pesquisa, um número muito elevado de pessoas (oriundos das ex-colónias e de outras localidades) que acaba por partir para Santo André por indicação de familiares ou amigos, que lhes

³⁹ Ver Artes, RTP2, 1996

⁴⁰ In Cidade Aberta, Julho 82

⁴¹ Neste âmbito, grande parte dos organismos estiveram directamente ligados à Paróquia de Santa Maria, encontrando-se actualmente em perigo de encerramento devido a dificuldades económicas.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

assinalam ofertas específicas de trabalho. São muitos os oriundos das ex-colónias que, chegando a Santo André sozinhos (ou acompanhados pelo seu núcleo familiar imediato), acabam por encontrar conhecidos, amigos e vizinhos dos seus locais de origem. Tal facto poderia levar a pressupor que a instalação destas pessoas na cidade nova tendesse a se realizar de modo a apresentar uma concentração habitacional determinada pela rede de conhecimentos já existente. Porém, a cidade não apresentava ainda número de habitações finalizadas que permitisse o imediato alojamento definitivo dos novos trabalhadores que chegavam, tão pouco de suas famílias. Sucedeu, pois, que muitas pessoas foram instaladas em alojamentos provisórios nas localidades vizinhas, nomeadamente em Sines, Santiago e Lagoa de Santo André. Muitos outros, ainda, permaneceram em acomodações provisórias na zona de Tróia, enquanto aguardavam que lhe fossem atribuídas habitações em Santo André.

Numa certa ironia de fim de império, até o paquete Infante D. Henrique, adquirido pelo GAS e instalado numa bacia artificial⁴², serviu para o alojamento provisório de trabalhadores do complexo, após anos de viagens entre a então metrópole e colónias, sendo revisto por alguns dos seus antigos passageiros.

O próprio processo de crescimento da cidade, faseado, e de chegada de novos habitantes, aliada à política habitacional praticada pelo GAS, determinou que não se constituíssem aglomerados de residentes em função da proveniência geográfica. Durante vários anos o GAS não tinha capacidade de fornecer habitação a quem não estivesse laboralmente ligado ao projecto do complexo industrial de Sines. Podiam igualmente candidatar-se a habitação funcionários públicos a exercer na área em questão ou concessionários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais da zona⁴³.

As empresas do complexo tiveram, em todo o processo, uma activa participação, sendo responsáveis pelos processos de candidatura à obtenção de habitação dos seus trabalhadores e avançando, por iniciativa e financiamento próprios, com os seus projectos habitacionais, visando a *“obtenção de fogos para os empregados que não tenham encontrado residência na área de Sines”*⁴⁴.

⁴² Revista Petrovisão nº 10, Março 1980

⁴³ Cidade Aberta, Julho 82, p.12

⁴⁴ Revista Petrovisão nº 2, 2º trimestre 1978

3.3.2. A participação dos habitantes na construção da cidade

“A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala aos seus habitantes, nós falamos à nossa cidade, a cidade onde nos encontramos simplesmente quando a habitamos, a percorremos, a olhamos.”⁴⁵

Como se verifica em vários excertos de documentos oficiais do GAS, na sua publicação Cidade Aberta e nas próprias palavras dos habitantes de então, era constante a utilização do termo “cidade” para uma localidade que à época não tinha um estatuto definido, não tendo sequer sido designada como vila, o que só sucederia em 1991. Vivia-se, pois, um presente em que a noção de construção do futuro era bastante forte. Nos testemunhos dos habitantes (adultos e crianças), existem inúmeras referências ao que Santo André seria ou devia ser, entre confiança *“Santo André é quase cidade, e tem já muitos prédios, um deles será a minha universidade (...)”*; *“Para mim Santo André será a 3ª cidade de Portugal”⁴⁶*

e descrença relativamente ao que o discurso oficial anunciava para a terra:

“Em Sto. André não há nada senão meia dúzia de casas semeadas no meio da areia. Não acredito que consigam fazer daquilo uma cidade”⁴⁷

Procurando um envolvimento efectivo dos habitantes na construção e consolidação da nova cidade, o GAS levou a cabo, como já referido, iniciativas e apelos à população, a quem é pedida participação em inquéritos e sessões de discussão públicas. Cria, igualmente, o Jornal Cidade Aberta, que serve, aliás, também os propósitos imediatamente atrás referidos. É solicitado ao escritor Luís de Sttau Monteiro a elaboração de uma obra que contasse a história de Santo André. O autor passa temporadas na localidade, convivendo, observando e, sobretudo, recolhendo impressões de pessoas com proveniências e experiências de vida muito diversificadas. A não publicação, até aos dias de hoje, desta obra, intitulada *Santo André – Um Areal de Esperança*, não pode deixar de surpreender numa terra que buscava precisamente referenciais de identidade. No decurso do trabalho de campo, foram diversos os habitantes, oriundos das ex-colónias e de outras proveniências, que fizeram referência à

⁴⁵ Barthes, Roland (1987), *A aventura semiológica*, Lisboa, Edições 70, p. 184

⁴⁶ Testemunhos de crianças no estudo do GAS, *Imagem da Cidade Nova de Sto. André* percebida pelos alunos das escolas, Abril 1982

⁴⁷ Testemunho de habitante em 1976, publicado em *Cidade Aberta*, Julho 82

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

obra, manifestando grande desejo de a esta terem acesso, por sentirem que ali se conta parte das suas histórias. Os oriundos das ex-colónias mostram um particular interesse pela obra em questão, por ser de seu conhecimento que esta inclui um capítulo especificamente sobre os “retornados” em Santo André.

O Gabinete, mais concretamente o DPCU, solicita ainda a colaboração de alunos de escolas locais, no domínio do projecto denominado “Relações com a População”, para que estes transmitam as suas percepções acerca do espaço que os rodeia.⁴⁸ Esta iniciativa surge igualmente como resposta à elevada presença de uma população muito jovem, já que à data do estudo (1982) a população entre os 5 e 14 anos estava estimada em 21,6%. Através de desenhos e composições escritas, os jovens não manifestariam somente as suas percepções acerca do que já existia em Santo André, mais igualmente do que mais sentiam falta. Os resultados obtidos indicam que, a nível de construções humanas, os elementos mais marcantes junto destes jovens são os bairros, nomeadamente os mais populosos na época: é o B° da Atalaia o mais referenciado, facto que é interpretado pelos responsáveis que dirigem o estudo como resultante daquele representar a maior área residencial da localidade, assim como por ser a mais antiga e por possuir já alguns estabelecimentos comerciais, numa época em que ainda muito faltava neste domínio em Santo André. Os restantes bairros são igualmente conhecidos pelos jovens. Os maiores pontos de referência são as escolas, como seria de esperar, a Básica P2 no B° Pôr-do-Sol e o Ciclo, no B° do Liceu. O B° Azul é bastante referenciado pelo facto de lá se encontrarem, assim como no vizinho B° do Porto Velho (Caixotes) *“pequenos centros de convívio”* e *“a maioria dos equipamentos da cidade”*.⁴⁹

Esta iniciativa do GAS, como outras, parece ter constituído uma forma visível (porque registada, documentada, divulgada) de luta contra a imagem que, tantos anos volvidos, continua a atestar o nascimento da localidade como uma criação *“segundo a lógica do Estado”*, em que *“os habitantes não se conhecem bem, não há laços comunitários anteriores, pelo que não têm facilidade para reivindicar direitos e interesses”*.⁵⁰

⁴⁸ O estudo referido baseia-se no trabalho de Kevin Lynch e a sua obra *The Image of the City*, de 1960.

⁴⁹ In *Imagem da Cidade Nova de Sto. André percebida pelos alunos das escolas*, GAS, Abril 1982

⁵⁰ Patrício, 1990:265, referida por Rodrigues, 1997

Em 86, em entrevista à Comissão de Moradores⁵¹, verifica-se unanimidade nas queixas relativamente às dificuldades de mobilização dos moradores para a defesa de interesses comuns. Raul, um dos entrevistados do presente estudo, recorda bem os tempos iniciais marcados pelas dificuldades e falta de infra-estruturas, bem como de apoio institucional:

“(...) fiz parte da 1ª comissão que houve em Santo André, fomos a Lisboa falar com o ministro que era o que tinha tutela disto, o Ministro do Mar, fomos reivindicar, porque nessa altura em Santo André não havia mercado, não havia farmácia, não havia telefones... não havia nada! Nós estávamos aqui... para meter gasolina tínhamos de ir a Santiago ou Sines, farmácia também. Aqui quando muito havia o café, um mercado na rua...”⁵²

Se podemos considerar que as dificuldades de mobilização de moradores seriam explicáveis, em boa medida, pelo curto tempo de residência na localidade à época (e, conseqüentemente, pela ausência de laços), alguns habitantes consideram que aquelas persistem, mais de três décadas volvidas:

“Hoje em dia, ainda, por exemplo, no Bairro Pôr-do-Sol e no Bairro da Atalaia Sul, eles ainda não conseguiram fazer condomínios. Não há condomínios.

(Por falta de entendimento entre vizinhos?)

Pois! De entendimento e também porque aquilo foi mal planeado, tem áreas comuns muito grandes e eles têm medo de ficar a pagar muito dinheiro por causa daquelas áreas comuns, mas podia haver outras soluções... e nunca se conseguiu que aquelas alminhas se entendessem e fizessem condomínios.”⁵³

3.3.3. Da sugestão à apropriação:

a) Toponímia

A única toponímia retida pelas imagens dos alunos das escolas parece ser a relativa aos bairros mais conhecidos. As vias e bairros em construção, à altura, são, de modo geral, ignorados. No entanto, é salientada a importância do impacto visual na retenção da imagem: o Bº das Panteras, por exemplo, que na altura ainda se encontrava em

⁵¹ Rodrigues, 1997

⁵² Entrevista com Raul, 15 Maio 2010

⁵³ Entrevista com António, 26 Março 2010

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

construção, é bem conhecido pelos participantes do estudo, uma vez que se impõe na paisagem, destacando-se pela cor (rosa).

A questão toponímica assume um peso fundamental na construção identitária da cidade. Durante vários anos, já com número muito significativo de habitantes, os bairros eram designados em função do número de fogos que possuíam. Para efeitos de, por exemplo, recepção de correspondência, havia que designar a morada deste modo. Como afirma João Madeira, os “*nomes feitos de números frios, que ninguém hoje usa e a que pouco ligaram – o bairro dos 593, dos 184, dos 678 fogos*”⁵⁴ nunca agradaram à população, que os recusou e substituiu por alternativas mais humanizadas.

Conscientes dos problemas relativos às questões toponímicas, responsáveis do Departamento de Projecto do Centro Urbano do GAS tentam registar as sugestões que corriam já no centro urbano, abrangendo os bairros existentes, pontos de referência e malhas de arruamento principais e secundárias. Num documento de trabalho preparado para este efeito, enumeram-se necessidades de cariz prático, como “*permitir uma clara localização das pessoas na utilização da cidade*”, que reflectem alguma confusão na identificação dos locais. Porém, assume particular relevo um dos objectivos principais: “*Integrar no C.U. (Centro Urbano) os valores culturais da região, identificando-os para os residentes*”⁵⁵. O desenraizamento, ausência de identidade local e afinidades com o espaço eram já problemáticas identificadas e motivos de preocupação, patentes no discurso oficial dos responsáveis pelo projecto de Santo André. E no entanto, apesar de alguns esforços desenvolvidos no sentido de aproximar a população do espaço (esforços não raras vezes percebidos como imposição), terão sido, mais que as entidades oficiais, os próprios residentes a construir as suas referências, numa atitude de adopção afectiva do espaço.

Ao comparar os topónimos - já de uso corrente ou sugeridos - registados pelo GAS em 1981, é possível delinear algumas conclusões. Verificamos que os topónimos que sobreviveram desde os primórdios da localidade foram sobretudo os que são descritos como tendo surgido “espontaneamente”, a partir da sugestão dos moradores: os bairros do Pôr-do-Sol, da Atalaia, Azul e das Flores vingaram desde o início, bem como as designações das Panteras e Pica-paus, dominadas pelas impressões visuais a partir das

⁵⁴ In revista Cenas, nº 7, Inverno 2006/07, p. 28

⁵⁵ In Toponímia – Memória Justificativa, GAS, Dezembro de 1981.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

cores dos edifícios. Relativamente ao Bairro da Atalaia, os residentes haviam sugerido, a par dessa designação, o nome Bairro dos Pioneiros, assumindo o seu papel na construção da identidade da cidade, uma vez que aqueles eram, de facto, os primeiros habitantes estabelecidos. Apesar de “Pioneiros” não ter permanecido em uso, o topónimo Atalaia, comum em diversos pontos de Portugal, e presente, inclusivamente, na vizinha localidade de Sines, não deixa de estar ligado a esse imaginário da construção de uma nova localidade, em que um dos primeiros estabelecimentos costuma ser precisamente um posto de vigia, à entrada, e frequentemente numa zona mais elevada, o que corresponde à localização do bairro em questão.

O Bairro do Pinhal, já assim chamado antes de ter moradores, manteve a sua designação, uma vez que reflecte a envolvente natural das habitações. Neste bairro, de ruas nomeadas a partir de espécies arbóreas autóctones, encontramos uma via cujo topónimo se destaca, a Rua dos Embondeiros, árvores comuns nas ex-colónias, bem como em diversos outros pontos de África. Apesar da forte presença de oriundos de África na localidade, os topónimos sugestivos de tais raízes não se implantaram de modo particular em Santo André, sendo assim este mais um elemento visto com eventual estranheza, tal como outros que pretendiam transladar referências culturais e da envolvente natural das zonas de Sines, Santiago do Cacém e Lagoa de Santo André, com topónimos ligados ao mar na zona que constitui o centro físico de Santo André⁵⁶.

Dois casos, porém, surgem como paradoxais a nível toponímico. Dois topónimos impuseram-se, na linguagem corrente, não obstante as designações oficiais e até mais atractivas: o Bairro da Várzea e o Bairro do Porto Velho.

O bairro que ainda hoje se denomina oficialmente Bairro da Várzea nunca foi assim chamado pelos habitantes. O topónimo deriva exactamente do “envolvimento físico” da zona. Correntemente, o bairro em questão sempre foi designado como o Bairro da Petrogal. Este aspecto demonstra possivelmente a importância que as empresas tiveram, não somente a nível mais imediato e óbvio, como fonte de emprego, remuneração, possibilidade de sustento familiar, mas igualmente como ponto de partida para as

⁵⁶Exos: Ruas do Porto Novo e Porto Velho, do Mar, Rua da Maré Cheia.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

primeiras redes de conhecimentos e amizades, a partir das quais se formaram os primeiros clubes e grupos desportivos na localidade.

b) Habitação

“Esta população parece ir descobrindo ânimo para inventar formas de se adaptar a um ambiente que lhe foi imposto, não por gerações de parentesco, nem pela tradição de construção vernácula do Baixo Alentejo, de onde uma percentagem de cerca de 20% é originária.” (Rodrigues, 1997:162)

Com uma envolvente arquitectónica que não corresponde à conhecida pelas populações mais numerosas na cidade (oriundos das ex-colónias e do Alentejo), o tipo de construções de Vila Nova de Santo André foi criticado por muitos habitantes, viessem estes de um contexto rural ou urbano, de Portugal ou das ex-colónias. Como refere José, natural de Angola:

“(...) nunca tinha visto uma construção assim, a parte da Atalaia, aquelas coisas compridas, com rampas (...). Achei a arquitectura estranha, completamente.”⁵⁷

Um outro habitante, durante vários anos ligado ao Gabinete, estabelece algumas conclusões relativamente às preferências habitacionais dos residentes, geralmente determinadas pelas suas proveniências e hábitos de vida: a seu ver, os oriundos do Alentejo, maioritariamente de zonas rurais, manifestavam preferência pelas casas dos bairros das Flores e Lagartixa, que apresentam pequenos terrenos adjuntos, que funcionavam como quintais, numa modesta amostra do que haviam deixado para trás:

(...)“na altura as pessoas que eram de cá preferiam ir para ali para a areia, como nós dizíamos, para o musseque, que aquilo parecia um musseque na altura, preferiam ir para ali porque vinham habituados, nas suas raízes, a ter um quintalinho, para poder plantar algumas coisinhas.”⁵⁸

É precisamente nos dois bairros atrás referidos que a apropriação da cidade por parte dos habitantes se tornou primeiramente visível: sendo as construções de natureza evolutiva, alguns residentes ampliaram a área habitacional, acrescentando andares à estrutura existente.

⁵⁷ Entrevista a José, 14 Maio 2010.

⁵⁸ Entrevista a António, 26 Março 2010.

Imagem 9 – comparação de duas fases do Bairro da Lagartixa – a evolução de habitações



Fonte: Arquivo GAS

Para um dos principais responsáveis pelo projecto urbanístico da cidade, Arqº Cândio Martins, o acto de apropriação, longe de ser negativo, é encarado como sinal claro de inserção, aceitação da localidade (e, logo, de identificação com o espaço) e evolução saudável de um aglomerado urbano:

*“Santo André já tem clandestinos, já tem uma série de sinais de apropriação da própria cidade, porque hoje projectos iniciais estão grandemente subvertidos, e eu diria felizmente subvertidos”.*⁵⁹

O mesmo arquitecto considera que *“é isso que uma cidade é, (...) produção de quem lá está e quem a vai fazendo”*⁶⁰.

3.3.4. Associativismo

Não existe (nem existiu) qualquer associação ligada especificamente aos oriundos das ex-colónias em Santo André. Assim sendo, a maioria dos inquiridos (10) não faz referência a qualquer organismo. Cinco pessoas, porém, referem o clube Estrela

⁵⁹ In Ver Artes, RTP2, 1996

⁶⁰ idem

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

de Santo André (anteriormente denominado Estrela do Areal) como tendo sido dinamizado por pessoas vindas das ex-colónias. É destacado o facto de o Estrela não ter tido uma orientação meramente desportiva, mas também um componente cultural.

José, por seu turno, destaca os clubes das empresas da zona como pólos de convívio. Contudo, tanto no Estrela como nos restantes clubes, o elevado número de oriundos das ex-colónias acaba por ser um reflexo da sua forte presença numérica em Santo André, sem que tal implique que na constituição desses organismos houvesse qualquer orientação específica relativamente aos oriundos das ex-colónias.

3.4. Presença das comunidades das ex-colónias africanas. Passado e Presente.

“Sou da minha palhota, da minha aldeia, da minha tribo...tudo depende da escala a que me coloco. A pertença, e conseqüentemente a não pertença, são estruturalmente relativas.” (Silvano, 2001:38)⁶¹

Vila Nova de Santo André é resultado da conjugação de populações bastante diversas, destacando especificamente uma população flutuante (da qual terá permanecido parte na localidade) ligada à construção da própria cidade e indústrias do complexo e, de modo particular, as populações oriundas das ex-colónias.

À época da descolonização, o projecto de Vila Nova de Santo André já existia, e a sua execução havia sido iniciada pouco antes do advento que trouxe a Portugal cerca de meio milhão de pessoas. As construções já existentes, então, absorvem um número considerável de população regressada ou vinda de Moçambique e Angola. Para Graça Dias, a experiência de algumas destas pessoas nas indústrias relacionadas com o petróleo *“poderia vir a trazer alguma dimensão histórica aos habitantes, acreditando-se que se evitaria, assim, um dos maiores riscos temidos à altura: o do desenraizamento brutal que populações de várias áreas do país pudessem vir a sentir.”*⁶²

Para Câncio Martins, um dos principais responsáveis pelo planeamento urbanístico do GAS, *“a população de retornados”, que se vem juntar à “população*

⁶¹ Referindo-se à relatividade de pertença segundo Evans-Pritchard

⁶² In Ver Artes, RTP2, 1996

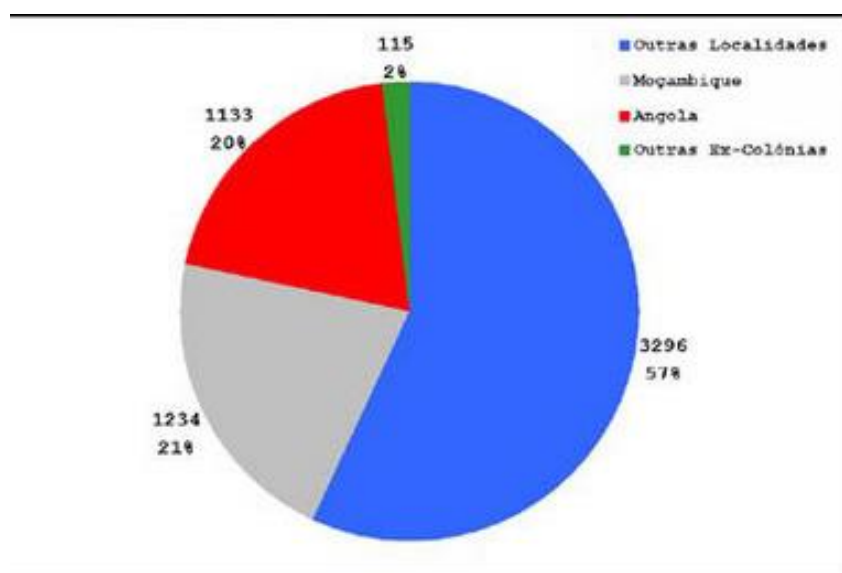
Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

flutuante da construção”, “*vem dar uma nova dimensão à cidade, outra cultura, que se vem juntar `cultura local`*”⁶³, predominantemente de cariz agrícola.

Desde o início da investigação se confrontaram diferentes dados e percepções relativamente à presença numérica da população oriunda das ex-colónias em Vila Nova de Santo André. As incongruências encontradas dariam origem a um dos pontos que mais reflexão permitiu ao longo do trabalho: a percepção, por parte das referidas populações, relativamente ao peso numérico da sua presença na localidade, e, sobretudo, as implicações e significados que tais percepções implicariam a nível identitário.

Em momento algum foi colocada em causa a forte presença de oriundos das ex-colónias em Santo André. A localidade era frequentemente referida como a “cidade dos retornados”. Porém, as estatísticas reveladas após o Censo de 1981, situam a população oriunda de Moçambique e Angola em 41%, enquanto a estimativa para os oriundos de zonas diversas de Portugal foi de 57%.

Figura 1 – População residente em V.N. de Santo André, segundo o local de residência a 31 de Dezembro de 1973, ano ano de 1981.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1981.

Contudo, não deve ser ignorado o facto de estes números constituírem uma estimativa: os dados recolhidos dizem respeito ao concelho de Santiago do Cacém.

⁶³ idem

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

Considerou-se que a estimativa era aceitável, uma vez que Vila Nova de Santo André era a única freguesia do concelho com habitações suficientes para albergar as populações recém-chegadas.

Foi significativa e unânime a reacção dos entrevistados e informantes qualificados a estes dados do INE. Todos demonstraram estupefacção perante os números apresentados, continuando a defender que a comunidade de oriundos das ex-colónias era a maioritária em Vila Nova de Santo André.

Não foi possível contabilizar o número de habitantes, no presente, oriundos das ex-colónias. Os relatos de informantes qualificados, dos entrevistados e dos habitantes com quem se interagiu ao longo da pesquisa, têm a percepção de a quantidade não se terá alterado significativamente em relação ao passado.

CAPÍTULO 4.

PERCURSOS MIGRATÓRIOS E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

O presente capítulo tem como objectivo a apresentação e discussão dos resultados de investigação, desdobrando-se em cinco dimensões analíticas. Num primeiro momento, procede-se à caracterização sócio-demográfica da amostra no que respeita à sua composição étnica, grau de escolaridade e perfis profissionais à chegada a Portugal/Vila Nova de Santo André e no momento presente. Seguidamente, pretende-se identificar os eventuais laços de pertença dos entrevistados com Portugal, bem como os projectos de vida e atitudes face ao processo de descolonização e saída dos locais de origem. A terceira dimensão de análise reporta-se aos percursos migratórios e à fixação dos entrevistados em Portugal, e, em particular, em Vila Nova de Santo André. Num quarto momento, são analisados os processos de integração na localidade em causa. Finalmente, são discutidas as práticas culturais e estratégias identitárias dos entrevistados.

4.1. Caracterização Sócio-Demográfica da Amostra

A amostra é constituída por 15 indivíduos, 8 do sexo feminino (53%) e 7 do sexo masculino (47%), com idades compreendidas entre os 46 e os 77 anos. No que respeita à ex-colónia de origem dos entrevistados, 9 são oriundos de Moçambique e 6 de Angola.

4.1.1. Composição étnica

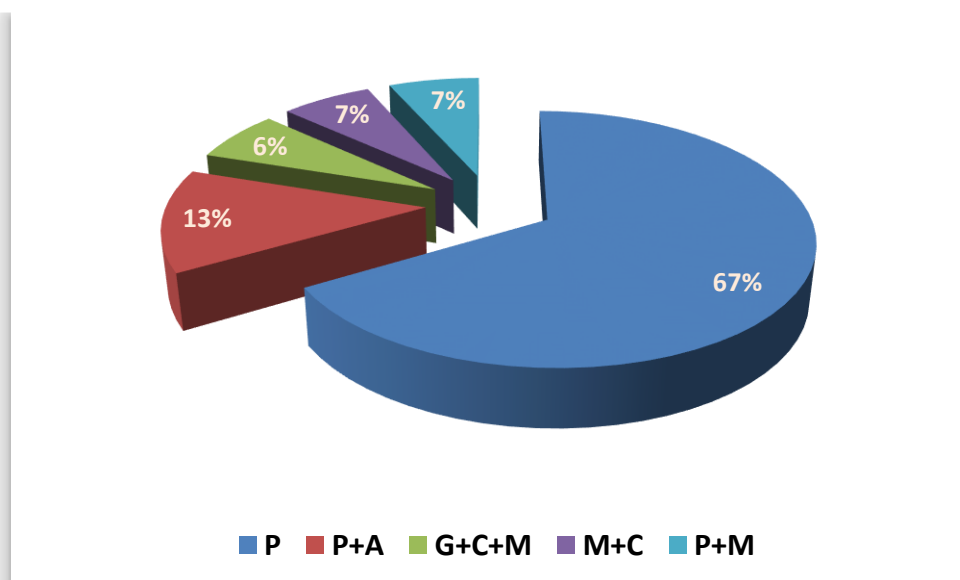
A maioria dos entrevistados (67%) é de ascendência unicamente portuguesa. Pretendeu-se que a amostra representasse de modo aproximado, proporcionalmente, o conjunto de populações oriundas das ex-colónias em Santo André. Não existem estudos disponíveis que informem acerca da percentagem de brancos, mestiços e negros em Vila Nova de Santo André, no passado ou presente. No entanto, essa presença multi-étnica é notória. O Moçambique colonial da segunda metade do século XX caracterizava-se,

Percursos de Integração, Identidade e Pertencças

segundo o Censo de 1970⁶⁴, por fortes traços multiculturais: 8, 233 milhões de habitantes, entre os quais 187400 brancos e 39300 mestiços. A estes números, a interpretar com a cautela necessária perante as modificações, oscilações e incongruências do antigo regime na classificação que impunha a nível racial e étnico, soma uma comunidade hindu (sobretudo, goesa) de 18400 pessoas, e ainda a chinesa (oriunda maioritariamente de Macau), que se contabilizou em 2700 indivíduos. Todo o processo de preparação da investigação no terreno levou a que fossem incluídos na amostra indivíduos que representassem essa diversidade, sobretudo na componente de miscigenação que originou, no referido país, uma comunidade sino-moçambicana (Medeiros, 1997), assim como uma comunidade goesa (e goesa-moçambicana), cujas presenças são visíveis em Santo André, nos dias de hoje.

Em Angola, por sua vez, não terá existido a mesma variedade a nível das múltiplas origens da miscigenação, sendo a maioria dos casos de origem angolana (de diversas etnias) e portuguesa.

Figura 2– Composição étnica da amostra



Legenda

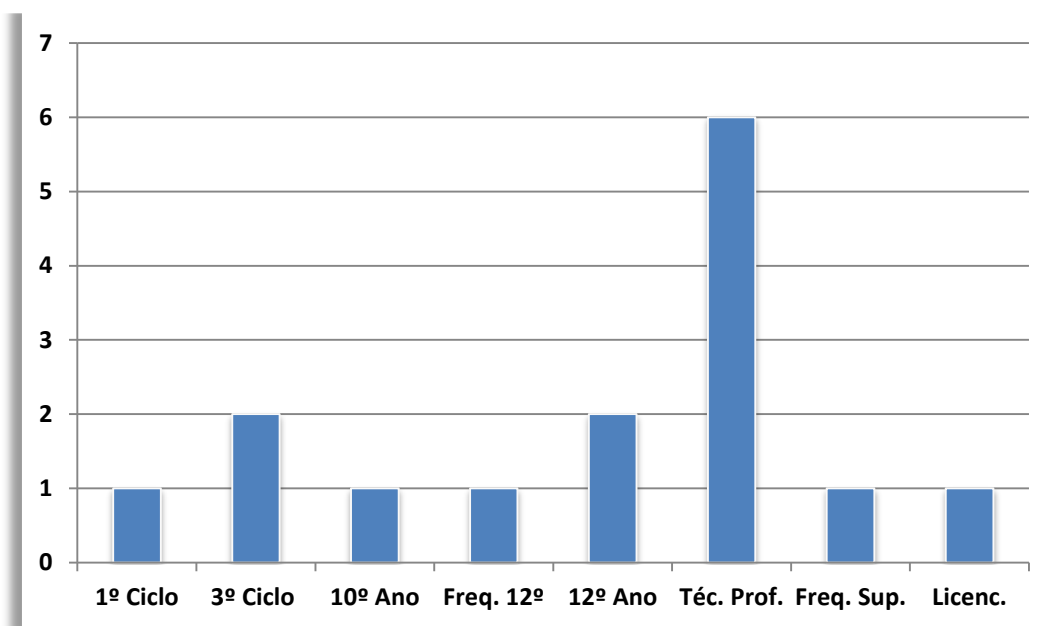
- **P – portuguesa**
- **P+A – portuguesa + angolana**
- **G+C+M – goesa + chinesa + moçambicana**
- **M+C – moçambicana + chinesa**
- **P+M – portuguesa + moçambicana**

⁶⁴ Fonte: Censo 1970, Delegações Ultramarinas, disponível em www.ine.pt

4.1.2. Escolaridade

Não se estabeleceu, neste estudo, uma relação significativa entre o grau de escolaridade e a origem/proveniência geográfica dos entrevistados.

Figura 3 – Escolaridade dos entrevistados



Como se pode verificar na Figura 2, parece claro o predomínio de pessoas que frequentaram o ensino técnico-profissional, concretamente as antigas Escolas Comerciais ou Institutos.

A amostra reflecte igualmente as conclusões de Pena Pires (1998:195) relativamente ao grau de escolaridade, mais avançado entre os retornados/oriundos das ex-colónias, comparativamente à população residente em Portugal à altura da descolonização.

Exceptuando o caso de uma entrevistada (não sendo, certamente, alheia a sua idade), que concluiu o antigo ensino primário (4º ano), os restantes apresentam níveis mais avançados de escolaridade e formação profissional.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

4.1.3. Perfis Profissionais à chegada e no momento presente

A maioria dos entrevistados já trabalhava na ex-colónia de origem.

É notória a influência da época no que respeita ao género e actividade profissional: três mulheres eram donas de casa.

Somente dois entrevistados eram estudantes a tempo inteiro (Lígia e Armando), e um terceiro (Carlos) acumulava os estudos com uma actividade profissional.

Oito entrevistados (53%) mantiveram, após a saída da ex-colónia, actividades profissionais e ocupações iguais ou semelhantes às que desempenhavam antes da vinda para Portugal. Paula já era pintora em Moçambique, embora lá mantivesse, em simultâneo, outra profissão, que em Portugal não prosseguiu. Igualmente Isabel, que havia trabalhado numa fábrica em Moçambique, já havia deixado, pouco tempo antes da partida para Portugal, esse emprego, ficando em casa quando engravidou pela segunda vez.

Do conjunto de pessoas que mantém o mesmo tipo de actividade, duas mulheres eram já, ambas em Moçambique, domésticas, situação que continuou após a vinda para Portugal. A este facto não terá sido alheia a situação profissional dos respectivos maridos, que encontraram em Santo André empregos que permitiram a continuidade da situação. Já Lurdes, partida de Moçambique mais tarde que todos os outros entrevistados (1983), vê-se forçada a trabalhar fora de casa pela primeira vez.

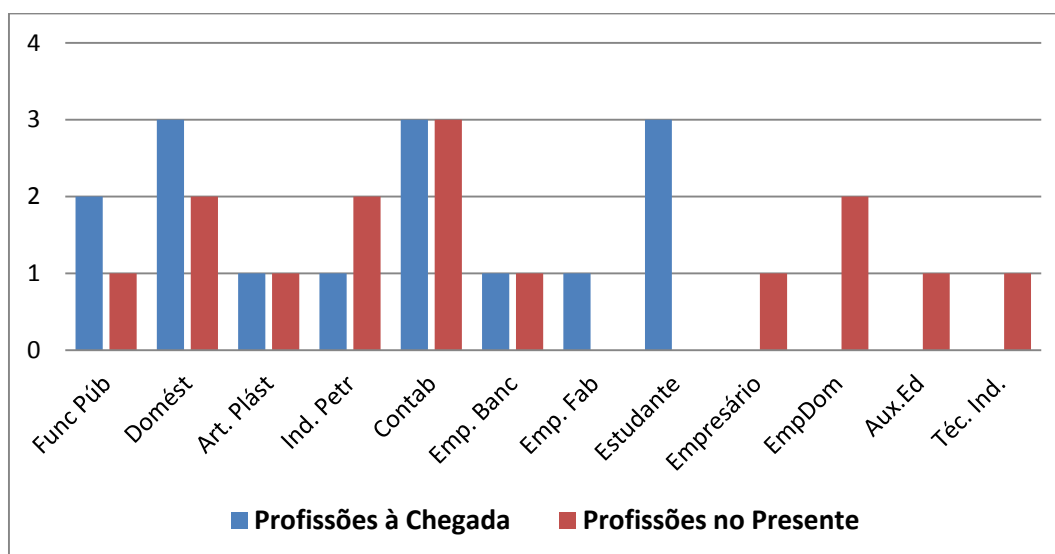
Alguns inquiridos referem a mais-valia de pessoas que, nas ex-colónias, estavam de algum modo ligadas ao ramo petrolífero, uma vez que este sector é central no contexto do complexo industrial de Sines, e que terão sido facilmente reintegradas a nível profissional. Contudo, o único inquirido nesta situação é Mário, que em Angola trabalhava na refinaria de Luanda, e em Portugal é, após um ano desempregado, integrado na refinaria de Sines, devido à sua experiência e conhecimentos nesta área profissional.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

O percurso profissional e manutenção ou continuidade nas áreas exercidas nas ex-colónias não pôde ser verificado em apenas 3 entrevistados: no caso de Lígia e Armando, por não terem concluído a escolaridade aquando da saída do local de origem, e no caso de Carlos, pelo facto de ter trabalhado esporadicamente em Moçambique, enquanto ainda estudava, sem que tenha ficado claro o tipo de actividade então exercida.

Somente duas pessoas, António e Maria José, nunca chegaram a estar desempregadas desde a saída da ex-colónia: António, que em Angola era administrador de posto, foi de imediato integrado no IARN, começando a colaborar com o transporte de portugueses de Angola para Portugal, e Maria José, que em Moçambique era empregada bancária e em Portugal o continuou a ser, precisamente na mesma instituição bancária.

Figura 4 – Profissões à chegada e no momento presente



4.2. Projectos de Vida e Descolonização

4.2.1. Laços com Portugal

Relativamente aos nascidos em Portugal (quatro pessoas), importa lembrar que somente dois dos entrevistados haviam partido para a ex-colónia de destino já fora da infância: Raul, que partiu para Angola aos 15 anos, e Conceição, que partiu para Moçambique com 24 anos. Os restantes dois casos, Carlos e Armando, deixaram Portugal (ambos com destino a Moçambique) na tenra infância, de tal modo que não têm lembranças algumas do país. Todos os quatro visitaram Portugal, ao longo das suas permanências nas respectivas ex-colónias: Raul viajou até à sua terra natal por duas vezes; Conceição afirmou ter vindo algumas vezes, nas licenças de trabalho do marido; Carlos veio apenas uma vez, antes da vinda definitiva, e Armando voltou a Portugal em duas ocasiões, tendo chegado a frequentar o ensino na então “metrópole”.

Contudo, verificam-se algumas diferenças relativamente ao grau de ligação afectiva a Portugal dos referidos entrevistados: Carlos e Armando, tendo partido demasiado cedo para Moçambique, apresentavam uma ligação muito reduzida, ou nula, com o país onde nasceram. Para Carlos, Portugal, “*como referência (...) era zero*”⁶⁵. Armando afirma ter sentido relativamente a Portugal “*estranheza completa*”, e acrescenta:

“...parece que vinha a um país mais atrasado do que estava habituado a ver, fechado, as pessoas fechadas, só tinha vontade de voltar outra vez. Quando era para voltar, ficava tão contente...”⁶⁶.

Neste aspecto encontramos uma situação paralela às conclusões de Nelson C. Oliveira (2008:4), em que os filhos dos colonos apresentam uma identificação progressivamente menor com a terra dos pais.

No grupo dos nascidos nas ex-colónias encontramos casos em que se manteve alguma ligação com Portugal. Lurdes, não obstante o facto de não ter ascendência conhecida portuguesa, visitou Portugal “*várias vezes*”, nas licenças do marido. Igualmente Mário, apesar de nascido em Angola, veio a Portugal algumas vezes, de visita. Clara, filha de minhotos estabelecidos em Moçambique, visitara Portugal por

⁶⁵ Entrevista com Carlos, 21 Abril 2010.

⁶⁶ Entrevista com Armando, 5 Maio 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

duas vezes, sendo legítimo presumir que a ligação afectiva com Portugal dos seus progenitores se manteria, uma vez que é mencionada a intenção de, aquando de uma das visitas, o pai se poder reformar e estar a ponderar ficar em Portugal, o que acaba por não fazer, sobretudo devido à insistência da filha mais velha em voltar para o seu Moçambique natal. Rui, natural de Angola, visitara Portugal uma única vez, tal como José, embora este último o tivesse feito quando era muito pequeno, não tendo qualquer recordação da sua estadia. Deste modo, dos naturais das ex-colónias que constituem a amostra em estudo (11 no total), verifica-se que seis tinham já vindo à metrópole, embora nem todos tenham memórias das viagens.

Cinco entrevistadas, quatro de Moçambique e uma de Angola, nunca tinham vindo a Portugal antes da vinda definitiva pós-independências. Deste conjunto, duas (Alexandra e Paula) não têm ascendência conhecida do seu país natal, Moçambique, sendo ambas descendentes de portugueses. Outras duas, Lígia e Maria José, têm ascendência portuguesa e, respectivamente, angolana e moçambicana, e a terceira, Isabel, não tem ascendência conhecida portuguesa.

Para Alexandra, filha de um também moçambicano (descendente de portugueses), Portugal era uma incógnita, não lhe suscitando particular interesse (*“Portugal não me dizia nada”*), sentindo uma distância emocional quase tão forte quanto a geográfica. Porém, quando confrontada com a necessidade de deixar Moçambique, Portugal surge como a opção mais natural, reconhecendo que algo em si era também português: *“...pensámos então ‘Olha, vamos para Portugal, sempre é...a nossa terra também’, não é?”*⁶⁷

Isabel, apesar de etnicamente não ter qualquer referência ligada a Portugal, tinha referências a partir das impressões de seus pais, também eles moçambicanos, e que haviam viajado até Portugal em várias ocasiões. Tudo aponta para que Portugal acabasse por ter efectivamente alguma importância e imagem positiva para Isabel, uma vez que esta, apesar de ter permanecido em Moçambique após a independência, planeou sempre a saída do seu país natal, e Portugal foi sempre o destino desejado.

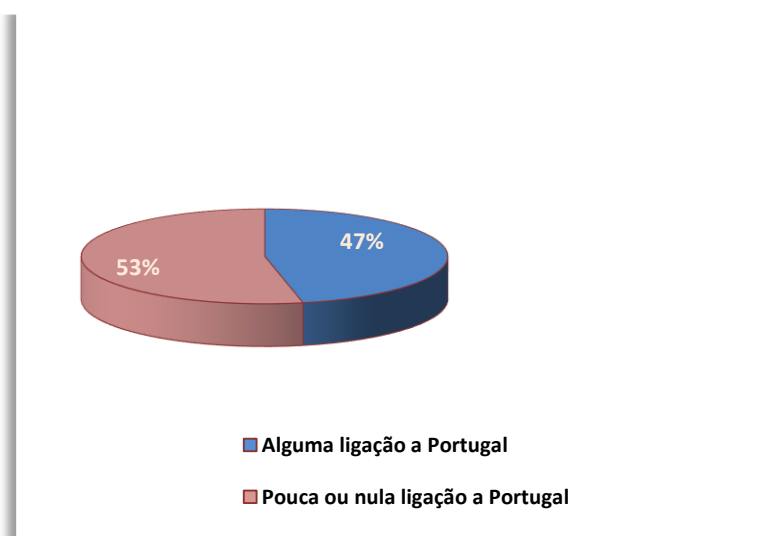
⁶⁷ Entrevista com Alexandra, 9 Abril 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Lígia, cujos ascendentes portugueses eram mais longínquos no tempo, refere que a metrópole tinha alguma importância no referencial cultural da família. Alguns familiares, apesar de nascidos em Angola, viajavam até Portugal, trazendo notícias e tendências:

*“...as conversas que os meus pais nos ensinaram eram vindas da metrópole, porque os mais velhos vinham passear à metrópole (...) Embora tivessem nascido em Angola, as várias gerações nunca deixaram de vir a Portugal passar aquelas férias, a graciosa...”*⁶⁸

Figura 5 – Grau de ligação a Portugal



4.2.2. Projectos de vida

Vários inquiridos, perante o questionamento acerca dos seus projectos de vida de então, referem o desejo que tinham de permanecer na ex-colónia. Quatro inquiridas declararam não ter qualquer projecto em específico, pretendendo continuar o estilo de vida que então tinham. Destas, somente uma era criança, estando as restantes em idade adulta e já com família constituída na altura. Conceição sempre sonhou trabalhar fora de casa, apesar da oposição do marido. José e Clara reflectem os desejos próprios de quem havia constituído família recentemente, e os seus projectos imediatos estavam ligados, em grande parte, à construção de uma vida em comum com os cônjuges. Três pessoas pretendiam prosseguir os estudos, sendo que destas, somente Armando o fez

⁶⁸ Entrevista com Lígia, 24 Abril 2010.

imediatamente a seguir à chegada a Portugal. Raul, Mário e Clara pretendiam permanecer nos respectivos empregos, que lhes agradavam.

Somente uma entrevistada, Isabel, exprime o desejo de partir da ex-colónia, desejo esse que sente desde a independência de Moçambique, afirmando que antes queria lá ficar. A sua determinação em abandonar a terra natal acentua-se a partir do momento em que se torna mãe, com as crescentes dificuldades que encontra na vida quotidiana:

“...os hospitais eram um caos, eu já não tinha leite para o meu filho, no Maputo, como em todo o país, não havia comida, principalmente para as crianças, não havia roupa, não havia nada! Era tudo à base de filas, a gente ia para a fila do pão, fila disto, fila daquilo.”⁶⁹

4.2.3. Atitudes face à independência da ex-colónia

A maioria dos entrevistados (53%) não pensava sequer acerca da possibilidade de independência do seu local de origem ou permanência. É notória, como é reconhecido por alguns inquiridos, a ausência de consciência política:

“Nunca...eu não tinha noção de... se falarmos em termos de Moçambique ser uma colónia de Portugal, eu não tinha noção disso. Aos 18 anos, quando há cá o golpe de estado, ainda há dias disse, fui para o liceu à tarde e um colega diz-me “Então sabes o que aconteceu em Portugal?” E eu” Não”; “Uma revolução!”; E eu perguntei:” O que é isso?”. Politicamente, pelo menos eu, não tinha noção alguma. Naquela época tínhamos uma disciplina Organização Política e Administrativa da Nação, mas não nos abria os olhos.”⁷⁰

Outro entrevistado confirma:

“Eu não tinha a noção do que era uma independência. África para mim era onde eu ia morrer. Nunca pensei que fosse acontecer o que aconteceu. Aquilo era Moçambique e era a terra onde eu fui criado, onde passei a minha meninice, e era para morrer lá, e não tinha mais ideias sobre isso. Não antecipava de modo algum. Tinha os meus 18 ou 19 anos.”⁷¹

Nos dois casos referidos, a idade poderia explicar de algum modo a alienação relativamente à situação política e social vivida. Porém, mesmo em entrevistados que, à época, eram mais velhos, encontramos sentimentos afins:

“Quando se ouviu falar no 25 de Abril, apesar daquilo que dizem, foi uma surpresa absoluta para toda a gente que lá estava, ninguém esperava uma coisa daquelas, toda a gente estava à espera era de ter uma autonomia maior,(...) toda a gente esperava que

⁶⁹ Entrevista com Isabel, 29 Abril 2010.

⁷⁰ Entrevista com Armando, 5 Maio 2010.

⁷¹ Entrevista com Carlos, 21 Abril 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

houvesse um alívio do poder central, não ainda uma independência...Depois veio o 25 de Abril e toda a gente pensou, vai haver uma independência em que os brancos também vão cá ficar. Depois houve o que houve... (...) Nós não tínhamos uma cultura política, ninguém tinha em Angola. Eu tinha um cunhado que era o comandante dos pára-quedistas na altura, ele falava-me nisso, ele tinha uma cultura totalmente diferente, porque ele andava nos aeroportos internacionais, falavam disso, falavam da questão política; lá não se sabia nada disso, sabia-se que havia uns que diziam que eram os terroristas que andavam lá a matar uns quantos, que queriam a independência, isso era o que se sabia... Não havia cultura política, nem ninguém sabia o que era o comunismo, quer dizer, não se sabia nada de política, era uma coisa que quase ninguém...e se se discutia era pela calada, não sei, eu nunca fiz parte desses grupos.”⁷²

O facto de não ponderarem a independência não equivale sempre a uma efectiva oposição ideológica, sobretudo *a posteriori*, reflectindo acerca da situação vivida:

“...é certo que muita gente fez o que fez em África, mas nós não temos culpa de nada disso, não é? Que culpa é que eu tenho de terem colonizado África há não sei quantos anos atrás? Não tenho culpa absolutamente nenhuma. (...) Na altura em que assisti aqui à descolonização, vivi uma revolta muito grande, muito grande, mas hoje em dia...acabo por entendê-los...”⁷³

Cinco entrevistados eram declaradamente a favor da independência da ex-colónia em que haviam nascido ou onde se encontravam, mas acreditavam que existiria lugar para a permanência dos naturais, ainda que brancos, ou mesmo dos portugueses que amassem a terra e, naturalmente, respeitassem integralmente a completa autodeterminação dos países agora independentes:

“...pensava numa independência para todos os angolanos, independentemente da raça, da cor ou de onde viessem (...) pensava que os na altura chamados colonos pudessem caber lá, ficar lá, e conviver, todos os angolanos. Não foi o que aconteceu.”⁷⁴

Não se verificou, ao longo da investigação, uma uniformidade no que toca à responsabilização que os inquiridos fazem relativamente ao que correu mal na descolonização. Apesar de a questão não lhes ser colocada, os inquiridos acabam, regra geral, por tecer as suas considerações, que apresentam diferenças algo significativas consoante a ex-colónia de onde são originários. Assim, entre os oriundos de Angola, alguns mais conformados, outros mais revoltados, os discursos oscilam entre a responsabilização do governo português da altura, por não ter forçado um cumprimento dos acordos de Alvor, que levariam à realização de eleições nos países agora

⁷² Entrevista com António, 26 Março 2010.

⁷³ Entrevista com Carlos, 21 Abril 2010.

⁷⁴ Entrevista com Rui, 28 Abril 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

independentes, e o contexto de guerra civil que já se havia estabelecido entre os movimentos de libertação, mesmo antes da revolução de 1974 em Portugal:

“A partir da altura em que o governo português insistiu na guerra, na guerra, (...) os campos extremavam-se e não havia hipótese de entendimento (...) com a agravante de os três movimentos, MPLA, FNLA e UNITA não se entenderem (...)”.⁷⁵

Já para vários oriundos de Moçambique, o governo que assume o poder, e muito particularmente a figura do Presidente Samora Machel, tiveram responsabilidade nos acontecimentos, tornando insustentável a permanência de muitos que estariam dispostos a continuar em solo moçambicano: *“...fazia discursos que metiam medo às pessoas”*.⁷⁶ É igualmente entre os naturais de Moçambique que encontramos referências directas ao preconceito étnico sentido:

*“...presenciámos mortes, uma família incendiada no carro (...), não éramos muito bem vistos. Por sermos mestiços. (Diziam que) Estávamos a roubar um lugar, o lugar deles.”*⁷⁷

4.3. Percursos migratórios – De África para Vila Nova de Santo André

4.3.1. Motivo de Partida

Seis entrevistados apontam o ambiente de confrontos que antecedeu e continuou após a independência como o principal motivo que terá despoletado a sua saída dos países de origem:

*“(...) a guerra generalizou-se mesmo até nas cidades, e com os meus filhos, que eram bebés, andávamos a fugir dentro de um carro, de um lado para o outro, não havia segurança.”*⁷⁸

Naturalmente, a este ambiente estão associados factores que contribuíram para a não continuidade nas ex-colónias, concretamente as dificuldades de vida, apontadas por oito entrevistados, como escassez de alimentos e falta de assistência médica, não somente durante o período pré-independência como nos anos que se seguem, com a continuidade da guerra civil em Moçambique e Angola. A decisão de alguns entrevistados não terá sido precipitada propriamente por violência vivida na pele ou presenciada de perto, mas por observarem vítimas desta em fuga:

⁷⁵ Entrevista com Raul, 15 Maio 2010.

⁷⁶ Entrevista com Alexandra, 9 Abril 2010.

⁷⁷ Entrevista com Isabel, 29 Abril 2010.

⁷⁸ Entrevista com Raul, 15 Maio 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

“...quando vimos passar uma coluna que vinha de Malange, uma série de gente que já não comia há uma série de dias, que trazia feridos, nós pensámos assim: não vamos ficar aqui, vamos embora. Então fomos, acompanhámos a coluna para Nova Lisboa, porque sozinho de carro já não se andava...”⁷⁹

Três mulheres de Moçambique tiveram familiares presos, situação que acaba por estar na origem, ou pelo menos por influenciar significativamente na decisão de saída: Conceição e Alexandra tiveram os seus maridos detidos, a primeira por um longo período, e a segunda por um dia; Clara assistiu à detenção do seu pai, quando este se preparava para embarcar em direcção a Portugal, e à prisão do cunhado, que acabou por determinar a permanência em território moçambicano de alguns membros da família, na tentativa de o libertarem.

Duas pessoas referem como principal motivo para a saída o facto de verem os familiares e amigos a partirem, sentindo-se cada vez mais sós e compelidos a fazer o mesmo, como narra José:

“(...) a família começou a partir toda (...) os últimos praticamente fomos nós. Eu, minha mulher e o irmão, fomos os 3 últimos a embarcar. E nós...o que vamos ficar aqui a fazer? Começou-se a dar aqueles vazios, os amigos que vão e dizem “eu só vou lá (a Portugal) pôr coisas e venho, vou ver como é”, e não vinham...E nós ficávamos intrigados, o que teria acontecido...”⁸⁰

Face às situações atrás descritas, e na perspectiva de um agravamento, a decisão de partida assume, para a maioria dos entrevistados, um carácter urgente, com limitadas opções alternativas.

Dez entrevistados saem dos seus locais de origem por decisão própria. Em alguns casos, a decisão é tomada em conjunto com os seus cônjuges ou com algum outro familiar próximo.

Registam-se alguns casos de divisão familiar no que respeita à decisão de saída, embora as circunstâncias crescentemente difíceis acabem por forçar a partida de membros mais resistentes:

“Tínhamos a passagem marcada para os meus pais virem connosco, mas o meu pai disse que deixava os ossos na terra dele (risos). Nasceu lá e não queria vir. Mas, como

⁷⁹ Entrevista com António, 26 Março 2010.

⁸⁰ Entrevista com José, 14 Maio 2010.

*disse há bocado, já não havia médico, assistência, não havia medicamentos, e o pai teve de vir. Veio um mês depois.*⁸¹

Somente um entrevistado, que sai por sua própria escolha, o faz antes do período de descolonização e por motivos alheios a esta: Carlos deixa Moçambique para prosseguir os estudos e obter uma qualificação profissional em 1973, não suspeitando do que se passaria depois.

Uma entrevistada, oriunda de Angola, é a única que parte por decisão dos pais, uma vez que era muito jovem.

Três mulheres, todas oriundas de Moçambique, atribuem a decisão aos seus cônjuges: *“A decisão de vir foi do meu marido, porque se eu pudesse, eu ficava lá.”*⁸² Contudo, todas vêm a concordar com estes, movidas pelos acontecimentos que as rodeavam:

*“Não (foi minha a decisão), mas depois acabou por ser uma decisão de consenso, porque efectivamente a situação em Moçambique piorou muito.”*⁸³

4.3.2. Fixação em Portugal e expectativas à chegada

O êxodo das populações de Moçambique e Angola apresentou diferenças significativas, seja no volume, seja na linha temporal. Tal facto está representado na amostra do presente estudo.

Verificamos, pois, que a saída dos oriundos de Angola se processou em 1975 (Figura 5), em todos os casos, com excepção de uma pessoa, que parte de Angola em 1976. Notório é igualmente o facto de que todas as referidas cinco pessoas partiram na ponte aérea, umas a partir do Huambo (antiga Nova Lisboa), as restantes desde Luanda. A única oriunda de Angola a partir após a independência é Lígia, cuja família fazia tenções de permanecer no sul do país, de onde eram naturais as várias gerações já nascidas em solo angolano. Lígia acaba por ser, de igual modo, a única a partir por via

⁸¹ Entrevista com Alexandra, 9 Abril 2010.

⁸² Entrevista com Paula, 15 Abril 2010.

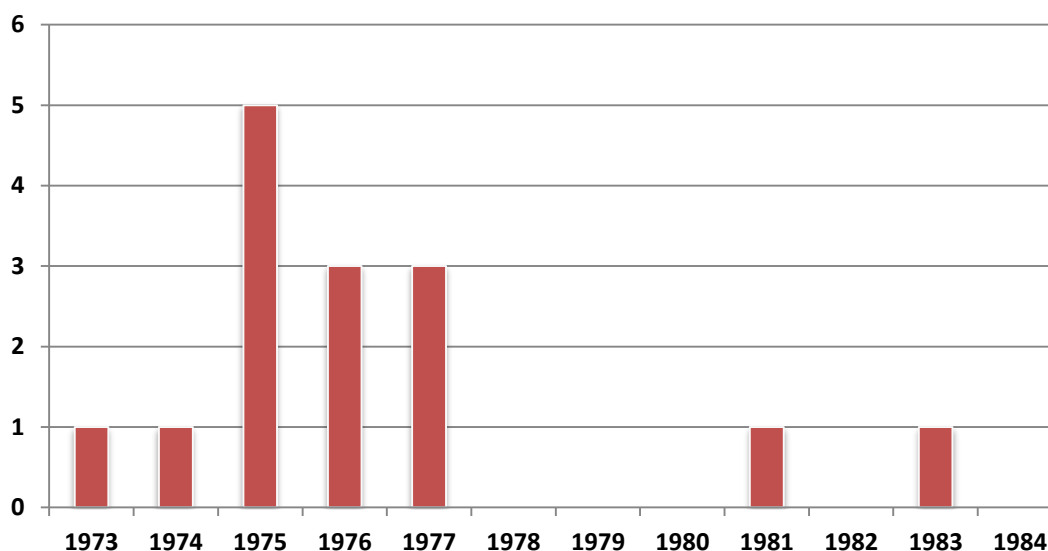
⁸³ Entrevista com Maria José, 14 Maio 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

marítima, e também a única, dentro da amostra de entrevistados vindos de Angola, que não se dirige directamente a Portugal, fazendo uma breve passagem pela África do Sul.

No que respeita aos oriundos de Moçambique, muito embora a independência deste país se tenha dado antes do que sucedeu em Angola, verifica-se que as saídas foram posteriores e se prolongaram mais nos anos sucessivos, enquanto em Angola o êxodo foi mais concentrado (Figura 5). Duas pessoas saem de Moçambique antes da independência do país. Porém, somente uma o faz como consequência do ambiente de violência e convulsão social associado ao período, concretamente após assistir aos acontecimentos do 7 de Setembro de 1974.

Figura 6 – Ano de chegada a Portugal



A saída da ex-colónia é, naturalmente, um ponto marcante na vida dos inquiridos, representando, para grande parte, um momento crucial de viragem e mudança. Em certos casos, foi visível a ansiedade em relatar, acima de qualquer outro aspecto dos seus percursos, o momento de saída de África, e o de chegada a Portugal, a ponto de o fazerem logo no início da entrevista, ainda antes de lhes ser colocada qualquer questão.

Para alguns, esse momento é recordado já com a tranquilidade permitida pela passagem do tempo. Para outros, as feridas subsistem, mesmo que o sentimento de revolta tenha sido ultrapassado.

Para oito entrevistados, a saída do local de origem implicou uma separação familiar temporária. No caso de uma das entrevistadas de Moçambique, inclusive, um dos familiares perdidos (um irmão) só vem a ser localizado vários anos mais tarde. Este facto representa significativamente o momento conturbado que a saída das ex-colónias representou nas vidas dos inquiridos. A maioria (9) recorda com precisão o dia da chegada a Portugal.

4.3.3. Expectativas à chegada a Portugal

Cinco pessoas referem não ter tido “*nenhuma*” expectativa à chegada a Portugal, como reflexo da saída conturbada do local de origem. Esta ausência de expectativas associa-se, no discurso dos entrevistados, à sensação de estarem perante uma incógnita total relativamente ao que os esperava:

“...não previa nada, não sabia nada, completamente tapado, na ignorância, não via o que ia acontecer, qual era o meu futuro, não tinha qualquer noção.”⁸⁴

Deste conjunto, somente uma pessoa era nascida em Portugal. Número igual de inquiridos refere a “tristeza” como nota dominante aquando da chegada a Portugal: *“Estava bastante triste por ter deixado Angola (...) havia muita coisa que me fazia falta (...) tudo aquilo que deixámos lá... Tudo... a alegria das pessoas...”⁸⁵* Para quatro inquiridos, curiosamente todos do sexo masculino (e somente um oriundo de Moçambique, saído do país em 1973, para prosseguir estudos), a expectativa dominante era regressar assim que fosse possível:

“...era haver a independência, haver entendimento, e eu daqui a uns meses volto outra vez. Saí só para fugir daquela situação (...) tanta confusão que ninguém se entendia. Não era por cor nem nada, ninguém se entendia....”⁸⁶

Duas pessoas referem esperar arranjar trabalho e providenciarem para os seus agregados familiares.

Para Armando, a única expectativa era encontrar tranquilidade, após ter presenciado muita violência. Já Lurdes esperava somente poder reunir-se com o seu

⁸⁴ Entrevista com Mário, Abril 2010.

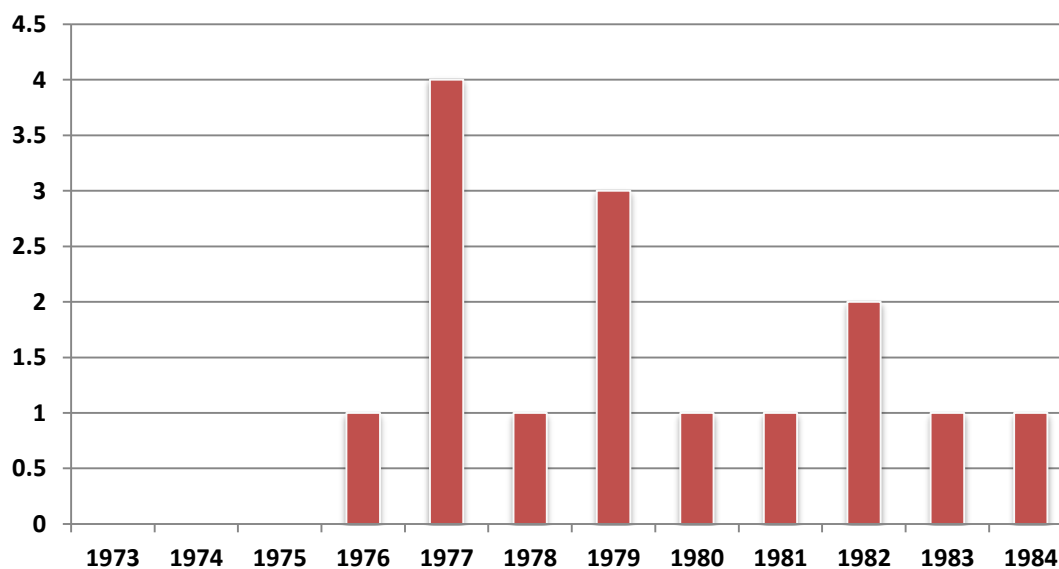
⁸⁵ Entrevista com Lígia, Abril 2010.

⁸⁶ Entrevista com José, Maio 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

núcleo familiar. Isabel é a única que refere ter tido expectativas positivas à vinda para Portugal, não somente por uma questão de personalidade, já que se descreve como muito optimista, mas também por a saída de Moçambique ter sido algo que havia já desejado e planeado desde a independência. As redes de apoio tiveram, nas experiências dos entrevistados, maior significado no momento de chegada a Portugal do que em Vila Nova de Santo André. A maioria (12) tinha familiares em Portugal. Duas pessoas referem ter sobretudo amigos, e uma diz ter conhecimento de familiares, mas nunca os conheceu ou encontrou. 87% dos entrevistados foram recebidos por familiares, fossem seus, directos, ou do cônjuge. A maior parte dos entrevistados (67%) não tinha ninguém em Vila Nova de Santo André, pelo menos fora do seu núcleo familiar, nos casos em que a mudança se fez em família. Um número significativo de pessoas vem a encontrar em Santo André, acidentalmente, conhecidos, amigos, vizinhos e colegas que já conheciam na ex-colónia de origem. Na amostra em estudo, o período de chegada a Vila Nova de Santo André situa-se entre 1976 e 1984. Os anos que apresentam maior fluxo de entrada são precisamente os imediatamente próximos do arranque das principais companhias, nomeadamente 1977 e 1979 (Figura...), tendo tanto a Petrogal (actualmente Galp Energia) como a antiga CNP (actual Repsol) arrancado em 1978.

Figura 7 – Ano de chegada a Vila Nova de Santo André



4.3.4. Motivo para a fixação em Vila Nova de Santo André

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Sete entrevistados, todos do sexo masculino, foram para Santo André devido ao emprego, todos já contratados. Seis mulheres mudaram-se para Santo André de forma a se juntarem aos seus maridos. Destas, três viriam a arranjar emprego mais tarde. Isabel e Lurdes vão para Santo André para estarem com os maridos, e Clara acaba por se mudar para Santo André devido ao facto de já lá trabalhar há alguns anos, e finalmente poder ter a sua casa.

Para António, a ida para Santo André não se deveu somente à questão laboral, mas igualmente à necessidade que sentia de uma vida mais tranquila, longe da confusão da capital: “...*fartámo-nos de Lisboa...portanto quando surgiu esta oportunidade, foi de mãos abertas, vamos lá para o Alentejo.*”⁸⁷

4.3.5. Expectativas à chegada a Vila Nova de Santo André

As expectativas expressas à chegada a Vila Nova de Santo André são consideravelmente mais positivas do que as anteriormente expressas, correspondentes ao momento de chegada a Portugal.

Para quatro mulheres, a vinda para Santo André significa a reunião com os seus familiares mais próximos, maridos e filhos.

Independentemente daquelas que possam ter sido as suas primeiras impressões sobre a localidade, para muitos a vinda para Santo André poderia ser um recomeço de vida mais concreto do que aquele que haviam encetado tempos antes, aquando da vinda para o continente europeu: era em Santo André que finalmente teriam um emprego que se afigurava mais estável, assim como habitação mais acessível. Para três inquiridas, é precisamente a expectativa da “casa” a mais dominante:

*“Santo André é a minha independência, a minha casa...(...) O que é que eu podia querer mais?”*⁸⁸

António é o único inquirido que parecia mais informado acerca da localidade, e tinha boas perspectivas aquando da sua transferência para Santo André:

⁸⁷ Entrevista com António, Março 2010.

⁸⁸ Entrevista com Isabel, 29 Abril 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

“Uma vida mais tranquila, e também vinha esperançado em ajudar a construir uma cidade de raiz, que é uma coisa entusiasmante para qualquer um, não é?”⁸⁹

Este mesmo inquirido sabia, igualmente, que encontraria uma população com muitas pessoas oriundas das ex-colónias, uma vez que em Lisboa estava a trabalhar no IARN.

4.4 PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO EM VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ

Pretende-se, na presente secção, apresentar os resultados relativos às percepções passadas e presentes dos entrevistados relativamente aos seus percursos de integração em Vila Nova de Santo André, concretamente em três vectores centrais de análise: o espaço físico e social, quadro relacional e preconceitos e discriminação.

4.4.1. Espaço físico e social – percepções à chegada e no presente

A maioria dos entrevistados (67%) teve uma percepção inicial positiva, ou pelo menos não negativa, do espaço físico de Santo André.

Cinco pessoas tiveram uma primeira impressão negativa: *“Isto não era nada. Até doía.”⁹⁰*

Na actualidade nenhum entrevistado desgosta do espaço físico, mesmo aqueles que inicialmente tiveram uma impressão negativa, como Armando: *“...hoje é o contrário, estou habituado a sítios mais calmos.”⁹¹*

Um dos elementos predominantes na caracterização feita diz respeito à percepção de que o espaço era claramente dominado pelo areal, factor que marcou significativamente alguns entrevistados, apesar de para alguns tal aspecto ser positivo, e para outros negativo:

“Estava muito em embrião ainda, tudo areia, mas estava a prever que isto ia ter um bom desenvolvimento.”⁹²

⁸⁹ Idem 71.

⁹⁰ Entrevista com Armando, Maio 2010.

⁹¹ Idem 74

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

A falta inicial de infra-estruturas é referida por vários entrevistados, assim como o ambiente de obras, estradas e ruas em terra batida.

Quatro entrevistados referem a estranheza experimentada inicialmente em Santo André, pelo facto de estarem habituados a viver em centros urbanos de grande dimensão. Nas palavras de uma das entrevistadas, Santo André, *“comparado com o Maputo, não era nada, era uma quinta...Tudo areia...Foi uma desilusão muito grande...”*⁹³

Três pessoas referem como aspecto positivo algumas semelhanças do espaço com certas paisagens em África: *“Gostei, porque me fez lembrar África (...) tínhamos bocados em que não havia nada, não havia construções, nada.”*⁹⁴

Quatro entrevistados apontam como factor determinante nas suas primeiras impressões a natureza predominante no espaço, alternada com poucas casas. Tal é referido como sendo um aspecto positivo.

Somente uma entrevistada refere a proximidade do mar como algo que a impressionou positivamente, e outra mulher considera o micro clima da zona agradável. Uma terceira mulher referiu a tranquilidade que encontrou em Santo André, e que considera ainda hoje se manter, como uma boa referência para a qualidade de vida que viria a encontrar na localidade.

Um entrevistado manifestou desagrado e grande estranheza perante o tipo de construção e arquitectura encontrados:

“...as casas não... nunca tinha visto uma construção assim, a parte da Atalaia, aquelas coisas compridas, com rampas. (...) Achei a arquitectura estranha, completamente”.⁹⁵

A maioria dos entrevistados (53%) refere ter encontrado um ambiente social positivo. É de salientar que a avaliação deste aspecto não encontra um paralelismo com

⁹² Entrevista com Mário, 21 Abril 2010.

⁹³ Entrevista com Conceição, 26 Março 2010.

⁹⁴ Entrevista com Alexandra, 9 Abril 2010.

⁹⁵ Entrevista com José, 14 Maio 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

as suas percepções relativamente aos preconceitos expressos pela população portuguesa (em Santo André e sobretudo fora) relativamente aos oriundos das ex-colónias.⁹⁶

A larga maioria considera que a população de Santo André era, nos anos iniciais, constituída preponderantemente por oriundos das ex-colónias. Somente duas entrevistadas não referem esta percepção, curiosamente, as últimas a chegarem a Santo André. Este aspecto, contrastante com os dados presentes nas estatísticas disponíveis relativamente à proveniência geográfica da população de Santo André à época, é tratado de modo mais aprofundado no Capítulo 3.⁹⁷

Três pessoas destacam a baixa densidade populacional de Santo André na altura (final da década de 70 e início de 80): *“quando vim fui das primeiras a habitar isto, só havia três pessoas aqui neste bairro.”*⁹⁸

Duas pessoas consideraram que o ambiente era marcado por alguma frieza e desconfiança, sobretudo dos habitantes naturais da zona circundante.

Quatro entrevistados referem a boa recepção de que foram alvo, particularmente por parte dos alentejanos, como refere Mário:

*“Eram pessoas extraordinariamente simpáticas, apesar de dizerem “os alentejanos...”. Alguns sim, mas eram gente fantástica.”*⁹⁹

Alguns destacam a peculiaridade que terá marcado a época inicial em Santo André, devido à presença de pessoas de origens geográficas, sociais e culturais muito diversas:

*“Santo André é muito sui generis. Gente de muito lado, há timorenses, há chineses, há moçambicanos, indianos...são pessoas, algumas com culturas diferentes, mas que no fundo todos se enquadram bem nesta sociedade.”*¹⁰⁰

António refere ter sido marcado pelo espírito de solidariedade e união numa fase de reconstrução de vida, que terá marcado os primeiros anos de Santo André:

*“Eram simpáticos, porque nós estávamos todos no mesmo barco, portanto vivíamos com as limitações que havia...”*¹⁰¹

⁹⁶ Vide 4.4.2.

⁹⁷ 3.1.4.

⁹⁸ Entrevista com Isabel, Abril 2010.

⁹⁹ Entrevista com Mário, Abril 2010.

¹⁰⁰ Entrevista com Rui, Abril 2010.

Três entrevistadas afirmam terem convivido pouco, uma pelas próprias circunstâncias da sua vida pessoal e por aspectos do seu carácter, as outras dando a entender que tal se deveu a algum desagrado relativamente à postura das pessoas que as rodeavam:

“...bem tentavam saber mais da minha vida, da vida das pessoas (...), se lhes agradava, muito bem, se não, afastavam-se...”¹⁰²

Um entrevistado considera que a proveniência comum dos habitantes oriundos das ex-colónias terá dado origem a uma espécie de “convívio forçado”, pouco natural, que acabou, no seu caso, por se dissipar no tempo:

“...isso era à partida como um carimbo, o hábito de dizer ‘veio de Angola ou de Moçambique, é um gajo porreiro!’. Mentira. (...) não sei se era a necessidade de recomeçar qualquer coisa (...) o pouco que convivi nesse esquema, neste tipo de relação forçada, era muito... não me ficou nada desse tempo.”¹⁰³

4.4.2. Quadro Relacional

Nesta secção exploramos o quadro relacional de sociabilidades e contactos entre as populações de diferentes proveniências em Vila Nova de Santo André.

4.4.2.1. Sociabilidades

33% dos inquiridos considera não ter existido uma separação inicial entre os habitantes de Santo André.

60% afirma ter notado ou vivenciado alguma separação no convívio, sobretudo nos primeiros anos, entre as pessoas de diferentes proveniências geográficas.

Os restantes consideram ter existido separação somente a nível do ambiente de trabalho.

¹⁰¹ Entrevista com António, 26 Março 2010.

¹⁰² Entrevista com Clara, 7 Maio 2010.

¹⁰³ Entrevista com Armando, 5 Maio 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Porém, quando indagados em relação à situação no presente, 73% acha que a separação no convívio não se mantém de modo particular. Somente três pessoas sustentam que continuam a verificar alguma separação no convívio na actualidade.

A maioria dos entrevistados (53%) declara ter convivido indiferenciadamente com pessoas oriundas da mesma ex-colónia e de outras proveniências. José declara ter convivido mais com pessoas oriundas do seu local de origem, apesar de ter feito conhecimentos e amizades com muitos naturais da zona. Cinco pessoas afirmam ter tido maior relacionamento com pessoas de África, sendo indiferente a ex-colónia de onde estas eram originárias. Apenas um inquirido considera ter convivido mais com portugueses, após um breve momento inicial de convívio com pessoas vindas de África.

No presente, mantêm-se o número de inquiridos que afirma não existir qualquer peso da naturalidade/proveniência relativamente ao convívio e amizades que mantêm – precisamente os mesmos inquiridos que o declararam relativamente ao passado.

Duas pessoas afirmam continuar a conviver mais com pessoas oriundas das ex-colónias, e outras duas mais especificamente com oriundos da mesma ex-colónia. Finalmente, dois inquiridos consideram que hoje em dia acabam por conviver mais com portugueses.

A maioria recorreria à família e/ou amigos mais próximos, independentemente da origem destes. Dos restantes, três inquiridos recorreriam mais facilmente a amigos oriundos da mesma ex-colónia, enquanto duas pessoas pensam que em caso de necessidade recorreriam a amigos, indiferentemente da origem destes. Constatou-se que os entrevistados que não referem a família o fazem sobretudo por já não terem os parentes mais próximos vivos ou fisicamente próximos.

4.4.3. Percepções sobre outras populações residentes

4.4.3.1. Como é que os moçambicanos vêem os portugueses?

Quatro pessoas descrevem os portugueses como sendo fechados. Um entrevistado refere que, no início da sua permanência em Portugal, encontrou diferenças

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

muito significativas entre a população portuguesa e a oriunda de Moçambique, mas que actualmente não vê diferenças tão grandes, reflectindo se terá sido ele próprio a se modificar, aproximando-se mais do modo de estar dos portugueses. Uma mulher declara que a diferença mais notória entre moçambicanos (e africanos, de um modo geral) e portugueses é a vivência do tempo, considerando que os portugueses pensam muito mais no futuro, enquanto os africanos vivem muito mais concentrados no presente. Outra mulher, nascida em Portugal e partida para Moçambique na juventude, não tece comentários relativamente aos portugueses como um conjunto, referindo-se somente aos alentejanos, que vê como hostis. Uma outra considera ainda os portugueses consideravelmente mais individualistas que os moçambicanos, que são descritos como convivendo e partilhando muito mais, tanto a nível afectivo quanto material.

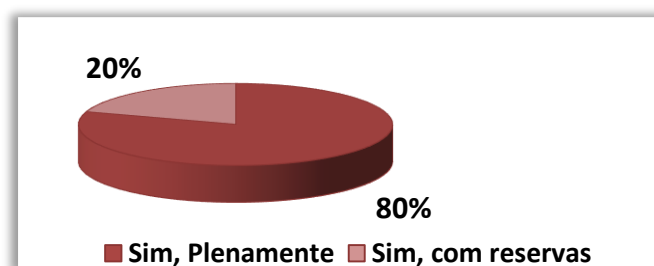
4.4.3.2. Como vêem os angolanos os portugueses?

Para quatro inquiridos, os portugueses são essencialmente pessoas mais fechadas. Outros descrevem-nos como sendo mais tristes que os oriundos de África, e mais invejosos do que as pessoas com que se relacionaram na sua ex-colónia de origem. Verificamos pois que tanto angolanos como moçambicanos têm percepções aproximadas relativamente aos portugueses, que de um modo geral podem ser traduzidas numa visão destes como sendo mais fechados.

4.4.4. Percepções sobre Integração

Foi analisada a percepção dos entrevistados relativamente à sua integração em Santo André e em Portugal, de modo geral. A aceção que os entrevistados têm relativamente ao conceito de integração pode ser melhor compreendida no ponto que se segue – os motivos apresentados para a sua integração ou não integração.

Figura 8 – Percepção de Integração



Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Como se pode verificar pelo gráfico, nenhum inquirido considerou a não integração. A componente “plenamente” é fornecida pelos próprios entrevistados, espontaneamente, uma vez que o que lhes foi perguntado foi simplesmente se se sentiam integrados.

Somente duas pessoas consideram que, não obstante se terem integrado, quer profissionalmente, quer socialmente, uma vez que construíram ou mantiveram amizades sólidas e mantêm uma vida social satisfatória, continuam a ter um sentimento de reserva, que se parece aplicar mais ao país em que se refugiaram (e onde ambos têm raízes familiares, tendo aliás um deles nascido em Portugal), do que à localidade de Santo André.

Quatro inquiridos consideram que o sucesso da sua integração se deve, antes de mais, a aspectos das suas próprias personalidades, como explicita Paula: *“Talvez eu tenha procurado um caminho de poder abraçar esta terra (...) Isso talvez seja uma forma minha de estar na vida...”*¹⁰⁴

O trabalho e a estabilidade económica são motivos conjuntos referidos por vários inquiridos.

Rui encontrou uma maior ligação com a terra e com as pessoas através do seu envolvimento na vida política, que considera ter sido muito motivador para que se sentisse integrado.

Isabel, Lígia e Lurdes referem a sensação de bem-estar na localidade como motivos importantes para o sentimento de integração que partilham. Lígia considera ainda que a passagem do tempo foi preciosa para tal sentimento.

António salienta a elevada presença de oriundos de África, e concretamente da transferência de elementos do estilo de vida e “espírito” que teriam nas ex-colónias, como factor importante para a sua integração.

¹⁰⁴ Entrevista com Paula, 15 Abril 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Para duas mulheres, foi a reunião familiar, possibilitada pela vinda para Santo André, o factor determinante de integração.

Somente dois entrevistados demonstram algumas reservas relativamente ao seu sentimento de integração. Por um lado, sentem-se integrados, uma vez que conseguiram construir (ou reconstruir) as suas vidas, social e profissionalmente. As suas reservas estão directamente ligadas a um sentimento de insatisfação e inadaptação relativamente a Portugal, ou a certos aspectos que, nos seus discursos, acabam por simbolizar o país, como a política, seus representantes e até mesmo “*as pessoas*”, pelas significativas diferenças encontradas relativamente ao “modo de estar na vida”:

“Acho que não me identifico ainda...se é que alguma vez me virei a identificar, com...o país, não o país geograficamente, é o que faz o país, são as pessoas, e cada vez menos...Tem a ver com as pessoas que governam isto e que sempre governaram isto...”¹⁰⁵.

Por vezes o sentimento de insatisfação não é facilmente descrito verbalmente, embora seja dado a entender (noutros momentos da narrativa) que a falta de identificação com o país está relacionada, em grande medida, com a profunda insatisfação com a classe governante:

“Às vezes sinto-me triste ainda deste país. Sinto-me integrado, mas às vezes penso...”¹⁰⁶

4.4.5. Preconceitos e Discriminação

4.4.5.1. Percepção em relação aos habitantes não oriundos das ex-colónias

Quem eram, para os oriundos das ex-colónias, “os outros”?

Para a maior parte dos inquiridos (10), a maior referência são “os alentejanos”, como comunidade minoritária em Vila Nova de Santo André, sejam aqueles naturais da zona circundante, sobretudo de Santiago do Cacém e de Sines, ou de outras zonas do Alentejo.

Somente uma entrevistada refere ter tido a percepção de que a maior parte das pessoas não oriundas de África eram de outras zonas de Portugal que não o

¹⁰⁵ Entrevista com Armando, 5 Maio 2010.

¹⁰⁶ Entrevista com Mário, 21 Abril 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Alentejo. Para três pessoas, “os outros” eram, indiferenciadamente, oriundos tanto do Alentejo como de outras zonas.

4.4.5.2. Como pensam que “os outros” os viam?

Para dez entrevistados, os portugueses tinham, de modo geral, “*muitos preconceitos*” em relação aos oriundos das ex-colónias.

Duas pessoas consideram que a situação foi menos extrema, dizendo que “*alguns*” portugueses tinham preconceitos.

Outros dois, ainda, referem não ter sentido preconceitos a nível pessoal, embora afirmem ter noção da existência destes.

Tendo em conta a diferença entre preconceitos, que se situam no domínio das atitudes/opiniões, e discriminação, no domínio comportamental (Giddens, 2001:252-3), verifica-se que os entrevistados percepcionaram sobretudo preconceitos.

Como sucedeu em investigações anteriores, como a de Miranda (2009:209), alguns entrevistados começam por afirmar não terem sentido qualquer preconceito, para depois acabarem por relatar situações que se encaixam neste âmbito, ainda que por vezes as narrem noutros momentos da entrevista (que não o respeitante à questão sobre preconceitos e discriminação).

Mário, apesar de referir inúmeras ocasiões em que considera ter sido vítima de preconceitos pelo facto de vir de Angola, demarca claramente a diferença sentida em Santo André, local em que se sentiu bem recebido.

Alexandra, por outro lado, afirmando não ter sentido preconceitos, acaba por referir que escutava, em alguns locais, como nas salas de espera do Centro de Saúde ou consultórios médicos, insultos e considerações pejorativas em relação aos oriundos de África, salientando num tom humorístico que o melhor a fazer era não se identificar

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

como moçambicana: *“E uma pessoa ficava caladinha, e muitas vezes dizia “Pois é, isso é verdade!” , para não levar nas orelhas.”*¹⁰⁷

Já no caso dos entrevistados cuja origem era notória na cor de pele, encontramos diferentes situações. Uma entrevistada oscila entre a afirmação peremptória de que não terá sido vítima de qualquer preconceito (*“Não tenho assim a dizer que me viram com outros olhos, ou que eu os vi com outros olhos, não. Nunca senti nada disso.”*¹⁰⁸) e a descrição do seu modo de lidar com esse tipo de situações (*“como eu encaro as coisas com muita naturalidade, se calhar as pessoas não me atingem”*¹⁰⁹), acabando por confirmar uma situação em que terá sido insultada devido à sua proveniência e cor de pele:

*“Vai para a tua terra’, houve uma pessoa que me disse isso em Lisboa, não aqui (Vila Nova de Santo André), chamaram-me de preta retornada (...)”*¹¹⁰

Considera, no entanto, que tal deve ser analisado à luz da época conturbada que se vivia em Portugal, pouco tempo após a mudança de regime (*“Aquilo ainda estava muito quente, foi em 81.”*¹¹¹). Esta inquirida, tal como diversos outros, salienta a diferença sentida em Santo André, relativamente a outros locais de Portugal. Como em vários outros casos, o episódio mais marcante narrado teve lugar fora de Santo André.

A etnicidade, ou mais concretamente a cor da pele, elemento mais visível numa sociedade predominantemente “branca”, ainda mais na época a que nos reportamos, teria tido um efeito de aceleração do preconceito, de imediatismo. Contudo, não são raras as referências à transferência do preconceito (relativo à cor de pele) para os brancos nascidos nas ex-colónias, como relata uma moçambicana mestiça: *“Diziam até ao próprio branco, ‘és preto’, porque nasceu em África. Diziam isso, mas aqui em Santo André foi a única vez que ouvi essas palavras”*¹¹², acrescenta, referindo-se ao único episódio passado em Santo André, em que terá sido insultada por uma vizinha, natural da zona, devido à cor da sua pele.

¹⁰⁷ Entrevista com Alexandra, Abril 2010.

¹⁰⁸ Entrevista com Isabel, Abril 2010.

¹⁰⁹ Entrevista com Isabel, Abril 2010.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Entrevista com Lurdes, Maio 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Entre todos os entrevistados, somente um refere nunca ter sentido qualquer tipo de preconceito, nem pela sua cor (é mestiço angolano), nem pelo facto de ser nascido numa ex-colónia.

Foi apurado que todos os entrevistados tiveram a percepção da existência de preconceitos, e somente um declara que, no seu caso concreto, e que relata como excepcional, não terá vivenciado qualquer situação concreta nesse aspecto:

“Por incrível que pareça, muita gente dizia que sentia uma discriminação. Eu não senti discriminação nenhuma (...). Mas em geral, acho que as pessoas tinham preconceitos em relação aos vindos de África.”¹¹³

Diversos entrevistados referem ter sentido directamente o rótulo de “retornado”, e o que, segundo as suas percepções, este significava:

“Nós tivemos um rótulo que ao fim de 30 anos de cá estarmos ainda não desapareceu... (...). Nós acabámos por aparecer num sítio onde fomos roubar trabalho, o pouco trabalho que eles tinham, e aparecemos com quadros se calhar mais bem qualificados do que aqui...”¹¹⁴

No que respeita a situações de discriminação, o cenário é diferente. Somente um inquirido relatou uma situação vivenciada que poderá de facto ser considerada discriminação efectiva, nomeadamente a não atribuição de casa, sabendo o entrevistado que existiam habitações prontas a entregar, e que é interpretado por si como sinal claro de exclusão da sua candidatura (durante um certo período de tempo) devido ao facto de ser oriundo das ex-colónias.

As restantes situações reportadas dizem respeito mais a preconceitos, que davam origem a insinuações ou insultos explícitos, como relatado pela maior parte dos inquiridos:

“...eu, a minha sogra e a minha cunhada íamos na rua e foi mesmo repugnante (...) (uma pessoa) disse mesmo de raiva ‘Lá vão as retornadas!’ Depois cuspiam.”¹¹⁵

O cenário acima descrito reporta-se, como já referido, aos primeiros anos de estabelecimento em Portugal e em Santo André, por parte da população em estudo. E no presente, como vêm os inquiridos a situação?

¹¹³ Entrevista com Rui, Abril 2010.

¹¹⁴ Entrevista com José, Maio 2010.

¹¹⁵ Entrevista com Clara, Maio 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

Para 60% da amostra, os preconceitos do passado diluíram-se, com o passar dos anos e a convivência.

Para outros quatro, esses preconceitos continuam a existir na actualidade, embora um dos inquiridos, oriundo de Angola, sublinhe que tal situação se verifica muito mais entre “os mais velhos”.

Quais os preconceitos percebidos pelos oriundos das ex-colónias à época? O mais frequentemente referido pelos entrevistados é, sem dúvida, relacionado com a questão laboral: os oriundos das ex-colónias eram (e em certos casos, continuam a ser, como relatam alguns inquiridos) acusados de ocuparem postos de trabalho em detrimento dos naturais. Tal preconceito terá sido de certo modo reforçado pelo contexto da própria descolonização e subsequente legislação de assistência e apoio para a inserção dos retornados¹¹⁶:

“...nós vindo para aqui, viram-nos privilegiados, viemos ganhar muito mais dinheiro, o funcionário daqui da terra ganhava menos, uma grande quantidade de dinheiro. Nós quando vínhamos de Lisboa para cá, recebíamos a deslocação, ainda hoje existe. Os que estavam já cá, já tinham casa (...) sem ajudas de custo. As pessoas vêem-nos com outros olhos, automaticamente, ‘este gajo está a ganhar muito mais, é um explorador, etc.’”¹¹⁷

Há referência, igualmente, por parte de alguns entrevistados, a acusações que, volvidas mais de três décadas, são relatadas em tom humorístico:

“Retornados, vêm para cá, vêm gastar o sabonete todo, lavam-se todos os dias (...); “Uma vez, lá em baixo no Algarve, estava a fazer compras numa farmácia e uma senhora, a chorar, para a farmacêutica: ‘o meu filho, tem a doença destes malandros que vieram, pegaram-lhe a doença’, e ela ‘mas o que é que o seu filho tem?’, ‘ah, é a cabeça com piolhos, trouxeram isso tudo, bandidos’”.¹¹⁸

Raul e Maria José consideram terem-se sentido “apontados” por diversas vezes.

Armando considera ter sido alvo de um tratamento diferente por parte de um professor, por ser oriundo de Moçambique.

¹¹⁶ Resolução do Conselho de Ministros, Diário da República 153/76, Série I, 2 de Julho de 1976.

¹¹⁷ Entrevista com José

¹¹⁸ Entrevista com Mário

4.4.6. Integração e especificidades socio-culturais em Vila Nova de Santo André

Para 80% dos entrevistados, a elevada presença de oriundos de África foi um factor importante para a integração, levando a um sentimento de menor isolamento.

Maria José, apesar de partilhar o mesmo sentimento, considera ter sido a existência de trabalho o factor essencial para a integração das pessoas oriundas das ex-colónias.

Armando e José destacam a acessibilidade facilitada à habitação como tendo sido importante. Armando, porém, considera que a elevada concentração populacional de oriundos das ex-colónias poderá ter sido reconfortante somente num momento inicial, e que nunca existiu um verdadeiro sentido de comunidade na localidade.

Cinco pessoas referem o facto de terem podido participar no nascimento e crescimento da localidade como tendo sido estimulante, auxiliando o sentimento de pertença à comunidade e de integração.

Somente uma pessoa não dá importância à presença dos oriundos das ex-colónias em Santo André, não reconhecendo, à data em que se mudou para a localidade (1984) que existisse um predomínio de pessoas vindas de África.

4.5. Práticas Culturais e Estratégias Identitárias

4.5.1. Percepções identitárias dos oriundos das ex-colónias

4.5.1.2. Como se vêem os moçambicanos?

Verificou-se que os oriundos de Moçambique se definiram frequentemente em termos comparativos, seja com os portugueses, seja com os angolanos, ainda que a questão colocada não pedisse essa comparação.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

A característica mais vezes referida pelos oriundos de Moçambique diz respeito à influência que sentem pela proximidade da África do Sul (4), que é descrita como sendo positiva. Os restantes auto-caracterizam-se como sendo mais abertos (2) que os portugueses; mais calmos (1) que os angolanos; mais honestos (1) que os angolanos, sobretudo enquanto colegas de trabalho e menos individualistas (1) que os angolanos, de modo geral.

São referidas com alguma frequência as percepções de diferenças consideráveis entre os oriundos de diferentes zonas de Moçambique. Os elementos diferenciadores mais frequentemente referidos dizem respeito a maior ou menor influência da África do Sul em diferentes pontos do país, e, conseqüentemente, diferentes posturas relativamente às interações inter-raciais/inter-étnicas. Antigos habitantes do Maputo consideram que na Beira existia mais racismo, chegando a haver segregação efectiva, por exemplo, em transportes públicos. As acusações são rebatidas por habitantes de outras zonas. Já a inquirida natural da Ilha, a norte de Moçambique, considera que essa zona não era particularmente influenciada pelos sul-africanos, descrevendo o ambiente como mais intercultural.

4.5.1.3. Que percepções têm os moçambicanos dos angolanos?

Três oriundos de Moçambique consideram que os angolanos eram mais próximos de Portugal, na sua maneira de estar. Uma entrevistada considera que tal se deve sobretudo ao tipo de colonização diferente que terá ocorrido nos dois territórios.

Três mulheres não encontram diferenças significativas entre moçambicanos e angolanos. Duas inquiridas são de opinião de que os angolanos são, em geral, mais vaidosos do que os moçambicanos.

Os restantes vêem os angolanos como sendo mais informais (1), menos escrupulosos (1), mais individualistas (1), mais mesquinhos (1) e mais abertos à convivência inter-racial/inter-étnica.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

4.5.1.4. Que percepção têm os oriundos de Angola de si próprios?

Os angolanos descreveram-se como sendo abertos, sem preconceitos (ou pelo menos com menos preconceitos que os portugueses e os moçambicanos), informais, humanos e alegres.

4.5.1.5. Como vêem os angolanos os moçambicanos?

A característica mais frequentemente associada aos oriundos de Moçambique pelos angolanos foi, sem margem para dúvidas, a percepção que estes últimos têm dos primeiros como sendo “racistas”.

Outros dois inquiridos acrescentam que vêem os moçambicanos como mais “snobs” que os angolanos.

4.5.2. Relacionamento com as ex-colónias

Somente Isabel, Lurdes e Maria José, todas naturais de Moçambique, já regressaram ao local de origem, em visita. Lurdes é a única que se desloca com frequência até ao país natal, geralmente uma vez por ano, uma vez que tem muitos familiares a residir ainda em Moçambique.

Nove pessoas gostariam de regressar. Destas, a maioria (7), pretende fazê-lo apenas em visita. Somente duas pessoas ponderam mais seriamente a possibilidade de permanecerem.

Dois inquiridos declaram peremptoriamente não ter qualquer intenção de voltar. Ambos pretendem guardar a lembrança dos locais onde nasceram e viveram, não lidando bem com a possibilidade de se confrontarem com as imagens de degradação que lhes chegam através dos media ou de conhecidos e amigos.

Um oriundo de Angola, apesar de ter possibilidade de regresso, continua hesitante, tendo receio, também, de poder sofrer com a realidade a encontrar.

4.5.2.1. Ligação actual ao local de origem

87% dos entrevistados continuam a sentir um grande interesse pela actualidade dos países de origem ou permanência, mantendo-se a par de notícias pelos meios de comunicação social, e-mail e novidades trazidos por amigos, conhecidos e familiares que viajam até à ex-colónia, ou até que nunca chegaram a sair desta após a independência.

Armando e Lurdes afirmam não ter um interesse forte por se manterem informados relativamente ao que se passa em Moçambique. Lurdes acrescenta que a sua atitude se deve a não querer “*pensar muito*”, apesar de ir com frequência ao país natal.

Nove pessoas têm ainda familiares residindo na ex-colónia de origem ou permanência.

Raul, Conceição, Paula e José têm amigos ainda em Angola e Moçambique, alguns regressados após anos de permanência em Portugal.

Somente Armando e Clara declaram já não ter ninguém em Moçambique.

4.5.3. Práticas culturais

Os hábitos alimentares são os mais mantidos pelos inquiridos (13): quase todos continuam a fazer ou consumir pratos típicos dos seus locais de origem, o que actualmente é por vezes mais facilitado do que no passado, uma vez que encontram mais facilmente os ingredientes necessários à venda em Portugal.

A música é igualmente importante para a maior parte dos entrevistados (12), que continuam a ouvir não apenas música oriunda da sua ex-colónia de origem, mas música africana em geral.

47% dos inquiridos indicam ainda a linguagem como um elemento que continua a persistir nas suas vidas actuais, seja pela inclusão de termos de línguas nacionais dos

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

países de origem, seja falando ocasionalmente as próprias línguas, como sucede com Isabel e Lurdes.

Para cinco pessoas, um certo modo de ser e estar, que associam claramente a África, continua a ser cultivado, dentro do possível. Para Isabel, a educação que recebeu, e que transmite aos filhos, está de algum modo ligada ao seu Moçambique natal. Lígia considera que o seu modo de ser, tal como a dos seus conterrâneos, é notoriamente angolana, marcada por “*calor humano*” e uma noção de família alargada: “...*todo o vizinho era tio e tia e avô e avó. Todos nós éramos uma família. E não perdi isso...*”¹¹⁹.

Uma mulher, oriunda de Moçambique, continua a cultivar alguns costumes ligados a práticas religiosas sincréticas, com homenagens rituais aos antepassados.

4.5.4. Naturalidade e Nacionalidade

Para sete inquiridos, a naturalidade tem mais peso do que a nacionalidade. Todas estas pessoas são nascidas nas ex-colónias.

Três pessoas (uma nascida em Angola e duas naturais de Moçambique) pensam em si e apresentam-se como “*portugueses nascidos*” em África. Para todos os três, o país de nascimento deixou marcas importantes, mas a nacionalidade portuguesa, que sempre conheceram, não entra em conflito com a naturalidade.

Os dois entrevistados que nasceram em Portugal e partiram para as ex-colónias fora da infância (um com 15 anos e outra com 24) sempre pensaram em si como portugueses. Contudo, Raul, que partiu para Angola na adolescência, considerou poder naturalizar-se angolano, caso o processo de independência tivesse decorrido de modo diverso e pudesse ter permanecido em solo angolano.

Carlos e Armando, nascidos em Portugal mas partidos para Moçambique na terna infância, consideravam-se “*de lá*” (Moçambique), não tendo vínculos significativos com Portugal.

¹¹⁹ Entrevista com Lígia, 24 Março 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

Três mulheres naturais de Moçambique afirmam possuir a dupla nacionalidade. No entanto, somente uma tem a situação inteiramente regularizada, e viaja frequentemente até ao país natal. Isabel, por seu lado, declara não ter “tratado” dos papéis, pois ainda não sentiu necessidade de o fazer, mas não se mostra preocupada, uma vez que nunca renunciou à nacionalidade moçambicana, e adquiriu, mais tarde, a nacionalidade portuguesa através do marido, que tem ascendentes portugueses. Já Alexandra afirma ter pedido, ainda residindo em Moçambique, a dupla nacionalidade, o que lhe terá sido concedido por o seu pai ter nascido já em Moçambique. Contudo, quando solicitou o envio da sua certidão, verificou que em Moçambique consta como sendo unicamente exclusivamente portuguesa.

Quatro naturais das ex-colónias declaram não desejar a nacionalidade dos países de origem. Duas mulheres, de Moçambique, não pensam no assunto por considerarem não ser importante neste momento das suas vidas. Um inquirido não dá importância alguma a questões relativas a nacionalidade. Um natural de Angola, finalmente, recusa a hipótese por se sentir ideologicamente muito distante do governo do seu país natal, e magoado com os acontecimentos que precipitaram a sua saída.

Um outro entrevistado, nascido em Angola, não pensa nesse assunto, embora não coloque totalmente de parte a possibilidade.

Cinco pessoas desejam obter a nacionalidade dos seus países de origem. Curiosamente, de entre estes, dois são nascidos em Portugal, tendo ido para Moçambique muito novos.

Um outro entrevistado, nato em Portugal, já não pensa no assunto, mas se pudesse ter permanecido em Angola, crê que poderia ter optado pela nacionalidade angolana.

Duas mulheres, nascidas em Moçambique, apresentam a particularidade de terem nascido com (ou sob) nacionalidade portuguesa, para depois terem optado pela moçambicana, de modo a permanecerem no país natal, para finalmente virem a readquirir a nacionalidade portuguesa, após a vinda definitiva para Portugal. Uma delas, Lurdes, só recentemente viu concluído o seu processo obtenção de nacionalidade

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

portuguesa. A nacionalidade é um elemento crucial para a integração e inclusão na sociedade. Não deixa de ser curioso verificar que, para alguns inquiridos (concretamente, 5), seja importante a obtenção da nacionalidade dos seus países de origem (ou, no caso de Carlos e Armando, de vivência/permanência), independentemente do facto de pretenderem ou não regressar em definitivo. Neste caso, pois, a nacionalidade (de origem) torna-se uma confirmação de um aspecto identitário que muito valorizam. Na maior parte dos casos, a dupla nacionalidade seria a melhor solução, e a que mais fielmente reproduziria, por um lado, os seus sentimentos de pertença e identificação com valores culturais dos diferentes países e, por outro, permitiria um tráfego facilitado entre os dois pontos do mundo em que sentem raízes – no local de origem, as afectivas e/ou familiares, em Portugal, as raízes que foram criando há já mais de três décadas, e que se juntam às raízes de ascendência familiar, mais ou menos longínqua no tempo, e às dos seus descendentes, já nascidos, em grande parte, em Portugal.

José, por seu lado, pondera uma renúncia à dupla nacionalidade, podendo vir a optar exclusivamente pela nacionalidade angolana.

4.5.5. Identidades em mudança – Tempos e Espaços

4.5.5.1. Auto-percepções identitárias dos oriundos das ex-colónias

Tendo em mente a aceção de identidade de Hall, citado por Carvalho (2005:6), como algo “*dinâmico, flexível (...) que assenta numa multiplicidade de pertencas cuja importância está sujeita a oscilações segundo o tempo e a situação*”, encontramos no grupo de inquiridos em estudo modificações significativas. Mais que as mudanças que a vivência em mais que um local/país naturalmente suscitariam, encontramos sobretudo oscilações, seja em momentos do passado, seja no presente, relativamente aos seus sentimentos de pertença identitária.

46% dos inquiridos refere sentimentos de pertença identitária semelhantes no passado e no presente. Os que menos mudanças evidenciam são Conceição e António. Para Conceição, a sua identidade como portuguesa nunca esteve em causa, o que, de

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

acordo com o seu discurso, poderá ser interpretado pelo facto de, além de ter nascido em Portugal e de ter ascendência portuguesa, ter partido para Moçambique já na faixa dos 20 anos, casada e já com um filho.

Já no caso de António, nascido em Moçambique, de pais portugueses, e tendo passado os últimos anos em África noutra ex-colónia (Angola), o sentimento de identidade nacional nunca teve peso. António não sente necessidade de situar as suas raízes, passadas ou presentes, pois o seu sentimento aplica-se a qualquer um dos territórios em que viveu, seja este o moçambicano, angolano ou português.

Isabel, Clara e Alexandra sempre se sentiram mais moçambicanas. Portugal, estava, no entanto, presente, fosse pela bandeira, sob a qual nasceram, fosse pelos laços familiares.

Clara apresenta fortes oscilações no discurso das pertenças, sobretudo quando se refere ao passado (particularmente aos momentos conturbados que antecederam e sucederam a independência de Moçambique): num primeiro momento, perante a iminência de Moçambique se tornar um país independente, deseja a nacionalidade moçambicana. O avolumar de tensões que se segue, porém, fá-la decidir de modo diverso: “...*para o ambiente que estava, eu fui logo para o português, não é?*”. Hoje, continua a pensar em si como moçambicana, apesar de também se apresentar como portuguesa, acrescentando sempre, no entanto, ter nascido em Moçambique.

Lígia e José sempre se sentiram predominantemente angolanos.

Oito pessoas apresentam mudanças mais notórias nos seus discursos relativamente a pertenças identitárias.

Armando e Carlos, ambos nascidos em Portugal e tendo partido muito novos para Moçambique, pensavam em si como moçambicanos. Presentemente, não se definem como moçambicanos. No entanto, qualquer um dos dois se sente agradado perante a possibilidade de nacionalidade moçambicana. Em ambos os casos se verifica um desenraizamento considerável: Armando diz “*no fundo*” ser português, mas não se revê verdadeiramente como tal, e considera ainda permanecerem em si aspectos “*do ser*

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

moçambicano”. Carlos exprime carinho pelo Alentejo, mas afirma que “*ainda hoje*” sente que lhe “*falta qualquer coisa*”, algo que perdeu, “*como se fosse a alma*”.

Mário, que no passado se sentia essencialmente angolano, experimenta hoje um distanciamento considerável em relação a essa pertença, sobretudo pela não identificação com o actual regime e estado do país natal. No entanto, não passou a sentir-se mais português, revoltado pela subsistência de disparidades socioeconómicas que a revolução de Abril não resolveu.

Raul, nascido em Moura, no Alentejo, sempre se viu como português. Porém, o facto de ter partido na adolescência para Angola, fez com que este território adquirisse um peso significativo na sua identidade: “*Via como minha terra, sem dúvida.*” No presente, voltou a sentir-se português (novamente, “*sem dúvida*”), gorada a possibilidade de permanência na terra que tinha adoptado.

Lurdes e Maria José, que no passado sempre se viram como moçambicanas, admitem hoje alguma “*dualidade*”, como refere a segunda. A naturalidade continua a ter um peso essencial nas suas identidades, mas hoje sentem-se também um pouco portuguesas.

Rui considera que as duas facetas, angolana e portuguesa “*convivem*” em si sem colidir. Contudo, sente-se mais afastado de África hoje em dia, mais inserido “*numa sociedade europeia*” e “*bastante português*”.

Paula, finalmente, sem exprimir claramente os seus sentimentos passados relativamente à identidade nacional, julga ter-se afastado emocionalmente do seu Moçambique natal durante muitos anos, como uma defesa. Mais recentemente, porém, voltou a aproximar-se afectivamente da sua naturalidade, criando pontes entre as paisagens do seu país natal e do Alentejo, que claramente adoptou.

Ao longo das narrativas autobiográficas surge um elemento importante: a centralidade do Alentejo no discurso de muitos inquiridos, nomeadamente no que diz respeito aos seus sentimentos de pertença e de integração. Mais do que referirem

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

integração e inserção na sociedade portuguesa, os inquiridos referem-se sobretudo (e, muitas vezes, exclusivamente) ao Alentejo:

“Eu hoje tenho um carinho muito grande pelo Alentejo, acho que foi a zona de Portugal que me deu aquilo que eu não tinha e que não consegui encontrar em todo o Portugal (...)”.¹²⁰

Somente uma pessoa não se sente particularmente bem em Santo André, permanecendo, contudo, para estar junto da família.

Alguns entrevistados referem semelhanças com África no que respeita a certas paisagens do Alentejo:

“O interior do Alentejo, as cores, parece com zonas de Angola e gosto (...) Se calhar ajudou à integração das pessoas aqui, fomos ajudados pela paisagem”.¹²¹

As cores fortes, que Paula alterna para representar o seu Alentejo adoptado e as reminiscências do seu Moçambique natal, aliam-se a outros elementos recordados pelos inquiridos: *“Aqui há semelhanças na paisagem, as cores, a luz, o espaço. E o pôr-do-sol, também.”*¹²²

4.5.2. Percepção de mudanças a nível pessoal

A amostra em estudo é constituída por indivíduos que migraram, a maioria dos seus locais de origem para Portugal, outros de regresso, para um país que há muito haviam deixado, ou que sequer recordavam. Integraram, também, a maior movimentação populacional da história portuguesa do século XX, e num curto espaço de tempo. Muitos vivenciaram momentos dramáticos, fruto da violência das guerras civis que assolaram Moçambique e Angola. Outros tantos conheceram dificuldades a nível de alimentação e cuidados médicos. Alguns viram membros da família detidos, e viveram separações familiares mais ou menos prolongadas. Perante tantas e tão profundas mudanças, seria de esperar que várias pessoas considerassem ter sofrido alterações mais ou menos profundas a nível pessoal. No entanto, 60% dos inquiridos considera não ter mudado em nada significativo, mesmo após ter referido, momentos antes, as oscilações (nem sempre percebidas como tal) nos seus sentimentos de pertença

¹²⁰ Entrevista com Carlos, 21 Abril 2010.

¹²¹ Entrevista com Rui, 28 Abril 2010.

¹²² Entrevista com Paula, 15 Abril 2010.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

e identidade nacional. Da percentagem atrás referida, quase todos responderam sem qualquer hesitação, e alguns afirmaram que as únicas modificações que verificam em si mesmos são as trazidas naturalmente pelo tempo passado e idade mais avançada. Três homens referem já ter sido muito revoltados pelos acontecimentos do passado, mas consideram que tal sentimento foi ultrapassado.

Seis pessoas referem mudanças a nível pessoal. Lígia considera ser uma pessoa mais aberta, em grande parte pela sua experiência de migração para um país que desconhecia, tal como os seus familiares directos. A seu ver, hoje, devido à sua saída de Angola e vinda para Portugal, compreende melhor os imigrantes que vivem em Portugal, identificando-se com eles:

“Digo: ‘também passei pelo que está a passar, é normal!’”

Para duas mulheres oriundas de Moçambique, a vivência em Portugal tornou-as mais fechadas e introvertidas.

Carlos considera-se mais tranquilo, após ter vivido anos de revolta, não obstante crer ainda hoje ter sofrido as consequências de erros cometidos por outros:

“...é certo que muita gente fez o que fez em África, mas (...) que culpa tenho eu de terem colonizado África há não sei quantos anos atrás? Não tenho culpa absolutamente nenhuma.”¹²³

Rui considera ter sido influenciado pela cultural local: *“...hoje sou alentejano, como digo”*. O facto de os filhos serem já nascidos em Portugal leva também a que exista um maior distanciamento emocional relativamente à naturalidade:

*“Porque eu hoje, lá em minha casa e os meus filhos não lhes diz nada, porque se calhar em casa, como acontece em muitas outras casas, não estamos constantemente com coisas de Angola”.*¹²⁴

¹²³ Entrevista com Carlos, 21 Abril 2010.

¹²⁴ Entrevista Com Rui, 28 Abril 2010.

CAPÍTULO 5 CONCLUSÕES

Este estudo pretende contribuir para um conhecimento mais aprofundado dos percursos de integração, sentimentos de identidade e pertenças de indivíduos oriundos das ex-colónias africanas fixados na localidade de Vila Nova de Santo André, no litoral alentejano.

Vila Nova de Santo André constitui um caso único em Portugal de exemplo de uma urbe planeada e erguida do zero, especificamente para albergar trabalhadores do complexo industrial da área de Sines. A localidade destacou-se também por ter constituído um foco de forte presença de oriundos das ex-colónias, sobretudo de Moçambique e de Angola. Devemos ainda salientar que, volvidas três décadas, a “presença africana” não se atenuou na localidade, tendo, inclusive, se diversificado. Para tal terão sido fundamentais as redes sociais, que continuaram, ao longo dos anos, a ser responsáveis pela vinda para a localidade de várias pessoas de ex-colónias, muitas, sobretudo na década de 80, fugidas das guerras civis e dificuldades várias que assolavam Moçambique e Angola.

A existência de empregos directamente ou indirectamente criados pelo complexo industrial provou ser fulcral para a inserção socioeconómica destas populações, bem como das restantes (de outras origens) em Vila Nova de Santo André. Verificámos, igualmente, que a presença elevada de oriundos das ex-colónias teve um papel de considerável importância para um elevado grau de inserção sociocultural desta comunidade. Neste sentido, podemos considerar o caso de Vila Nova de Santo André como um exemplo de integração de sucesso. A este facto não terá sido indiferente o percurso profissional que muitos dos sujeitos apresentavam já na ex-colónia.

Outro factor que terá sido fundamental para a integração diz respeito à “não-ghettização” do espaço. Não se tratava de uma localidade já existente, onde teriam, como em tantos outros casos, nascido ou crescido bairros periféricos, albergando populações migrantes. Em Vila Nova de Santo André, não existe qualquer evidência de que tenha existido separação de pessoas de diferentes origens e percursos, tanto a nível profissional, como habitacional.

Percursos de Integração, Identidade e Pertencas

Pena Pires (2003) considera que a inserção dos portugueses oriundos das ex-colónias em Portugal constituiu um caso de “assimilação extrema”. Não obstante termos em conta que o autor não concebe a assimilação como equivalente a homogeneidade nem anulação extrema de características culturais anteriores, não consideramos que os indivíduos em estudo tenham sofrido de facto uma assimilação. Ao longo da investigação, deparámo-nos com diversas situações aparentemente ambíguas, no que respeita às próprias percepções de integração, e que confirmam a reflexão já efectuada por Lynn Hoefgen:

“Surely the possibility that some returned migrants do not feel reintegrated must count for something, even if they have jobs and money” (HOEFGEN, 1085)

Constatámos que as identidades e sentimentos de pertença dos indivíduos em estudo apresentavam profundas e múltiplas complexidades. As ambiguidades identitárias e de pertença, porém, não equivalem a um problema ou desconforto, pelo menos em parte considerável da população em estudo. De um modo geral, os oriundos das ex-colónias convivem pacificamente com as suas multiplicidades identitárias e identificações diversas, aceitando-as como consequência natural dos seus percursos migratórios e de vida.

Não obstante os aspectos positivos verificados, que auxiliaram à integração destes indivíduos em Vila Nova de Santo André, acreditamos permanecerem por explorar diversas peculiaridades presentes na localidade, a nível social. Não deixou de surpreender, embora esses aspectos não tenham podido ser aprofundados na presente investigação, que Vila Nova de Santo André apresente níveis tão elevados de toxicodpendência, bem como um índice particularmente alto de divórcios e casos de destruturação familiar. Estes são aspectos que merecem estudos futuros aprofundados. Muito embora a localidade tenha sido marcada por alta empregabilidade e rendimentos frequentemente superiores à média nacional, consideramos que a própria génese socioeconómica, conjectural e estrutural de Vila Nova de Santo André - e, muito particularmente, os percursos pessoais dos seus variados habitantes, muitos vindos de contextos socioculturais tão diferentes, bem como de situações de guerra e dificuldades várias – não será indiferente a uma prevalência elevada dos problemas atrás referidos.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Existem poucos estudos acerca dos retornados/oriundos das ex-colónias em Portugal, mas, dentro destes, a maioria (em que podemos destacar os trabalhos de Pena Pires, 1987 e de Nelson C. Oliveira, 2008) focam em grande medida os aspectos de sucesso da inserção (ou reinserção) destas populações no território português. É nossa crença que os estudos desta temática têm ignorado um grupo de pessoas mais significativo do que aparentam os números oficiais e que, como salientou Hoefgen (1985), os factores de integração (como a cor de pele, as suas ligações familiares/de rede em Portugal, a escolaridade, o anterior rendimento, idade, estado civil e género) não são controláveis pelos indivíduos. O referido autor constatou, menos de uma década após a descolonização, que os indivíduos que apresentavam menos grau de inserção efectiva social eram, frequentemente negros ou mestiços, com pouca ou nula ligação a Portugal e com baixa escolaridade.

Finalmente, consideramos que permanecem por investigar, mais de três décadas volvidas, os casos que aparentam ser invisíveis socialmente, de não integração destas populações.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, Manuel Valentim (2005), *A descolonização portuguesa em perspectiva comparada*, III Conferência Internacional FLAD-IPRI, Lisboa, Novembro 2005

ALMEIDA, João Ferreira de (1993), *Integração social e exclusão social: algumas questões*, in *Análise Social*, Vol. XXVIII, 1993

ANÍBAL, Sérgio, *Exportações portuguesas regressam a África*, in *Público*, 23 de Maio de 2008

AYDOS, Mariana Recena (2009), “Migração Forçada: uma abordagem conceitual a partir do caso dos imigrantes angolanos no Brasil”, VI Encontro Nacional sobre Migrações, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Belo Horizonte, MG, Agosto 2009

BARTHES, Roland (1987), *A aventura semiológica*, Lisboa, Edições 70

BRITO, Ângela Xavier de (2010), “*Habitus de migrante: um conceito que visa captar o quotidiano dos actores em mobilidade espacial*” in *Sociedade e Estado*. vol. 25,no.3, Brasília, Set./Dez. 2010

CARREIRAS, Helena; ANDRÉS, Malamud (2009), “*Associações portuguesas, integração social e identidades colectivas no Uruguai*”, in Melo, Daniel e Silva, Eduardo C. (orgs.), *Construção da Nação e Associativismo na Emigração Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 97-123.

CARVALHO, Francisco (2005), *Filhos de imigrantes cabo-verdianos em Portugal: a questão identitária*, in *SociNova Migrações*, nº 2/2005

COSTA, António Firmino da (2001), *Sociologia*, Coimbra, Quimera

Derecho Internacional sobre Migración, n. 7. Ginebra: OIM,2006 (tradução CSEM)

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (1994), *The Established and the Outsiders, A sociological enquiry into community problems*, London, Sage

FERNANDES, Ana Marta M. (2006), *Pertenças identitárias de jovens de Casal da Boba – Tese de dissertação de mestrado*, Universidade Aberta

FIGUEIREDO, Joana Miranda (2005), *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento*, Lisboa, ACIME

FLICK, Uwe (2002), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Ed. Monitor

GAFEIRA, M. Celeste, Garcia, Judite e Poeira, M de Lurdes (org.) (1982), *Imagem da Cidade Nova de Santo André – percebida pelos alunos das escolas*, Vols.1 e 2, Gabinete da Área de Sines

GIDDENS, Anthony (2001), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

GÓIS, Pedro (1999), "Do «trabalhador-convidado» ao subempregado: a inserção dos (i)migrantes cabo-verdianos num mercado local de trabalho - a área metropolitana de Lisboa" in APS (org.), *Actas IV Congresso Português de Sociologia. Passados Recentes, Futuros Próximos*.

GONÇALVES, Ortelinda (2009) *Migrações e Desenvolvimento*, Porto, Fronteira do Caos Editores.

GUERRA, João Paulo (1996), *Descolonização Portuguesa, O regresso das caravelas*, Lisboa, D. Quixote

HALL, Jonathan; KOSTIC, Roland (2008), "Integration for Peace? Integration and Reconciliation among Diasporas", 50th Annual Convention of International Studies Association, 15-18 Feb 2008, New York

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

HALL, Stuart (1998), *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro, Dp&A Editora

HOEFGEN, Lynn (1985), *The integration of returnees from the colonies into Portugal's social and economic life*, UMI, Dissertation Services, Michigan

JANEIRA, Ana Luísa (1972) – “*A técnica da análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações*” in *Análise Social*, Lisboa, sér. 2, 9 (35-36) Jul.-Dez. 1972, 370-399.

JANSEN, Clifford J. (1969), “Some sociological aspects of migration”, in J.A. Jackson (Ed.), *Migration*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 60-73

KOLAROVA, Marina e PEIXOTO, João (2009), *Sindicatos e Imigração em Portugal*, OI, nº 34, Outubro de 2009

LOPES, João Teixeira (2000), *A cidade e a cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas*, Afrontamento/C.M. Porto

MADEIRA, João, “Cidade Nova” in revista *Cenas*, Inverno 2006-7, Vila Nova de Santo André, AJAGATO, pp.28-9

MEDEIROS, Eduardo (2007). Os Sino-moçambicanos da Beira. *Mestiçagens Várias* in *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 13/14, Julho/Dezembro 2007, CEA – ISCTE-IUL

MIRANDA, Joana (2009), *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, dificuldades de integração e projectos de vida*, Lisboa, ACIDI

MOCELLIM, Alan (2008), “*A questão da identidade em Giddens e Bauman*”, *Revista Em Tese*, v.5, nº 1, 2008

NETO, Félix F. Monteiro (1997), *Estudos de Psicologia Intercultural, Nós e Outros*, Gulbenkian/JNICT

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

OLIVEIRA, Maria Paula N. S. G. (2004), *Percursos Migratórios e Integração Social. Os Ucríanos no Concelho de Leiria – Estudo de Caso*, Lisboa, Universidade Aberta

PATRÍCIO, Maria Teresa (1990), *Dinâmica produtiva e transformações nos modos de vida na área de Sines: Sines e Cidade Nova de Santo André* in Colóquio Viver (n) a Cidade, CNEC, ISCTE, 1990

PATRÍCIO, Maria Teresa (1991), *A estratégia política e económica do Estado português num pólo de crescimento: O projecto industrial de Sines* in Sociologia Problemas e Práticas, nº 10, 1991, pp.9-19

PEIXOTO, João (2004) a), *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*, Socius, ISEG, Lisboa, ITL

PEIXOTO, João (2004) b), “País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal” in SOCIUS Working Papers, Nº 2/2004

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras, Celta Editora

PIRES, Rui Pena (1987), *Os Retornados: um estudo sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

PIRES, Rui Pena (1998), “O Regresso das Colónias” in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, Círculo de Leitores, Espanha, 1998.

Plano de Desenvolvimento Social 2008/2010, Plataforma Territorial, Supraconcelhia do Alentejo Litoral (janeiro de 2010)

POLLAK, Michael (1989), *Memória, Esquecimento, Silêncio*, in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

POLLAK, Michael (1992), *Memória e Identidade Social* in Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p.200-212

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van (1992) Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva,

RIBEIRO, General Gonçalves (2002), *A Vertigem da Descolonização. Do Êxodo à Cidadania Plena*, Mem Martins, Editorial Inquérito

ROCHA-TRINDADE. M^a Beatriz; CAEIRO, Domingos. Sociologia das Migrações. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

ROCHA-TRINDADE. M^a Beatriz; CAEIRO (2007), “Migrações: o fim dos paradigmas clássicos” in Cidade Solidária, Julho 2007

ROCHA-TRINDADE, M^a Beatriz (2008), “Problemas das Migrações Contemporâneas em Portugal”, Cadernos CERU, Série 2, v. 19, nº 1, Junho 2008

ROCHA-TRINDADE, M^a Beatriz (2006), “*Recriação de identidades em contextos de migração*”, in LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO; Neusa Maria Mendes (org), *Discutindo Identidades*, São Paulo, Humanitas/CERU.

RODRIGUES, Maria João Eloy Prata Cardoso (1997), *O preconceito no conteúdo da cidade: a cidade nova de Santo André no projecto estruturante de Sines*

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos (1998), “*Sobre a autonomia das novas identidades colectivas: alguns problemas teóricos*” in Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, nº 38

SILVANO, Filomena (2001), *Antropologia do Espaço, Uma Introdução*, Celta, Oeiras

SOBRAL, José Manuel (2006), *Memória e Identidade Nacional: considerações de carácter geral e o caso português*, in Actas do Colóquio “Nação e Estado: entre o local e o global, Universidade do Minho

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

TÃO, Manuel Margarido (2004), *O complexo portuário de Sines*, in *Transportes em Revista*, Julho 2004

VALÉRIO, Nuno e FONTOURA, Maria Paula (1994), *A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial – uma tentativa de síntese*, in *Análise Social*, vol. XXIX, 1994, pp. 1193-1208

Toponímia – Memória Justificativa, Gabinete da Área de Sines, 1981

Publicações Periódicas:

Revista Cidade Aberta

Semanário Notícias de Sines

Revista Petrovisão

Filmes e reportagens:

Programa *Ver Artes – A Cidade Nova de Santo André*, RTP2, 1996 (resp. Arq. Graça Dias)

Gabinete da Área de Sines (filme). José Henriques da Silva (realização). Sonomage. 1989

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças Estudo das populações oriundas das ex-colónias em Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém Guião de entrevista		
Tempo previsto: 65 min.		
Bloco temático	Questões	Tempo previsto
I Caracterização Sócio-Demográfica	a) Nome (facultativo) b) Idade c) Naturalidade (País+Localidade) d) Nacionalidade (exclusivamente portuguesa ou dupla?) e) País nascidos em Portugal ou nas ex-colónias? f) Ocupação profissional (actual) g) Escolaridade h) Etnia	5 min.
II Projectos de Vida e Descolonização	a) Já tinha estado em Portugal antes da descolonização? b) Trabalhava (qual a ocupação)/estudava? Tinha projectos a curto/médio prazo antes de saber que vinha para Portugal? c) Com quem vivia no local de origem? d) Que sentimentos/postura tinha na altura relativamente à independência do país de origem? Antecipava a descolonização? e) Que aspectos destaca como mais positivos e negativos da vida de então?	10 min.
III Percursos Migratórios: De África para Vila Nova de Santo André	a) Veio directamente para Portugal ou esteve noutra país? b) Com que idade veio para Portugal? c) De quem foi decisão de vir? d) Quando foi para Santo André? e) O que motivou a ida para Santo André? f) Com quem foi? g) Que expectativas tinha à chegada a Portugal/ a Sto. André? h) Tinha rede de apoio, familiares, amigos em Portugal /Sto. André? i) Foi para Santo André já com emprego garantido (nos casos em que se aplique)? Se não, quanto tempo após chegada conseguiu emprego?	10 min.

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

<p style="text-align: center;">IV Processos de Integração em Vila Nova de Santo André</p>	<ul style="list-style-type: none">a) Quais as primeiras impressões sobre Santo André? (espaço físico, ambiente social)b) Que ideia tinha dos habitantes não oriundos das ex-colónias?c) Como imagina que estes (e portugueses de modo geral) a/o viam? Considera que tinham preconceitos em relação aos habitantes vindos das ex-colónias?d) Identifica mudanças no modo como os via / como a/o viam na altura e no presente?e) Convivia mais com oriundos da mesma ex-colónia?f) Os seus amigos eram/são sobretudo oriundos das ex-colónias/ da mesma ex-colónia de onde veio/portugueses/colegas de trabalho/vizinhos/familiares?g) Considera existir/ter existido alguma separação motivada pela origem dos habitantes? A situação sofreu alterações?h) Em caso de necessidade, a quem recorre/recorria? (amigos oriundos das ex-colónias, amigos portugueses, familiares em Portugal, familiares no estrangeiro, serviços públicos, instituições religiosas, associações privadas, etc.)i) Sente-se integrada/o?j) Que factores identifica como decisivos para que se tenha /não se tenha integrado?k) Que peso teve na integração /não integração o número elevado de habitantes oriundos das ex-colónias / do mesmo local de origem?l) Sentiu alguma vez discriminação por motivo racial/étnico/de proveniência em Portugal / em Santo André?m) Em que aspectos se sentiu discriminada/o? (serviços públicos, bancos, emprego, habitação, transportes públicos, escola, etc.)n) Quem identifica como agente de discriminação (entidade patronal, escolar, etc.)?o) Destaca em Santo André algum movimento associativo ligado aos oriundos das ex-colónias ? / Influência da igreja no percurso de integração?p) Considera que o contexto sociocultural (concentração populacional de oriundos das ex-colónias + idade recente da localidade) de Santo André terá facilitado ou dificultado a integração?q) Tem conhecimento de dificuldades maiores sentidas por retornados/oriundos de ex-colónias noutras zonas do país?	<p style="text-align: center;">20 min.</p>
---	--	--

Percursos de Integração, Identidade e Pertenças

<p style="text-align: center;">V Práticas Culturais e Estratégias Identitárias</p>	<ul style="list-style-type: none">a) Voltou ao seu local de origem? Pretende regressar? De visita? Permanentemente (tendo em conta crescente onda de migração para PALOPs)?b) Mantém-se informada/o acerca da actualidade do seu país de origem?c) Tem familiares residindo no país de origem?d) Mantém hábitos do seu país de origem? Quais?e) Vê os membros da sua comunidade de origem como diferentes dos restantes habitantes? Que características acha que os diferenciam?f) Como equacionava a sua identidade nacional antes da vinda para Portugal? O que tinha mais peso para si, a nacionalidade ou naturalidade? g) Sente-se, em primeiro lugar, portuguesa/português, ou moçambicana/o / angolana/o?h) Gostaria de adquirir a nacionalidade do seu país de origem?i) Considera ter mudado a nível pessoal desde que veio para Portugal/ ao longo da sua vida em Santo André? Em que aspectos?	<p style="text-align: center;">15 min.</p>
---	---	--

Anexo 2.

Carta de consentimento informado

Chamo-me Cristina Galhardo Mendes. Frequento o curso de mestrado em Relações Interculturais da Universidade Aberta, encontrando-me neste momento na fase de investigação. O trabalho de investigação incide nos percursos de integração de oriundos das ex-colónias em Santo André. Deverei realizar entrevistas com pessoas oriundas de Moçambique e Angola, que sejam residentes em Santo André desde meados/final da década de 70 até meados da década de 80. As entrevistas são um ponto central da minha investigação, uma vez que poderão fornecer informações essenciais acerca dos percursos dos oriundos das ex-colónias e os diversos quadros relacionais que se estabelecem desde a sua fundação entre aqueles e os habitantes de vários pontos do território português.

As entrevistas serão registadas em formato áudio, para posterior transcrição e análise. É garantida a absoluta confidencialidade de dados e somente eu, enquanto investigadora, terei acesso às gravações. É igualmente assegurada a possibilidade de anonimato, caso desejado.

Não se trata de uma entrevista com formato rígido no que toca às questões colocadas, pretendendo-se antes um registo no âmbito das narrativas autobiográficas. A duração de cada entrevista está estimada em 65 minutos. Qualquer dúvida adicional relativa ao estudo, suas metodologias e objectivos poderá ser colocada à investigadora.

Caso concorde participar neste estudo, agradeço que preencha os espaços abaixo.

Eu, _____, tendo tomado conhecimento dos objectivos do estudo em questão, compreendendo o papel que devo desempenhar neste, tendo sido devidamente esclarecida/o em todas as minhas questões, aceito participar no estudo, estando igualmente ciente de que em qualquer momento poderei interromper a minha participação.

Data:

Assinatura: